



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

VIDEOVIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

ALUNO: Aspirante GNR/INF João Manuel Pimparel Sousa

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Duarte da Graça

Lisboa, Março de 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

VIDEOVIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

ALUNO: Aspirante GNR/INF João Manuel Pimparel Sousa

ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Duarte da Graça

Lisboa, Março de 2009

DEDICATÓRIA

À minha família, amigos e a todos aqueles que me apoiaram durante este longo e nada fácil período da minha vida, que me fez crescer como pessoa e como Homem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho conta com o contributo de várias pessoas, sem o qual não teria sido possível a sua realização. Como tal, não podia deixar de lhes agradecer.

Ao meu orientador, Capitão Duarte da Graça, pela disponibilidade manifestada e pelas experiências partilhadas, mesmo com sacrifício do tempo destinado ao seu repouso, em virtude do seu empenhamento constante na actividade operacional do Destacamento Territorial de Tomar.

Ao Sargento-Chefe Félix, comandante do Posto de Fátima pela ajuda na aplicação dos questionários aos cidadãos da freguesia de Fátima e aos seus militares.

Ao Prof. Dr. Alexandrino, pela disponibilidade demonstrada para partilhar o seu saber e conceder uma entrevista, apesar de todas as suas outras ocupações.

Ao Capitão Carvalho, pela disponibilidade demonstrada para partilhar a sua experiência e os seus conhecimentos, bem como pela entrevista concedida, apesar de todas as suas outras ocupações.

Aos meus pais pelo apoio incondicional prestado em todas as alturas da minha vida, constituindo-se como um dos meus pilares de sustentação pessoal.

À minha irmã, Beatriz Sousa, pelo constante apoio e ajuda na análise aos dados obtidos aos inquéritos por questionário.

Ao 14º TPO/GNR, pelo contributo na prossecução dos meus objectivos ao longo dos últimos cinco anos com a coesão, boa disposição e espírito de entreajuda que o caracterizam, em que o período para a realização do trabalho não foi excepção.

A todas as pessoas que directa ou indirectamente colaboraram comigo na realização do trabalho, preenchendo questionários, cedendo dados e/ou informações, contribuindo com a sua experiência pessoal e profissional ou com palavras de incentivo. Aos meus familiares, e amigos, pela compreensão da minha indisponibilidade em virtude do tempo que abdiquei de estar com eles, em prol da realização do trabalho.

A todos o meu MUITO OBRIGADO.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	x
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS	xvi
LISTA DE SIGLAS	xvii
RESUMO.....	xviii
ABSTRACT	xix
EPÍGRAFE	xx

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 ENQUADRAMENTO	1
1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTIVO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL.....	2
1.1.4 OBJECTIVOS ESPECIFICOS.....	3
1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	3
1.1.6 ESTRUTURA	3
1.2 METODOLOGIA.....	4

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – O ESTADO, AS FORÇAS DE SEGURANÇA E A SOCIEDADE	5
2.1 A SEGURANÇA COMO UM DOS OBJECTIVOS TELEOLÓGICOS DO ESTADO..	5
2.2 A SOCIEDADE E O SENTIMENTO DE (IN) SEGURANÇA.....	6
2.3 AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE Á NOVA CRIMINALIDADE	6
2.4 LOCAIS DE DOMÍNIO PRIVADO E DOMÍNIO PÚBLICO	7
2.5 CONCLUSÕES	8

CAPÍTULO 3 – VIDEOVIGILÂNCIA EM NOME DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	9
3.1 NOÇÃO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO OU VEDEOVIGILÂNCIA	9

3.2	PRESPECTIVA HISTÓRICA: A VIDEOVIGILÂNCIA COMO REALIDADE EM OUTROS PAÍSES	10
3.3	VIDEOVIGILÂNCIA: COMPLEMENTO À SEGURANÇA OU AMEAÇA	11
3.3.1	VALÊNCIAS	11
3.3.1.1	<i>Videovigilância e Sentimento de Segurança</i>	11
3.3.1.2	<i>Videovigilância e Prevenção Criminal</i>	12
3.3.1.3	<i>Videovigilância e Investigação Criminal</i>	12
3.3.1.4	<i>Videovigilância e Informações Policiais</i>	13
3.3.1.5	<i>Videovigilância e a Actuação Policial</i>	13
3.3.1.6	<i>Videovigilância: Auxílio e Socorro</i>	14
3.3.2	AMEAÇAS.....	15
3.3.2.1	Videovigilância e Restrição de Direitos.....	15
3.3.2.2	Videovigilância uma Ameaça Totalitária.....	15
3.4	A VIDEOVIGILÂNCIA NA GNR	16
3.5	CONCLUSÕES	17

CAPÍTULO 4 – O PARADIGMA JURIDICO DA VIDEOVIGILÂNCIA: PREVENÇÃO CRIMINAL VERSUS DIREITOS DA ESFERA PRIVADA..... 18

4.1	A VIDEOVIGILÂNCIA E A RESTRIÇÃO DE DIREITOS, LIBERDADE E GARANTIAS	18
4.1.1	O DIREITO À INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA	19
4.1.2	O DIREITO À IMAGEM	19
4.1.3	O DIREITO À LIBERDADE	20
4.2	A SEGURANÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	20
4.3	SEGURANÇA VERSUS PRIVACIDADE: A PROCURA DA JUSTA MEDIDA.....	21
4.4	CONCLUSÕES	22

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÃO JURÍDICA DA VIDEOVIGILÂNCIA EM POTUGAL..... 23

5.1	RESENHA HISTÓRICA.....	23
5.2	LEI N.º 1/2005	24
5.3	A VIDEOVIGILÂNCIA E OS PROCEDIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO	25
5.4	O REGIME JURÍDICO E A DEFESA DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS.....	26
5.5	CONCLUSÕES	28

PARTE II – INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO	29
6.1 O PLANO DE INVESTIGAÇÃO	29
6.2 HIPÓTESES	30
6.3 UNIVERSO DE ANÁLISE	30
6.3.1 POPULAÇÃO DOS MILITARES DA GNR.....	31
6.3.2 POPULAÇÕES DOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA	31
6.4 PROCESSO DE AMOSTRAGEM E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	31
6.5 MÉTODOS E TÉCNICAS	32
 CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	 34
7.1 INTRODUÇÃO	34
7.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	34
7.2.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº12 E 13	34
7.2.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 13 E 14	35
7.2.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 15 E 16	36
7.2.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 16 E 17	37
7.2.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 17 E 18	38
7.2.6 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 18 E 19	39
7.2.7 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 19 E 20	40
7.2.8 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 20 E 21	41
7.2.9 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº21 E 22	42
7.2.10 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 21.1 E 22.1	43
7.2.11 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 22 E 23	44
7.2.12 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 23 E 24	45
7.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
7.3.1 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 15 E 19 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃOS Nº 16 E 20 DO INQUÉRITOT POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES.....	46
7.3.2 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 12 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃOS Nº 13 DO INQUÉRITOT POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES.....	47

7.3.3	DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 13, 16, 17, 18, 20 E 23 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÕES Nº 14, 17, 18, 19, 21 E 24 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES.....	48
7.3.4	DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 21, 21.1 E 22 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÕES Nº 22, 22.1 E 23 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES.....	49
CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		51
8.1	CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS.....	51
8.2	CONCLUSÕES	51
8.3	RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	54
8.4	LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	54
8.5	PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		56
APÊNDICES.....		60
APÊNDICE A - GUIÃO DA ENTREVISTA AO PROF. DR. ALEXANDRINO		61
APÊNDICE B - APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA AO PROF. DR. ALEXANDRINO ..		63
APÊNDICE C - GUIÃO DA ENTREVISTA AO CAPITÃO CARVALHO		66
APÊNDICE D - APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA AO CAPITÃO CARVALHO		68
APÊNDICE E – AQUADRO DE EQUIVALÊNCIA DAS PERGUNTAS COMUNS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES DA GNR E AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA.....		70
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA.....		71
APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS (TABELAS OUTPUT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA).....		74
APÊNDICE H - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS OBJECTOS DE ESTUDO (TABELAS OUTPUT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA)		79
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR		87
APÊNDICE J - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS (TABELAS OUTPUT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR)		90

APÊNDICE L - CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS OBJECTO DE ESTUDO (TABELAS OUTPT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR)	96
---	----

ANEXOS	102
ANEXO M – LEI Nº1/ 2005 DE 10 DE JANEIRO.....	103
ANEXO N – EXTRATO DA LEI 67/98, DE 2 DE ABRIL DE 1976	110
ANEXO O – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DE 2 DE ABRIL DE 1976.....	113
ANEXO P – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PROCESSO PENAL	115
ANEXO Q – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO CIVIL	117
ANEXO R – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	118
ANEXO S – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PENAL.....	119
ANEXO T – VIDEOVIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA	121

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 7.1: Análise dos resultados à questão nº 12 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº13 do Inquérito por Questionário aos militares	34
Gráfico 7.2: Análise dos resultados à questão nº 13 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº14 do Inquérito por Questionário aos militares	35
Gráfico 7.3: Análise dos resultados à questão nº 15 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº16 do Inquérito por Questionário aos militares	36
Gráfico 7.4: Análise dos resultados à questão nº 16 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº17 do Inquérito por Questionário aos militares	37
Gráfico 7.5: Análise dos resultados à questão nº 17 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº18 do Inquérito por Questionário aos militares	38
Gráfico 7.6: Análise dos resultados à questão nº 18 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº19 do Inquérito por Questionário aos militares	39
Gráfico 7.7: Análise dos resultados à questão nº 19 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº20 do Inquérito por Questionário aos militares	40
Gráfico 7.8: Análise dos resultados à questão nº 20 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº21 do Inquérito por Questionário aos militares	41
Gráfico 7.9: Análise dos resultados à questão nº 21 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº22 do Inquérito por Questionário aos militares	42
Gráfico 7.10: Análise dos resultados à questão nº 21.1 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº22.1 do Inquérito por Questionário aos militares	43
Gráfico 7.11: Análise dos resultados à questão nº 22 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº23 do Inquérito por Questionário aos militares	44
Gráfico 7.12: Análise dos resultados à questão nº 23 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº24 do Inquérito por Questionário aos militares	45
Gráfico G.1: Idade dos Inquiridos	72
Gráfico G.2: Género dos Inquiridos	73
Gráfico G.3: Estado Civil dos Inquiridos.....	74
Gráfico G.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos	75

Gráfico G.5: Ocupação dos Inquiridos	76
Gráfico J.1: Idade dos Inquiridos	88
Gráfico J.2: Género dos Inquiridos	89
Gráfico J.3: Estado Civil dos Inquiridos	89
Gráfico J.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos	90
Gráfico J.5: Tempo de Serviço dos Inquiridos	91
Gráfico J.6: Tempo de Serviço no posto de Fátima ou na Zona de Acção que abrange o posto de Fátima	92
Gráfico J.7: Categoria a que Pertencem os Inquiridos.....	92
Gráfico J.8: Função que Desempenham os Militares Inquiridos	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro E.1: Quadro de equivalência dos questionários aos cidadãos da Freguesia de Fátima e aos militares da GNR	84
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela G.1: Idade dos Inquiridos.....	72
Tabela G.2: Género dos Inquiridos.....	73
Tabela G.3: Estado Civil dos Inquiridos.....	73
Tabela G.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos.....	74
Tabela G.5: Ocupação dos Inquiridos	75
Tabela H.1: Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5anos	77
Tabela H.2: Em relação há 5anos como se sente quando circula nas ruas de Fátima	77
Tabela H.3: Se já foi vítima de algum delito, indique quais	78
Tabela H.4: Se já foi vítima de algum delito, qual o local(ais) onde foi praticado esse delito	78
Tabela H.5: Na sua opinião as Forças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima	78
Tabela H.6: Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca conseguem dar resposta, indique quais os motivos	79
Tabela H.7: Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial.....	79
Tabela H.8: O que pensa de videovigilância em locais públicos de utilização comum.....	80
Tabela H.9: Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade	80
Tabela H.10: Sente-se mais seguro num local que se encontre vídeo vigiado	80
Tabela H.11: O que pensa do facto de estar a ser filmado quando se encontra num local público	81
Tabela H.12: Considera que os seus Direitos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança	81
Tabela H.13: Se respondeu Sim à pergunta anterior, indique quais os direitos fundamentais que considera afectados	81
Tabela H.14: Na sua opinião, quais as vantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima	82

Tabela H.15: Na sua opinião, quais as desvantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima	82
Tabela H.16: Considera que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos	83
Tabela H.17: E a presença de um elemento das Forças de Segurança	83
Tabela H.18: Considera que o uso de sistemas de videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança	83
Tabela H.19: Em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da sua própria segurança abdicaria do seu direito à privacidade	84
Tabela J.1: Idade dos Inquiridos	88
Tabela J.2: Género dos Inquiridos	88
Tabela J.3: Estado Civil dos Inquiridos	89
Tabela J.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos	90
Tabela J.5: Tempo de Serviço dos Inquiridos	90
Tabela J.6: Tempo de Serviço no posto de Fátima ou na Zona de Acção que abrange o posto de Fátima	91
Tabela J.7: Categoria a que Pertencem os Inquiridos	92
Tabela J.8: Função que Desempenham os Militares Inquiridos	93
Tabela L.1: Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5anos	94
Tabela L.2: Em relação há 5anos como se sente quando circula nas ruas de Fátima.....	94
Tabela L.3: Na sua opinião as Foças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima	94
Tabela L.4: Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca conseguem dar resposta, indique quais os motivos	95
Tabela L.5: Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial	95
Tabela L.6: O que pensa de videovigilância em locais públicos de utilização comum	96
Tabela L.7: Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade.....	96

Tabela L.8: Sente-se mais seguro quando efectua patrulhamento num local público que se encontre vídeo vigiado	96
Tabela L.9: O que pensa do facto de estar a filmar um cidadão quando este se encontra num local público	96
Tabela L.10: Considera que os Direitos dos cidadãos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança	97
Tabela L.11: Se respondeu Sim à pergunta anterior, indique quais os direitos fundamentais que considera afectados	97
Tabela L.12: Na sua opinião, quais as vantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima	97
Tabela L.13: Na sua opinião, quais as desvantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima	98
Tabela L.14: Considera que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos	98
Tabela L.15: E a presença de um elemento das Forças de Segurança.....	98
Tabela L.16: Considera que o uso de sistemas de videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança.....	98
Tabela L.17: Em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da sua própria segurança abdicaria do seu direito à privacidade	99

LISTA DE ABREVIATURAS

ed.	edição
e.g. (exemplia gratia):	por exemplo
etc (et cetera):	e outros
e ss.	e seguintes
n.º	número
p.	página
s. ed.	sem editora
vol.	volume

LISTA DE SIGLAS

AM:	Academia Militar
AR:	Assembleia da República
CC:	Código Civil
CCTV:	Circuito Fechado de Televisão
CNPD:	Comissão Nacional de Protecção de Dados
CP:	Código Penal
CPP:	Código Processo Penal
CRP:	Constituição da República Portuguesa
DUDH:	Declaração Universal dos Direitos do Homem
FFSS:	Forças e Serviços de Segurança
GNR:	Guarda Nacional Republicana
ISCPSI:	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LAOS:	Long Arm Operational System
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
SIVICC:	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
ZA:	Zona de acção

RESUMO

Este trabalho científico enquadra-se no domínio das Ciências Sociais e subordina-se ao tema “Videovigilância e Prevenção Criminal”. O objectivo que presidiu a sua realização, foi analisar o contributo que a videovigilância pode dar às Forças de Segurança ao nível da prevenção da criminalidade, contrabalançada com as restrições que o seu uso implica ao nível dos Direitos Fundamentais.

No que refere a metodologia científica, inicialmente, procedeu-se à análise de documentos (da qual foi extraída alguma da bibliografia constante deste trabalho), obras de autores de referência nas matérias versadas, trabalhos científicos, legislação e *sites de Internet*. Foram ainda realizadas entrevistas exploratórias na perspectiva de um maior conhecimento e aprofundamento do tema. A investigação de campo baseou-se na recolha de dados através da aplicação de questionários. O tratamento dos dados obtidos com recurso às aplicações informáticas SPSS e Microsoft Excel, correlacionados com os conceitos da parte teórica, permitiu dar resposta às perguntas de investigação e verificar as hipóteses formuladas.

O trabalho encontra-se dividido em cinco fases, que são: Introdução do trabalho; Enquadramento teórico ou revisão da literatura; Metodologia da investigação de campo; Apresentação e discussão dos resultados e algumas conclusões e recomendações.

No decorrer da investigação, foi possível constatar que a videovigilância é encarada como uma ferramenta útil e eficaz ao serviço das forças e serviços de segurança, contribuindo para um sentimento de segurança dos cidadãos quando empregue. A utilização de câmaras de vigilância em locais públicos de utilização comum não é vista como restritiva dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como não é considerada substituta dos elementos policiais, podendo apenas ser encarada como uma ferramenta auxiliar no cumprimento da sua missão.

De uma forma geral, a videovigilância apresenta-se como uma valiosa ferramenta na prevenção da criminalidade, bem como em outras vertentes da actuação policial.

O trabalho que a seguir se apresenta foi realizado entre Janeiro e Março de 2009.

Palavras-Chave: VIDEOVIGILÂNCIA; FORÇAS DE SEGURANÇA; SENTIMENTO DE SEGURANÇA; DIREITOS FUNDAMENTAIS; LOCAL PÚBLICO DE UTILIZAÇÃO COMUM

ABSTRACT

This scientific paper fits the area of Social Sciences and its subject is "Video Surveillance and Criminal Prevention". The main purpose of this study was to analyze the contribution of the video surveillance in public places for the Security Forces in the prevention of crime, balanced with the restrictions that its use implies to the basic rights of the citizens.

The methodological design of this study is construed upon the employment of multiple data collection methods. In an initial phase, the author adopted a document analysis approach (within which may be noted some of the main bibliographic material of this paper), engaging in the critical examination of multiple authors and reference materials, books, journals, official publications, government legislation, archives and online sources. Several interviews were made regarding a major and deeper knowledge about the theme. Practical research was based on the collection of data, making use of questionnaires as the primary method of enquiry. The results analysed utilizing SPSS Software and Microsoft Excel, correlated with the concepts of the theoretical part, permitted the confirmation of formulated hypotheses and provided answers fundamental to the research questions. This paper is divided into five phases, these are: Introduction to the study; Theoretical contextualization and literature review; Methodology of empirical research; Articulation and interpretation of acquired data in addition to the presentation of some concluding thoughts and recommendations.

During this investigation, it was possible to note that the video surveillance is faced as a useful and efficient tool to the service of the force and services of security, contributing to a feeling of security of the citizens when used. The use of cameras of surveillance in public places of common use is not seen as restrictive of the citizens' basic rights, as well as it is not considered a substitute of the police elements and force, being only faced as an auxiliary tool in the fulfilment of his mission.

Generally speaking, video surveillance it is seen as a valuable tool in the prevention crime, well as in other areas of the police actions.

This study was undertaken between January 2009 and March 2009.

Keywords: VIDEO SURVEILLANCE, SECURITY FORCE, FEELING OF SECURITY, FUNDAMENTAL RIGHTS, PUBLIC PLACE OF COMMON USE

EPÍGRAFE

“Na sociedade tecnológica em que vivemos, seria um erro ignorarmos o contributo que as novas tecnologias podem dar no domínio da prevenção da insegurança.”

Paulo Valente Gomes

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 ENQUADRAMENTO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “Videovigilância e Prevenção Criminal”, surge como resposta ao processo de Bolonha, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, especialidade Guarda Nacional Republicana (GNR) Infantaria, constituindo-se com um importante meio de desenvolvimento das capacidades de investigação, na área das ciências sociais.

Este trabalho, representa mais uma etapa da formação do futuro oficial da Guarda, visando desenvolver diversas competências, nomeadamente a capacidade para analisar questões complexas e situações novas e não familiares, em contexto alargado e multidisciplinar, apresentando-se como determinante no aproveitamento final do referido mestrado (leccionado na Academia Militar (AM) com duração de cinco anos).

Constitui-se, assim, como uma mais-valia na formação do aluno, futuro Oficial da Guarda, proporcionando, adicionalmente, ferramentas que lhe permitam a breve prazo desempenhar com qualidade as funções inerentes ao seu posto e cargo.

O desenvolvimento dessas competências deve ser conciliado com a possibilidade de tratar um assunto de interesse para a GNR e para a sociedade em geral, elaborando um relatório científico com conclusões claras e sem ambiguidades, através de uma reflexão individual e da aplicação dos conhecimentos adquiridos na área de investigação científica ao longo da sua formação.

Assim sendo, o trabalho em causa, pretende contribuir primordialmente para a valorização pessoal do futuro oficial, não perdendo nunca de vista os interesses da organização e a mais-valia que os resultados do presente trabalho poderão proporcionar.

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha do tema que subjaz à realização do presente trabalho, foi tomada tendo em consideração a pertinência e a actualidade que o mesmo tem na sociedade actual e, inevitavelmente, na organização à qual o autor pertence, a GNR.

O presente tema é alvo constante de notícias nos diferentes meios de comunicação social, sendo na sua maioria das vezes, associado às Forças de Seguranças e ao fenómeno criminalidade. Assim sendo, este, para além de permitir ao aluno uma aproximação com a referida instituição, proporciona ao leitor um vasto leque de conhecimentos na área da

Segurança Interna, das novas alternativas à vigilância policial tradicional e do fenómeno criminal.

Actualmente e face a uma conjuntura social, em que a criminalidade em geral e os actos terroristas em especial ameaçam a Segurança Interna de um País, cabe às Forças de Segurança enquanto prossecutores centrais da função policial do Estado, encontrar modernas e eficazes alternativas, que lhe permitam continuar a garantir a segurança pública. A videovigilância surge como uma forma alternativa e inovadora face à vigilância policial tradicional. Contudo, a sua utilização pelas Forças de Segurança em espaços públicos, levanta inúmeras interrogações, em especial quando a sua utilização acarreta restrições a direitos, liberdades e garantias.

Assim sendo, o tema parece de todo oportuno, na medida em que proporciona, não só às Forças de Segurança e à organização como parte de um todo, mas também à sociedade, conhecimentos e reflexões importantes nesta área.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO E DO OBJECTIVO GERAL

A escolha deste tema deveu-se ao interesse despertado pelo estudo de um assunto que assume, cada vez mais, um papel preponderante, no garante da Segurança e prevenção da criminalidade em muitos dos países europeus e que também em Portugal começa a ganhar um peso cada vez mais significativo.

Contudo, dada a abrangência do tema e as limitações para o abordar, é crucial formular um problema que o restrinja em pontos essenciais sobre os quais a investigação deve incidir.

Do **tema** proposto pelo Comando da GNR, e tendo em conta a conjuntura social actual, no que respeita às novas estratégias e medidas alternativas a implementar pelas Forças de Segurança para fazer face à nova criminalidade, e em que a videovigilância nos aparece como um novo recurso a poder ser usado por estas, no garante da segurança, procuramos com a elaboração do presente trabalho, compreender se em nome da eficácia de prevenção criminal e da segurança pública é legítimo restringirem-se os Direitos da esfera privada dos cidadãos.

Surge então a seguinte **pergunta de partida**: “O contributo que a videovigilância dá às Forças de Segurança na prevenção da criminalidade, justifica as restrições que o seu uso implica nos Direitos Fundamentais dos cidadãos?”. Pode, pois, definir-se como objecto de estudo os Sistemas de Videovigilância e a sua mais-valia como ferramenta útil e eficaz ao serviço das Forças de Segurança, bem com, a estreita ligação que existe entre estes, a

prevenção criminal e os Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos, tendo por base a jurisdição portuguesa existente nessa área.

1.1.4 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Para dar resposta ao problema formulado, visando o enquadramento teórico do tema e a investigação de campo, definiram-se os seguintes **objectivos específicos**:

- Analisar os normativos legais existentes em Portugal, respeitantes à temática da vídeo vigilância;
- Analisar a eficácia dos sistemas de vídeo vigilância na prevenção e combate ao crime;
- Abordar a problemática jurídica relacionada com as restrições aos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, provocadas pelos sistemas de vídeo vigilância;
- Saber qual a visão das Forças de Segurança e da população acerca da videovigilância;

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

As perguntas sobre as quais vamos assentar a nossa investigação, decorrem directamente dos objectivos definidos e especificam os aspectos a estudar. São o conjunto de questões em torno do problema inicial que são necessárias colocar para poder responder ao mesmo.

Dito isto, surgem como perguntas pertinentes e necessárias as seguintes:

- A videovigilância apresenta-se como uma ferramenta útil e eficaz ao serviço das Forças de Segurança?
- Quais as suas potencialidades e vulnerabilidades?
- Quais as suas valências?
- Em que circunstâncias é justificado o seu emprego?
- Em que medida a videovigilância interfere na esfera particular dos cidadãos?
- Qual a resposta dada pelos normativos legais à videovigilância?
- Que opinião têm as Forças de Segurança e a população da videovigilância?

1.1.6 ESTRUTURA

O trabalho encontra-se bipartido numa primeira parte teórica e numa segunda iminentemente prática.

A primeira parte tem como objectivo o enquadramento teórico do tema, em que são apresentados e relacionados alguns conceitos sobre a videovigilância, as Forças de Segurança e os direitos da esfera privada dos cidadãos. Nesta primeira parte é ainda

analisada a condição jurídica da videovigilância em Portugal, sendo dissecada mais a fundo a problemática levantada em torno da “prevenção criminal versus direitos da esfera privada”.

A segunda parte do trabalho incide na investigação de campo, métodos e técnicas de investigação utilizadas, procedendo-se, ainda, à análise de resultados. No final, são apresentadas as respostas as questões iniciais, conclusões decorrentes do trabalho desenvolvido e possíveis recomendações.

1.2 METODOLOGIA

A investigação iniciou-se com uma fase exploratória para clarificar o estado da arte. Constatou-se que associado ao tema do trabalho está um vasto conjunto de conceitos, teorias e ideias que importa apresentar e desenvolver, para construir um quadro conceptual que justifique a utilização ou não da videovigilância por parte das Forças de Segurança em locais públicos de utilização comum.

Analizada a informação, realizou-se uma triagem dos dados obtidos através da consulta de diversas obras bibliográficas, bem como de sítios da *Internet*, com o intuito de seleccionar os assuntos com maior interesse para a investigação, tendo em vista os objectivos definidos. A pesquisa bibliográfica incidiu sobre obras respeitantes à actuação policial face a uma nova realidade social, à videovigilância propriamente dita e a sua mais-valia na segurança interna, diversas obras respeitantes aos direitos Constitucionais e direitos Fundamentais, teses e trabalhos elaborados nas mesmas áreas, bem como sobre a diversa legislação vigente relativa aos Direitos Fundamentais e à utilização da videovigilância. A pesquisa de bibliografia foi feita em vários locais, nomeadamente na Biblioteca Nacional, na biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), na biblioteca da AM e na biblioteca da Escola da Guarda, bem como recorrendo à *Internet*, fonte essencial de recolha de informação nos dias de hoje. No trabalho de campo, recorreu-se essencialmente à análise estatística de dados recolhidos com a aplicação de questionários, cuja metodologia é apresentada em pormenor na respectiva parte do trabalho.

Efectuaram-se ainda **entrevistas exploratórias**, uma das quais a uma personalidade qualificada na área da Segurança Interna e que trabalhou directamente com a videovigilância, e outra a um especialista na área dos Direitos Fundamentais, como complemento à investigação das leituras, pois, segundo Quivy & Campenhoudt, (2008, p.69) “ (...) as entrevistas exploratórias contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargarem ou rectificarem o campo de investigação das leituras.” Acrescente-se ainda, que as entrevistas exploratórias economizam tempo de leitura na construção de hipóteses e proporcionam ao investigador informação e conhecimentos, que a ele, por si só, não lhe ocorreriam (Quivy & Campenhoudt, 2008).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – O ESTADO, AS FORÇAS DE SEGURANÇA E A SOCIEDADE

“Segurança é tudo aquilo que faz a diferença entre a liberdade e a anarquia”

(Michael Rocard *apud* Alves 2003)

Neste capítulo será feito um relacionamento de forma muito sucinta, entre a sociedade, a necessidade que esta tem em se sentir segura e a função do Estado e das Forças de Segurança no garante da mesma. Este relacionamento tem como fundamento apresentar alguns conceitos que importa apresentar e desenvolver, de forma a constituir um quadro conceptual que justifique o aparecimento e uso da videovigilância ao serviço da segurança.

Será também no presente capítulo, estabelecida a diferença entre os diversos locais onde poderá ser utilizada a videovigilância.

2.1 A SEGURANÇA COMO UM DOS OBJECTIVOS TELEOLÓGICOS DO ESTADO

Desde os primórdios da humanidade que os homens têm necessidades e aspirações, e desde muito cedo também, se apercebeu não poderem essas mesmas serem satisfeitas com base apenas em esforços individuais (Alves, 2003). Assim se constituíram os primeiros grupos sociais, e estruturas de poder político, havendo mesmo quem defenda que, “a busca de uma vida segura levou os seres humanos a construir o Estado, enquanto comunidade e aparelho”. (Clemente, 2000, p. 40)

Assim, chegamos à contemporaneidade, em que, a garantia do Bem-estar social, da **Segurança pública** e a prossecução da Justiça se constituem como tarefas fundamentais dos modernos Estados democráticos, sendo que a Segurança, a nível interno como externo, eleva-se a um nível superior como pilar fundamental na estrutura de Estado independente.

Os cidadãos confiam assim no Estado a satisfação da necessidade colectiva de segurança, esperando que o mesmo use a sua força legítima para impor o cumprimento da lei.

Esta delegação de poder, e a necessidade por parte do Estado de manter a ordem pública e a segurança nacional, obrigou à criação de um “braço armado”, que se faz

representar pelas Forças e Serviços de Segurança. É assim, através da função pública de polícia, que o Estado consegue alcançar a realização da aspiração nacional de segurança (Madaleno, 2000).

2.2 A SOCIEDADE E O SENTIMENTO DE (IN) SEGURANÇA

A crise que abala o mundo actual faz-se sentir a diversos níveis, nomeadamente ao nível da segurança e do bem-estar social, que são corolários e fundamento da expressão de todos os direitos pessoais, culturais, sociais e económicos (Valente, 2005). O crescente aumento do desemprego, a inflação dos mercados, o aumento das desigualdades sociais, associado a muitos outros factores, leva a que por vezes as pessoas baixam os braços a uma luta honesta, e enveredem pelo caminho do crime procurando dinheiro rápido e fácil (A. C. Alves, 1999).

As crescentes taxas de criminalidade, associado a outros factores como são exemplo, o descrédito na justiça e na acção policial, elevam cada vez mais na sociedade actual o sentimento de insegurança, que segundo Valkeneer *in* Clemente (2000, p. 284) se define “como um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer colectivas, cristalizadas sobre o crime.”

A sensação de receio e constrangimento, incitada pelo sentimento de insegurança, atinge todos os escalões etários e sociais, estando mais canalizado para os grandes centros, locais onde o número de pessoas é maior.

Associado a este sentimento, como já referido, está claramente o aumento dos índices de criminalidade e o descrédito nas forças policiais, cabendo a este nível às Forças de Segurança encontrar medidas e estratégias que lhe permitam dar a volta a esta situação, tornando as suas zonas de acção mais seguras e desta forma aumentar os níveis de segurança por parte da população.

2.3 AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE À NOVA CRIMINALIDADE

A polícia, em sentido lato, é um agente de controlo social e indissociável da sociedade onde se insere, conferindo-lhe maior ou menor qualidade civilizacional (Dias, 2001).

É neste sentido, que as forças policíacas, face a crescente e moderna criminalidade, cada vez mais organizada e dotada de novos meios e tecnologias, têm de evoluir e se adaptar, modernizando as suas formas de actuar, os seus métodos e técnicas e também os seus meios.

Sendo que a função policial é multidisciplinar e diversa, abrangendo competências de investigação criminal, de acção penal, de prevenção criminal administrativas, manutenção da ordem, terrorismo e segurança pessoal (Dias, 2001), e numa situação, cada vez mais

problemática, de falta de efectivo policial, associado a outras dificuldades, cabe as Forças de Segurança encontrar alternativas credíveis e eficazes que lhe permitam continuar a cumprir com o rigor que se lhe exige a sua missão.

É nesta perspectiva, que ao nível das Forças de Segurança surge a necessidade de implementação de medidas de prevenção e vigilância multifacetadas e na qual surge a videovigilância “como um meio de apoio à actividade preventiva e repressiva das forças policiais no sentido de permitirem uma melhor visualização que lhes permita uma percepção mais adequada dos factos, podendo conduzir à movimentação de meios humanos e materiais proporcionais à necessidade” (Valente, 2006, p 122).

2.4 LOCAIS DE DOMÍNIO PRIVADO E DOMÍNIO PÚBLICO

Atendendo ao facto de que a utilização e gestão dos sistemas de videovigilância pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS) é feita na maioria dos casos em locais públicos, cabendo às empresas de segurança privadas a gestão destes sistemas nos locais de domínio privado¹, importa aqui esclarecer a diferença entre locais de domínio público e locais de domínio privado.

Entendendo local, como lugar, sítio ou ponto referido a um facto, podemos dizer que um determinado local é privado, quando a este apenas determinadas pessoas podem ter acesso ou usufruir do mesmo, se para tal tiverem consentimento.

Como local público, podemos entender todo o lugar a que toda e qualquer pessoa pode ter acesso, sem ter de para tal, dar qualquer tipo de justificação ou preencher qualquer tipo de requisito. Dentro dos locais públicos, podemos ainda distinguir entre, espaços de **utilização comum** e espaços de utilização reservada ou condicionada (Chambel, 2000).

Os locais de domínio público de utilização reservada ou condicionada, podem ser utilizados por qualquer pessoa, mas mediante determinadas restrições (e.g. escolas, destacamentos e esquadras, universidades, etc.).

Os locais de domínio público de utilização comum, são todos os locais públicos de livre circulação, sem qualquer tipo de restrição pessoal, em que as pessoas podem circular sempre que quiserem (e.g. ruas, jardins públicos, praias, estradas nacionais, etc.).

Podemos assim considerar, que “um local de domínio público de utilização comum é aquele que está afecto a um fim de utilidade pública inerente, derivado de ele ser, desde tempos imemoriais, destinado ao uso de todas as pessoas, cuja utilização de ser directa e imediata pelo público” (Chambel, 2000, p. 9).

É sobre os **locais de domínio público** que o nosso trabalho se debruça, na medida em que, como já referido, a utilização e gestão dos sistemas de videovigilância pelas FFSS é feita na pluralidade dos casos sobre estes, e **de utilização comum**, pelo facto de os locais

¹ Vide Anexo T

de domínio público de utilização reservada ou condicionada, estarem sujeitos a uma administração própria que contém regras inerentes à pessoa colectiva pública que os administra e conserva.

2.5 CONCLUSÕES

Atentas a uma sociedade em que o medo e a insegurança são cada vez maiores, as pessoas, cada dia mais e mais, tem a necessidade de exigir Segurança. Ao Estado e às polícias cabe a difícil e árdua missão de assegurar o alcançar moral e real desse sentimento por parte das populações.

As forças polícias procuram deste modo encontrar modernas, sofisticadas e ao mesmo tempo, eficazes e eficientes, estratégias e tecnologias, que lhe permitam auxiliar a sua missão de prevenir e reprimir a criminalidade.

A videovigilância surge neste âmbito, sendo vista como uma moderna ferramenta, complementar da acção policial na prevenção e combate ao crime.

CAPÍTULO 3 – VIDEOVIGILÂNCIA EM NOME DA SEGURANÇA PÚBLICA

“A utilização das câmaras de vídeo tem como finalidade geral a manutenção da segurança e ordem públicas e prevenção da prática de crimes.”
(Valente, 2006, p. 135)

Apresentados alguns conceitos teóricos correlacionados com o tema tratado no presente trabalho, este capítulo é reservado a uma explicação teórica e muito sucinta do funcionamento dos sistemas de videovigilância. Depois, são apresentados alguns casos, em que a videovigilância é usada além fronteiras, tendo em vista mostrar como este sistema é já uma realidade em outros países.

A parte final do presente capítulo, procura mostrar algumas das mais-valias do uso dos sistemas de videovigilância ao nível da segurança, bem como alguns perigos relacionados com a sua utilização.

3.1 NOÇÃO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO OU VIDEOVIGILÂNCIA

O **circuito fechado de televisão**², é segundo Goold (2004, p.12), um “sistema no qual um número de câmaras de vídeo são conectadas em um circuito fechado, e em que as imagens produzidas são enviadas para um monitor ou televisão centrais, onde são registadas”,³ permitindo deste modo a monitorização de acontecimentos e actividades que estão a decorrer, ou decorreram num outro local.

Um CCTV pode ser comparado à nossa televisão de casa, diferindo desta, pelo facto que o sinal não é transmitido abertamente, ainda que possa empregar hiperligações *wireless* ponto a ponto, sendo que apenas um número restrito de monitores podem ter acesso às imagens.⁴

O circuito fechado de televisão, mais conhecido por videovigilância⁵, pode funcionar continuamente ou apenas a espaços tendo em vista o acompanhamento de um evento em

² Esta designação surge da expressão inglesa: “Closed Circuit Television (CCTV)”.

³ Tradução livre da responsabilidade do autor.

⁴ CLOSED-CIRCUIT TELEVISION. Disponível na Internet em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/CCTV>, [consultado em: 03 de Fevereiro de 2009].

⁵ Para um maior aprofundamento e compreensão do funcionamento e dos componentes que compõem um sistema de Videovigilância, Vide CHAMBEL, 2000, p. 14 e ss.

particular, e geralmente é composto por: várias câmaras de vídeo que permitem a vigilância de diferentes áreas e locais simultaneamente, um mecanismo de transmissão das imagens para uma central e uma central de monitorização equipada com monitores e gravadores que permitem o visionamento das imagens em tempo real ou *à posteriori*. Todo este sistema é manipulado por um ou mais operadores.

3.2 PERSPECTIVA HISTÓRICA: A VIDEOVIGILÂNCIA COMO REALIDADE EM OUTROS PAÍSES⁶

A primeira vez que se ouviu falar em sistemas de vigilância ao nível da segurança foi nos anos 70, em Inglaterra, tendo sido, ao nível das empresas de Segurança Privada que se deu a sua primeira utilização (Chambel, 2000).

Hodiernamente, a videovigilância surge como um sistema de vigilância cada vez mais utilizado, tanto ao nível da segurança privada como da segurança pública, fazendo nos dias de hoje parte de uma realidade comum à maioria dos países ditos desenvolvidos. A nível europeu, são de destacar os casos da Inglaterra, da Espanha, da França e da Itália, sendo que a maior expressão da utilização da videovigilância pelas polícias, para fins de prevenção criminal, se encontra ao nível da Inglaterra, de tal forma que segundo Castro (2005) a imagem de um britânico em média seja capturada cerca de 300 vezes por dia. Os Estados Unidos da América são outro exemplo da utilização da videovigilância em nome da segurança pública.

O actual desenvolvimento da tecnologia ligado à videovigilância, permitindo o aparecimento dos sistemas de CCTV cada vez mais sofisticados, que possibilitam a captação de imagens com maior definição e maior zoom, inclusive em ambiente nocturno, capacidade de rotação a 360º, detecção de movimento, entre outras capacidades, aponta para que este sistema seja, progressivamente, e cada vez mais utilizado no ramo da segurança.

Associado ao desenvolvimento da tecnologia ligada à videovigilância surgem como tecnologia de vanguarda, já usados em alguns países, os sistemas automáticos de reconhecimento de matrículas e os sistemas de reconhecimento facial. O primeiro, permite que as chapas de matrícula dos veículos observados pelas câmaras, fixas ou móveis, sejam “lidas” através de um *software* informático de reconhecimento padrão, possibilitando deste modo a identificação e confrontação destas matrículas com diversas bases de dados. No caso de existir alguma irregularidade relacionada com aquele veículo ou o seu proprietário é imediatamente accionado um alerta para que as equipas de fiscalização rodoviária efectuem a sua intercepção. O segundo sistema, efectua automaticamente a identificação de uma

⁶ Para um conhecimento mais aprofundado do uso da Videovigilância em outros países, Vide Madaleno, 2007, p. 22 a 24.

pessoa através da comparação de uma imagem digital com uma base de dados onde constam as imagens faciais de pessoas procuradas, desaparecidas ou outras de interesse das polícias. No caso de haver correspondência o sistema emite um alerta ao operador (Madaleno, 2007).

3.3 VIDEOVIGILÂNCIA: COMPLEMENTO À SEGURANÇA OU AMEAÇA

No plano da prevenção da criminalidade, a videovigilância surge nos dias de hoje como uma ferramenta auxiliar ao cumprimento da acção policial. Contudo, a constante proliferação destes sistemas em lugares públicos, atenta a implicações dos direitos fundamentais dos cidadãos, levantando inúmeras questões de ordem moral e o medo de nos subjugarmos a uma sociedade de vigilância total.

3.3.1 VALÊNCIAS

Os sistemas de videovigilância a implementar em espaços públicos de utilização comum constituem uma valiosa ferramenta e instrumento complementar da actividade policial, preventiva e reactiva, com um forte efeito dissuasor na prática de determinados ilícitos criminais e condutas anti-sociais, e que permite não só agilizar e maximizar a resposta policial a cada situação em concreto, como facilita e, em alguns casos mesmo, torna possível a identificação e subsequente apuramento de responsabilidades criminais, contribuindo também para a melhoria do sentimento de segurança por parte das populações abrangidas pelo sistema.

Esta polivalência dos sistemas de videovigilância permite às Forças de Segurança fazer uso dos mesmos nas diversas e multifacetadas funções policiais, nomeadamente: “as informações, a prevenção, a repressão e a assistência” (Alves, 1996, p.5).

3.3.1.1 VIDEOVIGILÂNCIA E SENTIMENTO DE SEGURANÇA

A vida é, como sabemos, o principal interesse do homem, sendo desta forma um direito inalienável de todos, cabendo ao Estado “na pessoa” das Forças de Segurança de a assegurar (Valente, 2005). Nesse sentido, cabe às Forças de Segurança, o ensaio de medidas preventivas que lhe permitam por cobro á criminalidade e aumentar o sentimento de segurança da população.

Por conseguinte, um dos principais fundamentos à implementação de sistemas de videovigilância em locais públicos de utilização comum, é a sua mais valia na redução do medo ao crime, pelo sentimento de segurança que a presença das câmaras nas ruas pode

transmitir, “(...) o medo do crime pode ser mais preocupante do que o próprio crime e seguindo esta linha de pensamento, o CCTV é uma medida importante para atingir a paz social” (Ladeira, 2006, p. 358).

Um estudo desenvolvido pela consultora PremiValor para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”⁷, obteve resultados em que 64% das pessoas inquiridas afirmam sentir-se mais seguros com a presença de um sistema de videovigilância⁸.

3.3.1.2 VIDEOVIGILÂNCIA E PREVENÇÃO CRIMINAL

Uma das principais razões para a implementação da videovigilância em locais públicos, prende-se com a necessidade de uma maior eficácia ao nível da prevenção criminal, sendo esta, como afirma Goold (2004, p.3) “uma nova e valiosa arma na luta contra o crime e a desordem pública.”⁹

A presença das câmaras por si só apresenta um grande efeito dissuasor, sendo para tal necessário que os eventuais criminosos tenham conhecimento da presença das câmaras e no pressuposto de que o criminoso acredita que a presença das câmaras representa um risco significativo de detecção e detenção, de forma a abdicar das suas presumíveis intenções criminosas (Ratcliffe, 2006).

No mesmo estudo, já referido anteriormente, desenvolvido pela consultora PremiValor para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”, obteve resultados em que 73% dos inquiridos considera os meios de videovigilância dissuasores de comportamentos ilícitos.

3.3.1.3 VIDEOVIGILÂNCIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Para além das vantagens traduzidas ao nível da prevenção criminal, o CCTV constitui também uma ferramenta muito útil á investigação de actos criminosos pelas Forças de Segurança (Uribe, 2006).

A possibilidade, garantida por esta nova tecnologia, em gravar continuamente o que se passa no seu raio de acção, permite às polícias o recurso às imagens gravadas de forma a proceder á identificação de suspeitos e ao esclarecimento de situações.

Outra das mais-valias da videovigilância, ao nível da investigação criminal, é a eventualidade de as imagens captadas e gravadas pelas câmaras de vigilância, poderem

⁷ ADT ALWAYS THERE. Disponível na Internet em: <http://www.adt.pt/Default.aspx?LocID-0jfnew01n.RefLocID-0jg00c001.htm?sksearchtext=2ª%20edição>, [consultado em: 05 de Fevereiro de 2009].

⁸ Este estudo envolveu a realização de 870 questionários realizados entre 5 de Novembro e 12 de Dezembro de 2007, nas cidades de Lisboa, Porto, Algarve (cidade de Faro), Évora e Castelo Branco.

⁹ Tradução livre da responsabilidade do autor.

em sede de tribunal servir de meio de prova, uma vez que em Portugal, de acordo com os artigos 164º a 167º do **Código Processo Penal**¹⁰ (CPP) e o nº1 do artigo 8º da **Lei 1/2005**¹¹, é admitido o valor probatório das reproduções mecânicas, bem como fazer aumentar a admissão da culpabilidade dos delinquentes quando conscientes de que as suas acções foram gravadas (Madaleno, 2007).

3.3.1.4 VIDEOVIGILÂNCIA E INFORMAÇÕES POLICIAIS

Hodiernamente, as informações detêm cada vez mais um papel preponderante nas acções de planeamento e de tomada de decisão com vista ao desenvolver das acções policiais.

Na medida em que, quem detém a informação detém o poder (J. Alves, 1999), as informações recolhidas pelos CCTV, vão contribuir em muito, para o suporte da actividade operacional diária levada a cabo pelas polícias.

A implementação de sistemas de vigilância vem permitir a captação de imagens e o controlo visual de locais, 24 horas por dia, contribuindo em larga medida para a recolha e produção de informações. Essas informações, “(...) quando integradas no contínuo e dinâmico ciclo de produção de informações policiais, pode consubstanciar um instrumento fundamental para alcançar a inteligência policial, indispensável à segurança pública das sociedades hodiernas” (Madaleno, 2007, p. 35).

Deste modo, às polícias, numa sociedade que se torna cada vez mais fragmentada, caberá o importante papel de adaptar e desenvolver a sua estrutura e organização, de maneira a que o enfoque da actividade policial seja transferido das formas tradicionais de controlo e manutenção da ordem, para actividades que visam proporcionar segurança através do uso de tecnologias de vigilância concebidas para identificar, prever e gerir o risco (Ericson e Haggerty *apud* Fernandes, 2006, p. 107).

3.3.1.5 VIDEOVIGILÂNCIA E A ACTUAÇÃO POLICIAL

Uma outra implicação da implementação da videovigilância nos locais públicos prende-se com a actuação policial face às situações do dia-a-dia.

O facto de um elemento (s), poder através de uma sala de operações visualizar o que se está a passar no “terreno”, permite às forças policiais dar uma melhor resposta das ocorrências que vão surgindo, pois saberão de antemão quão grave é um incidente e quais os meios policiais (materiais e humanos) necessários a enviar para o local” (Goold, 2004). “A videovigilância permite determinar o nível de resposta policial apropriado a um determinado incidente” (Ratcliffe *apud* Madaleno, 2007, p. 37).

¹⁰ Vide anexo P

¹¹ Vide anexo M

A utilização dos sistemas de videovigilância possibilita deste modo, uma melhor gestão dos meios dispostos ao serviço das Forças de Segurança, o que por si só já é uma mais-valia, uma vez que estes nunca são de mais e quase sempre pecam por defeito, como permitirá diminuir o tempo de resposta policial às ocorrências, assim como uma maior eficiência na resolução das mesmas.

Não deve contudo descorar-se nunca a necessidade de um policiamento de proximidade que permita o estabelecimento de um elo de confiança e conhecimento mútuos entre as forças policiais e os cidadãos, sendo que, o uso de câmaras de vigilância poderá todavia facilitar a colocação de mais recursos ao patrulhamento de outras áreas da cidade (Coelho *apud* VOURC'H, 2000).

O estudo já referido anteriormente, desenvolvido pela consultora PremiValor para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”, obteve resultados em que 94% dos inquiridos considera que os sistemas de videovigilância contribuem para auxiliar a actividade das Forças de Segurança.

3.3.1.6 VIDEOVIGILÂNCIA: AUXILIO E SOCORRO

Associado, ao subcapítulo anterior, está a capacidade de auxílio e socorro à população, que este sofisticado meio de vigilância possibilita às forças policiais.

A possibilidade de colocação de câmaras em locais de maior perigo e de ocorrência de maiores incidentes, permite às Forças de Segurança uma maior capacidade de resposta aquando da sua efectividade.

Vejamos, o exemplo ao nível da sinistralidade nas estradas, em que ocorre um determinado acidente e o (s) indivíduo (s) envolvidos perdem o (s) sentido (s) não podendo deste modo comunicar o sucedido e pedir auxílio às autoridades. A visualização do sucedido pelas forças policiais, através dos sistemas CCTV, permitirá a estas desencadear todos os meios necessários ao auxílio e socorro da (s) pessoa (s) envolvidas (s). O mesmo acontece numa situação de incêndio florestal, em que uma ou mais pessoas podem ter ficado envoltas pelo fogo.

Em estas e outras situações, os sistemas CCTV, representam uma mais-valia no auxílio do cumprimento da missão das Forças de Segurança, que passa por proteger, auxiliar e socorrer os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes de acção humana ou da natureza (GNR, 1996).

3.3.2 AMEAÇAS

A existência de câmaras de vídeo em lugares públicos, com os propósitos já referenciados, constitui uma realidade emergente e com benefícios reconhecidos. Contudo, apesar de todas essas mais-valias, os sistemas de videovigilância não são um sistema irrepreensível, apresentando também as suas fragilidades, sendo que a sua utilização em locais públicos, em si mesma levanta muitas vozes cépticas e críticas.

“Na perspectiva técnica, temos de referir que não é um sistema perfeito, pois é um sistema manobrado pelo homem, como por ele foi inventado, é um meio de fácil sabotagem e manipulação mecânica e física, o que permite inutilizá-lo ou torná-lo inoperável durante o tempo suficiente para a prática de qualquer delito (Valente, 2006, p. 121).

3.3.2.1 VIDEOVIGILÂNCIA E RESTRIÇÃO DE DIREITOS

A videovigilância, utilizada em locais públicos, tem recebido inúmeras críticas resultantes da suposta violação de direitos fundamentais dos cidadãos. O pressuposto, é o de que, “ao usarmos a videovigilância (...) podemos violar direitos pessoais tais como os *direitos à imagem, à reserva da intimidade de vida privada e familiar, à liberdade em geral e de circulação em especial*, que (...) são corolários do direitos à integridade moral que solidifica forte e materialmente o principio fundamental do Estado de Direito Democrático: o respeito da dignidade da pessoa humana” (Valente, *apud* Madaleno, 2007, p. 38).

É sem dúvida, uma tarefa de extrema complexidade para as forças policiais, a de gerir esta problemática relacionada com o conflito gerado pela violação de direitos fundamentais pelo uso de sistemas de videovigilância em locais públicos.¹²

“Nesta relação, cabe ao Estado e às Forças de Segurança encontrar o ponto de equilíbrio entre a responsabilidade de garantir a liberdade dos cidadãos e, simultaneamente, a sua segurança, sem contudo beliscar o exercício dos demais direitos fundamentais” (Viegas *apud* Amaro 1999, p. 189).

3.3.2.2 VIDEOVIGILÂNCIA UMA AMEAÇA TOTALITÁRIA

A explosão do progresso tecnológico no campo audiovisual, permitindo a captação de imagens e sons, bem como a sua subsequente transmissão e reprodução, mostra ser um trunfo da modernidade (Otero, 2001). A verdade é que comporta em si, um assinalável risco, se banalizado e usado indiscriminadamente sem qualquer tipo de regras ou restrições, em situações que em nada justifiquem o seu emprego, correndo-se o risco de fazer cair em descrédito esta valiosa ferramenta ao “serviço” das forças policiais na prevenção e combate ao crime.

¹² Esta problemática será debatida mais aprofundadamente no capítulo 4.

Apesar do sentimento de insegurança generalizado resultado da crescente criminalidade, não podemos ver a videovigilância como resolução de todos os problemas, podendo esta apenas poder ser vista como meio tático auxiliar e excepcional das Forças de Segurança e não como meio principal, ao qual se interligam todos os outros meios. Até porque a eficácia dos sistemas de videovigilância na prevenção criminal apresenta segundo Ratcliffe (2006) diferentes resultados de acordo com o local e o tipo de crimes que se visam prevenir.

A utilização das câmaras de vídeo deverá pressupor sempre a existência de riscos objectivos para a segurança e a ordem públicas.

Deste modo, evitaremos cair no que Paulo Otero (2001) designa de cultura totalitária decorrente da degeneração tecnológica, e evitar, desta feita, decair na “robotização da sociedade, que começa pela subjugação do homem á maquina, e que é o caminho para o desmoronamento da riqueza humana: o pensamento” (Valente, 2006, p. 122).

3.4 A VIDEOVIGILÂNCIA NA GNR

A GNR, embora ainda não a uma escala que se possa comparar com o que é feito em Inglaterra bem como em outros países, faz já uso da videovigilância numa série de vertentes, no âmbito dos fins legalmente autorizados pelo n.º 1 do artigo 2.º da Lei 1/2005, nomeadamente: *a) Protecção de edifícios e instalações públicos e respectivos acessos; b) Protecção de instalações com interesse para a defesa nacional; c) Protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência; d) Prevenção e repressão de infracções estradais.*

No que concerne à alínea a), a GNR tem neste momento inúmeros pedidos feitos para aprovação da instalação de câmaras em diversos quartéis, tendo estas como finalidade a protecção dos mesmos e o controle dos seus acessos.

No âmbito da alínea b), pode ser a título de exemplo referido o caso da Assembleia da República (AR), onde a GNR é a autoridade responsável pela manutenção da segurança. Para o auxiliar da segurança, está implementado um sofisticado sistema de videovigilância, que permite aos militares da GNR um controlo completo de tudo o que se passa na área envolvente à AR.

Para protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência, a GNR apresenta em Fátima um bom exemplo da utilização da videovigilância com essa finalidade.

O Long Arm Operational System (LAOS), sistema de vigilância de costa utilizado durante vários anos, pela Brigada Fiscal, no controlo de costa pode também ser enquadrado neste ponto, sendo no entanto o mesmo, mais direccionado para o combate às infracções tributárias (contrabando, fraude fiscal, etc.). Este sistema de vigilância encontra-se neste

momento a ser substituído por um sistema de vigilância mais sofisticado, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC).

Ainda a este nível pode ser referido o caso de Leiria, em que os sistemas de videovigilância são usados ao nível da prevenção florestal.

No âmbito da prevenção e repressão de infracções estradais, a GNR em cooperação com as entidades competentes para a gestão das estradas nacionais (Estradas de Portugal, S.A.) e com as concessionárias das estradas, utiliza os sistemas de videovigilância para detecção de possíveis infracções, mas essencialmente para um melhor controlo e gestão das estradas de acordo com a afluência de trânsito e para a tomada de conhecimento de eventuais despistes, permitindo-lhe em tempo oportuno providenciar os meios e socorro necessários à resolução do incidente.

3.5 CONCLUSÕES

A utilização de sistemas de videovigilância pelas FFSS é sem dúvida uma mais-valia para as mesmas na prevenção e combate ao crime, sendo prova disso mesmo o que é já feito em outros países.

A aplicação desta sofisticada tecnologia, espelha-se como uma vantagem, em diversas vertentes da actuação das Forças de Segurança, porém esta deve somente ser encarada como uma ferramenta auxiliar a ser usada, apenas e só, em situações que justifiquem plenamente o seu emprego.

Deste modo evitar-se-á cair na proliferação e utilização descontrolada da videovigilância, salvaguardando-se os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

CAPÍTULO 4 – O PARADIGMA JURÍDICO DA VIDEOVIGILÂNCIA: PREVENÇÃO CRIMINAL VERSUS DIREITOS DA ESFERA PRIVADA

“Num Estado de direito democrático, não se concebe a liberdade do cidadão sem que seja garantida a sua segurança, nem se admite segurança, sacrificando a liberdade e os direitos fundamentais do cidadão”
(Almeida *apud* Carvalho, 2001, p. 42)

Após o levantamento, no capítulo anterior, de algumas das mais-valias da videovigilância ao serviço da prevenção criminal, bem como de algumas das suas fragilidades, nomeadamente a susceptibilidade de restringir alguns dos direitos fundamentais dos cidadãos, no presente capítulo propomo-nos debater esta problemática.

Numa primeira parte, serão abordados os direitos fundamentais dos cidadãos passíveis de ser postos em causa pelo uso da videovigilância em locais públicos de utilização comum. Nesta fase proceder-se-á ainda a uma análise ao direito à segurança como Direito Fundamental.

Numa segunda parte, será feita uma confrontação entre esses direitos, na tentativa de saber qual a resposta jurídica aquando do conflito de direitos fundamentais em direito constitucional.

4.1 A VIDEOVIGILÂNCIA E A RESTRIÇÃO DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

“Os Direitos Fundamentais, cujo conceito moderno assenta na tradição inglesa de (Magna Carta) e a concepção jus racionalista das revoluções francesas e americana, são direitos inerentes à própria pessoa, como básicos da sua vida, sendo por isso, utilizados na linguagem corrente, como sinónimos de direitos do homem ou direitos humanos” (Viegas *apud* Amaro 1999, p. 188).

Assim, por direitos fundamentais, entendem-se os direitos ou posições jurídicas, subjectivas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na constituição (Miranda *apud* Matos, 1998).

A utilização da videovigilância em locais públicos atenta aos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, nomeadamente: à reserva da intimidade da vida privada, direito à imagem e direito à liberdade (Valente, 2006).

4.1.1 O DIREITO À INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA

O direito à intimidade da vida privada constitui um direito especial de personalidade consagrado em diversos ordenamentos jurídicos nacionais¹³ e internacionais¹⁴, podendo definir-se como “aquela parte da vida pessoal, de acção pessoal e do pensamento pessoal que ninguém (...) pode ter conhecimento” (Schmidt *apud* Valente, 2006, p. 127).

O uso de câmaras em locais públicos fora do quadro jurídico, pode consignar a prática dos crimes de gravações ilícitas e da devassa da vida privada, uma vez que, pode estar a aceder-se a aspectos da vida das pessoas, que estas, poderiam querer manter sob reserva da privacidade/intimidade (Valente, 2006).

4.1.2 O DIREITO À IMAGEM

A imagem constitui-se como uma representação externa da personalidade humana que se assume como uma expressão estruturante da identidade pessoal.

A crescente inovação tecnológica permitiu o aparecimento de diversos aparelhos de captação de imagem, nomeadamente os sistemas de videovigilância, confrontando-nos nos dias de hoje com inúmeras formas de captação de imagem individual.

A noção desta crescente exposição da imagem, levou a que, o direito à imagem emergisse como direito fundamental do cidadão a partir do último quarto do séc. XX (Madaleno, 2007).

A nível jurídico, o direito à imagem goza de reconhecimento e tutela tanto por parte da Lei Fundamental, artigo (art.) 26.º nº 1 da **Constituição da Republica Portuguesa (CRP)**¹⁵, como por parte da lei civil, art. 79.º do **Código Civil (CC)**¹⁶, sendo que este se efectiva pela proibição da fixação da aparência externa de uma pessoa sem o seu consentimento. (Andrade, 1996). Deste modo, “unicamente à própria pessoa assiste (...) o direito de determinar quem pode gravar, registar ou divulgar a sua imagem” (Andrade *apud* Madaleno, 2007, p. 47).

¹³ Ao nível jurídico nacional, a CRP pronuncia-se referindo no seu artigo 26.º nº 1, que “a todos são reconhecidos os direitos (...) à reserva da intimidade da vida privada e familiar (...)”, sendo que no artigo 80.º nº 1 do Código Civil (CC) é estipulado que “(...) todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem”.

¹⁴ Vide art.º 12.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), anexo R.

¹⁵ Vide anexo O

¹⁶ Vide anexo Q

As filmagens efectuadas pelas câmaras de videovigilância podem culminar, na ofensa ao direito à imagem, uma vez que, as gravações são efectuadas sem o consentimento dos visados.

4.1.3 O DIREITO À LIBERDADE

A liberdade pode ser definida como a faculdade de uma pessoa poder dispor de si, fazendo ou deixando de fazer por seu livre arbítrio qualquer coisa (AAVV, 2008).

A nível jurídico, o direito à liberdade, encontra-se consagrado no art. 27.º da CRP, sendo que, “o direito à liberdade, em geral, abrange a liberdade física, a liberdade de movimentos, o direito de não ficar confinado a um determinado espaço sem que se seja, impedido de se movimentar sem qualquer constrangimento, podendo este ser de natureza física ou moral” (Valente, 2006).

É nesta perspectiva, que a utilização da videovigilância, enquanto meio que possibilita a gravação do que/e de quem passa no seu raio de acção, poderá constranger moralmente as pessoas que decidam passar por um local vídeo vigiado, escolhendo um outro em detrimento deste.

4.2 A SEGURANÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Para Canotilho e Moreira (2007) o direito à segurança reveste duas dimensões: uma negativa, estritamente associada ao direito à liberdade, traduzindo-se num direito subjectivo à segurança, e uma dimensão positiva, traduzindo-se num direito positiva à protecção através dos poderes políticos contra as agressões ou ameaças de outrem.

A segurança surge, assim como um direito fundamental do cidadão, estando estritamente ligado à ideia de segurança pública, sendo que, a garantia desta só pode ser entendida como a situação social que garante a todos, e cada um, a conservação da sua personalidade e direitos.

O direito à Segurança, estipulado no art. 27.º n.º1 da CRP, é o seguro aos cidadãos do gozo de outros direitos constitucionalmente consagrados (Canotilho e Moreira *apud* Madaleno, 2007).

Numa sociedade em que as pessoas se sentem cada vez mais inseguras, o direito à segurança assume cada vez maior importância, cabendo ao Estado e às FFSS através de medidas activas, o dever de o assegurar.

No entanto, e apesar de o direito à segurança ser um direito juridicamente consagrado, este não pode ser promovido de forma que viole a prossecução dos direitos pessoais (Valente, 2006).

4.3 SEGURANÇA VERSUS PRIVACIDADE: A PROCURA DA JUSTA MEDIDA

O recurso à videovigilância pelas FFSS em prol da segurança, pelo já referido anteriormente, levanta questões relacionadas com a restrição de direitos liberdades e garantias dos cidadãos, havendo quem defenda, que por mais eficazes e eficientes que possam ser estes novos meios e técnicas, estes não poderão ser usados na medida em que põe em causa o desenvolvimento livre e responsável de uma sociedade (Valente, 2006).

Assim, “o polícia, na sua qualidade de “agente da defesa social” encontra-se frequentemente perante o dilema de assegurar um difícil equilíbrio entre a protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos e a segurança da colectividade” (Amaro, 1999, p. 173).

Exige-se assim a necessidade e preocupação, por parte do Estado e das FFSS, de encontrar alternativas que permitam responder às novas necessidades no âmbito da segurança pública, tendo em conta que o recurso às mesmas não passa por uma limitação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Contudo, os direitos fundamentais, mesmo o direito à liberdade e o direito à privacidade, não são absolutos nem ilimitados e encontram-se sujeitos a condições e restrições, que decorrem do imperativo moral de proteger os interesses de outrem, como seja a segurança pública. Isto mesmo, está previsto, no art. 29.º n.º 2 da **DUDH**¹⁷, bem como no art. 18.º n.º 2 da nossa Constituição, onde refere o seguinte: “a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, **devendo as restrições limitar-se ao necessário**¹⁸ para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

Assim sendo, os direitos à imagem, à reserva da intimidade da vida privada ou mesmo o direito à liberdade, podem ceder perante a necessidade de satisfação da segurança, sempre e quando, essas restrições obedeçam a um juízo de ponderação e ao princípio da proporcionalidade¹⁹ (Madaleno, 2007).

O recurso aos sistemas de videovigilância em locais de domínio público, promove de facto o confronto entre direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, nomeadamente, o direito à segurança e o direito à liberdade e privacidade, contudo num Estado de Direito Democrático, a solução não passa pela sobrevalorização de um em relação aos outros, mas sim, pela difícil tarefa de encontrar um ponto de equilíbrio, ou seja, na coexistência assumida e visível da liberdade e da segurança (Viegas *apud* Amaro 1999).

A resposta a esta divergência de direitos em direito Constitucional, passa assim, segundo Matos (1998) pela harmonização de direitos, sendo que, só quando esta não for

¹⁷ Vide anexo R

¹⁸ Negrito nosso.

¹⁹ O princípio da proporcionalidade implica que o sacrifício de cada um dos valores constitucionais seja necessário e adequado à salvaguarda dos outros (Sousa & Matos, 2006).

possível ou suficiente para solucionar o conflito, se deverá de acordo com o critério da concordância prática, o critério do efeito recíproco e o critério da proporcionalidade, optar por um em sacrifício dos outros.

No caso concreto da utilização da videovigilância pelas forças policiais em locais públicos, uma vez que esta, de alguma forma restringe os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, deverá, sempre que se justifique a sua utilização, “obedecer a um juízo de ponderação, ancorado no princípio da proporcionalidade” (Madaleno, 2007, p. 54).

A garantia deste equilíbrio cabe ao Estado, uma vês que, “o equilíbrio entre a liberdade e a segurança é o fundamento em si da existência do Estado democrático”²⁰ (Uribe *apud* Madaleno, 2007, p. 53).

4.4 CONCLUSÃO

Numa sociedade de cada vez maior risco, os deveres do Estado e a missão das forças policiais mantém-se inalterável, cabendo a estas desenvolver estratégias que lhe permitam continuar a assegurar o comprimento das mesmas.

É neste âmbito que vão surgindo as mais modernas tecnologias de vigilância, auxiliares das forças policiais na prevenção e repressão da criminalidade, no qual se insere a videovigilância. Contudo, a introdução destes novas meios em espaços públicos, levanta questões relacionadas com a restrição de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Assim sendo, o recurso às câmaras de vigilância pelas FFSS em espaços de domínio público, em prol da segurança pública, passa pela sua utilização apenas **em situações que o justifiquem e respeitando os trâmites legais**²¹. Esta medida providencia a harmonização entre os direitos à liberdade e à segurança, sem que qualquer um deles tenha de ceder em detrimento do outro.

²⁰ Tradução livre da responsabilidade do autor.

²¹ Esta problemática será debatida mais aprofundadamente no capítulo 5.

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÃO JURÍDICA DA VIDEOVIGILÂNCIA EM PORTUGAL

“ Por mais que faça, nenhum Estado moderno foge a ser um Estado Policial”

(Caetano, *apud* Madaleno, 2007, p. 55)

Neste capítulo, será feita a análise da jurisdição nacional que legisla a utilização dos sistemas de videovigilância em locais de domínio público, com maior incidência sobre a Lei n.º 1/2005.

Será ainda no presente capítulo, feita uma pequena abordagem do aparecimento da videovigilância em Portugal, relacionando-o com o aparecimento da respectiva legislação nacional.

5.1 RESENHA HISTÓRICA

Em Portugal, assim como nos países pioneiros na utilização da videovigilância ao serviço da segurança, as primeiras aparições deram-se ao nível da segurança privada²².

Ao nível da videovigilância em locais públicos, os primeiros lugares onde está terá sido implementada em Portugal, terá sido aquando da Expo 98 no agora Parque das Nações. Contudo esta utilização, terá sido feita sem qualquer tipo de aprovação, uma vez que esta antecede inclusive a Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro²³ (Lei da Protecção de Dados Pessoais), que tendo sido criada com vista à sua aplicação aos órgãos de comunicação social, também poderá ser aplicada nos casos de videovigilância (Chambel, 2000).

A criação de uma Lei que possibilitasse às FFSS a utilização de sistemas de videovigilância, em locais públicos de utilização, para fins de prevenção criminal, só ocorreu a 12 de Maio de 2004, com a criação da Lei Orgânica n.º 2/2004²⁴. Contudo esta apenas tinha carácter provisório, uma vez que, estabelecia em **regime temporário** à organização da ordem pública e da justiça no contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004).

Contudo, a constante proliferação destes sistemas em locais públicos, atenta às implicações da sua utilização nos direitos fundamentais dos cidadãos, obrigou à adopção de

²² O diploma que regulamenta a utilização de meios de vigilância electrónica no exercício da actividade de Segurança privada é o Decreto-lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro (Artigo 13.º).

²³ Vide Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro.

²⁴ Vide Lei Orgânica n.º 2/2004 de 12 de Maio.

medidas legislativas que várias entidades já reclamavam, medidas essas que viriam a constatar-se, com a aprovação da Lei n.º 1/2005 de 10 de Janeiro, que a **título definitivo**, regulamentou a utilização de câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum pelas FFSS.

Para Guerra (2005), o Acórdão do Tribunal Constitucional de 12 de Junho de 2002²⁵, terá também constituído um marco relevante e com influência decisiva no desenvolvimento legislativo da utilização de sistemas de captação e gravação de imagens.

5.2 LEI Nº 1/2005

A Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, como já referido, regula a utilização de câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum pelas FFSS, mas também o respectivo **procedimento de autorização**²⁶.

Esta Lei define taxativamente, no seu art. 2.º, os fins ou objectivos para a utilização de videovigilância. Um desses fins, consubstanciado na alínea c), do n.º 1, do art. 2.º, consiste na *“protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência”*.

No art. 2.º é ainda depositada a responsabilidade pelo tratamento de imagens e sons à *força de segurança com jurisdição na área de captação ou o serviço de segurança requerente, regendo-se esse tratamento pelo disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, em tudo o que não seja especificamente previsto na presente lei*.

Este mesmo diploma refere ainda no n.º 2 do art. 7.º, que a autorização para a utilização de câmaras de vídeo só será viabilizada *quando tal meio se mostre concretamente o mais adequado para a manutenção da segurança e ordem públicas e para a prevenção da prática de crimes, tendo em conta as circunstâncias concretas do local a vigiar*, e n.º3 art. 7.º, *ponderando sempre a possibilidade e o grau de afectação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos*.

Podemos assim depreender, que a Lei n.º 1/2005 serve o propósito da prevenção, sendo que os fins e a utilização de câmaras de vídeo têm assim que ser articulados com os **princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade**, como resulta aliás da redacção do art. 7.º da Lei n.º 1/2005, que já mereciam especial atenção na Lei 67/98 (art. 8.º n.º 2 e 3)²⁷.

Esta Lei prevê também, na alínea d) do n.º 2 do art. 2.º, a utilização dos sistemas de videovigilância na prevenção e repressão de infracções estradais, contudo esta não será alvo de análise do presente trabalho, uma vez que na actualidade, a gestão destes sistemas

²⁵ Vide Acórdão n.º 255/2002 in Diário da República 1.ª Série A de 8 de Julho de 2002 p. 5237.

²⁶ Vide Capítulo 5.4.

²⁷ Os artigos da Lei 67/98 mencionados ao longo do presente trabalho encontram-se transcritos no anexo N.

é levada a cabo pelas entidades competentes para a gestão das estradas nacionais (Estradas de Portugal, E.P.E.) e pelas respectivas concessionárias²⁸, sendo que às FFSS e nomeadamente a vertente trânsito da GNR, apenas se socorrem destas pontualmente. Contudo no n.º 1 do art. 13.º do Capítulo V (Regime especial) da presente Lei, *é autorizada a instalação e a utilização pelas Forças de Segurança de sistemas de vigilância electrónicos.*

5.3 A VIDEOVIGILÂNCIA E OS PROCEDIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO

Como já anteriormente referido, é também a Lei 1/2005 quem regula os procedimentos a adoptar para a instalação dos sistemas de videovigilância.

Assim sendo, e de acordo com o n.º1 e 2 do art. 3.º a instalação de **câmaras fixas** *está sujeita a autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança requerente, precedendo parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD).* No caso concreto da GNR, a autorização depende de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

De acordo com o n.º1 do art. 5.º, o pedido de autorização de instalação de câmaras fixas é requerido pelo dirigente máximo da força ou serviço de segurança respectivo, no caso da GNR por Sua Excelência o General Comandante Geral da GNR. Este requerimento segundo o n.º 1 do mesmo artigo deverá ser instruído com os seguintes elementos: *a) os locais públicos objecto de observação pelas câmaras fixas; b) características técnicas do equipamento utilizado; c) identificação dos responsáveis pela conservação e tratamento dos dados, quando não sejam os responsáveis pelo sistema; d) os fundamentos justificativos da necessidade e conveniência da instalação do sistema de vigilância por câmaras de vídeo; e) os procedimentos de informação ao público sobre a existência do sistema; f) os mecanismos tendentes a assegurar o correcto uso dos dados registados; g) os critérios que regem a conservação dos dados registados; h) o período de conservação dos dados, com respeito pelos princípios da adequação e da proporcionalidade, face ao fim a que os mesmos se destinam.*

No n.º 2 do art. 5.º, é ainda prevista a possibilidade de a autorização de instalação poder ser requerida pelo presidente da câmara, cabendo nesse caso a instrução dos elementos referidos nas alíneas b) a h) do n.º1 à Força de Segurança com jurisdição na respectiva área de observação, aplicando-se, quanto ao procedimento de decisão, o disposto no art. 3.º.

Da decisão de autorização, quando positiva, deverão constar segundo o n.º 3 do art. 5.º: *a) Os locais públicos objecto de observação pelas câmaras de vídeo; b) As limitações e*

²⁸ Vide Decreto-lei n.º 207/2005, de 29 de Novembro.

condições de uso do sistema; c) A proibição de captação de sons, excepto quando ocorra perigo concreto para a segurança de pessoas e bens; d) O espaço físico susceptível de ser gravado, o tipo de câmara e suas especificações técnicas; e) A duração da autorização.

No que diz respeito à duração da autorização, segundo os n.º 4, 5 e 6 do mesmo artigo, está será a mais adequada aos fundamentos invocados no pedido, sendo a sua duração máxima de um ano, sujeita a renovação, mediante comprovação da manutenção dos fundamentos invocados para a sua concessão. Esta autorização, pode contudo ser suspensão ou revogada, a todo o tempo, mediante decisão fundamentada.

No que à autorização da utilização das câmaras portáteis diz respeito, segundo o n.º 1 do art. 6.º, esta está incluída na autorização para a utilização de câmaras fixas. Contudo, e **excepcionalmente**, de acordo com o n.º 2, *quando não seja possível obter em tempo útil a autorização (...), o dirigente máximo da força ou serviço de segurança pode autorizar a utilização de câmaras portáteis, informando no prazo de quarenta e oito horas o membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança para posterior autorização.* Se esta não for aceite, conforme o n.º 3 do presente artigo, ou o parecer da CNPD for negativo, o responsável pelo sistema procede à destruição imediata do material gravado.

Contudo e sem prejuízo do disposto, conforme o n.º 4.º do art. 6.º, *à utilização de câmaras portáteis é aplicável a legislação própria relativa às forças e serviços de segurança e a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.*

5.4 O REGIME JURÍDICO E A DEFESA DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS

Apesar da intromissão que possa ser na vida dos cidadãos o uso de sistemas de videovigilância em locais públicos, e tendo em linha de conta que estes podem ser vistos como restritivos dos direitos, liberdades e garantias dos mesmos, a lei portuguesa, e em especial a legislação referente ao uso da videovigilância, não é inconsciente a esse facto, tomando medidas no sentido de assegurar a defesa e garantia dos direitos dos cidadãos.

De uma análise pormenorizada da Lei 1/2005, efectuada no ponto anterior, pode dizer-se que esta teve especiais cuidados em relação à delimitação das condições para autorização de instalação de sistemas de captação de som e imagem, em função dos princípios da necessidade e da proporcionalidade (Guerra, 2005).

O legislador, desde logo, demonstrou que a ofensa grave àqueles direitos fundamentais pessoais são fundamento legal de não autorização das câmaras de vídeo, podendo ler-se no n.º 4 do art. 7.º, que *é expressamente proibida a instalação de câmaras fixas em áreas que, apesar de situadas em locais públicos, sejam pela sua natureza, destinados a ser utilizados em resguardo*, assim como, no n.º 6, o seguinte, *é vedada a*

utilização de câmaras de vídeo quando a captação de imagens e de sons abranja interior de casa (...) salvo consentimento dos proprietários (...) ou autorização judicial (Valente, 2006).

Segundo o n.º 7 do art. 7.º, é ainda *vedada a captação de imagens e sons (...) sempre que afecte de forma directa e imediata, a intimidade das pessoas, ou resulte na gravação de conversa de natureza privada*.

Não obstante disto, a lei 1/2005, prevê ainda no n.º 8.º do art. 7.º, que *as imagens e sons acidentalmente obtidos, em violação do disposto nos n.º 6 e 7 do art. 7.º, devem ser destruídos de imediato pelo responsável pelo sistema*.

Mas a lei, não se fica pelo processo de autorização no que à garantia e defesa dos direitos dos cidadãos diz respeito, desde logo, pelo que a utilização dos sistemas de videovigilância deverá obedecer a informação prévia dos visados através da afixação em local bem visível, de aviso que informe sobre as matérias especificadas no art. 4.º, nomeadamente informação que de conhecimento da existência das câmaras.

Aos cidadãos, que figurem nas gravações obtidas pelas câmaras, é ainda assegurado, de acordo com o n.º 1 do art. 10.º da Lei 1/2005, na linha do art. 11.º da Lei 67 /98, e tendo por imperativo constitucional o art. 35.º da CRP, o direito de acesso e eliminação das filmagens (Guerra, 2005). Este direito, destina-se essencialmente a permitir às pessoas a eliminação dos dados obtidos pelas câmaras de vídeo, quando as imagens recolhidas por estas tenham sido obtidas ilicitamente ou quando seja ultrapassado o prazo legal para a sua conservação (um mês) (Madaleno, 2007).

Contudo, e de acordo com o n.º 2 do art. 11.º da Lei 67/98, e o n.º 2 do art. 10.º da Lei 1/2005, poderão ser estabelecidas limitações ao direito de acesso *quando o mesmo ponha em causa ou constitua perigo para a defesa do Estado ou para a segurança pública, ou quando seja susceptível de constituir uma ameaça ao exercício dos direitos e liberdades de terceiros ou, ainda, quando esse exercício prejudique a investigação criminal em curso* (Guerra, 2005).

A lei 1/2005, prevê ainda no seu art. 11.º, o direito à tutela jurídico-criminal da ofensa dos direitos fundamentais pessoais, caso as câmaras de vídeo sejam usadas sem respeito pelos pressupostos legais prescritos no diploma, podendo os seus administradores ser punidos criminalmente pelos crimes de devassa da vida privada, crime previsto e punido pelo art. 192 do **Código Penal (CP)**²⁹ e de gravações ilícitas, crime previsto e punido pelo art. 199.º do CP (Valente, 2006).

Podemos assim depreender, que a jurisdição portuguesa e em especial a Lei n.º 1/2005, tem especial atenção á salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, para além do que os sistemas de videovigilância servem o principal propósito da prevenção criminal, que deve ser encarada, apenas e só, como uma valiosa ferramenta e instrumento complementar da actividade policial.

²⁹ Vide anexo A

5.5 CONCLUSÕES

A criação de uma lei específica que regulamentasse a utilização dos sistemas de videovigilância pelas FFSS em locais públicos de utilização comum, foi sem dúvida uma medida legislativa importante na resolução do conflito “segurança versus privacidade”.

A Lei 1/2005, para além de prever a utilização de câmaras de vídeo pelas polícias, permitindo a sofisticação das mesmas na prevenção e combate ao crime, estipula também quais as situações em que as mesmas podem ser utilizadas, bem como, os procedimentos necessários à sua utilização. Este facto permite que a utilização dos sistemas de videovigilância pelas FFSS seja permitido ao mesmo tempo que é controlado, assegurando-se a defesa dos direitos dos cidadãos.

PARTE II – INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

Feito o enquadramento teórico do trabalho há que seguir com a metodologia tendo em vista a concretização dos objectivos definidos e as respostas às perguntas de partida.

Neste sentido e dadas a característica do problema, nesta fase do trabalho é intenção do autor estudar, através da pesquisa de campo, as hipóteses formuladas, para assim responder à pergunta de partida, “O contributo que a videovigilância dá às Forças de Segurança na prevenção da criminalidade, justifica as restrições que o seu uso implica nos Direitos Fundamentais dos cidadãos?”.

6.1 O PLANO DE INVESTIGAÇÃO

A forma escolhida para dar resposta à pergunta de partida levantada e às várias hipóteses a seguir identificadas, foi inquirir aqueles que, ao nível do dispositivo da GNR lidam diária e directamente com a videovigilância **em locais públicos de utilização comum** tendo como finalidade a protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes.

Nesta linha de pensamento, e na medida em que a videovigilância (apesar de ser já uma ferramenta utilizada pela GNR nas mais diversas vertentes³⁰) **com a finalidade referida**, apenas se encontrar legalmente aprovada e em prática na Freguesia de Fátima, zona de actuação do Posto Territorial de Fátima pertencente ao Destacamento Territorial de Tomar, para o estudo apresentado, apenas esta zona foi tida em conta.

Actualmente, e nos dois últimos anos, na zona de acção (ZA) do Posto Territorial de Fátima, têm sido empregues três câmaras de videovigilância para controlo do tráfego rodoviário, conforme Lei 1/2005.

Actualmente, encontra-se já aprovado em Diário da República, conforme despacho n.º 27115/2008 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, a autorização para a instalação e utilização de um sistema de videovigilância no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima e suas imediações, todas elas da completa gestão e

³⁰ Vide capítulo 3.4.

uso da GNR. Este projecto, que engloba a implementação de oito câmaras encontra-se já na fase final de montagem técnica.³¹

Optou-se no estudo desenvolvido, por ouvir as duas partes envolvidas. Por um lado, os militares da GNR, que trabalham com a videovigilância, servindo-se da mesma como mais uma ferramenta auxiliar da sua actuação, conhecedores do seu funcionamento e possuidores de uma perspectiva privilegiada sobre o seu real contributo na prevenção da criminalidade e no cumprimento da missão diária da GNR. Por outro, os populares da Freguesia de Fátima, elementos externos à instituição, que são os que directamente sentem as repercussões do uso dos sistemas de videovigilância. Ambas as perspectivas são fundamentais para a resposta às nossas hipóteses e percepção da resposta à pergunta de partida.

A análise integrada destas perspectivas, associada ao estudo documental que permitiu recolher a análise feita por alguns autores e a apreciação da legislação vigente em Portugal, levada a cabo na primeira parte do presente trabalho, são a base para a obtenção das conclusões relativas ao problema formulado.

6.2 HIPÓTESES

As seguintes hipóteses decorrem dos objectivos traçados, das perguntas iniciais de investigação e da revisão da literatura efectuada para a elaboração deste TIA.

- 1ª Hipótese: O emprego de sistemas de videovigilância pelas Forças de Segurança em locais públicos contribui para um sentimento de segurança por parte dos cidadãos.
- 2ª Hipótese: O emprego de sistemas de videovigilância pelas Forças de Segurança em locais públicos melhora a sua actuação.
- 3ª Hipótese: A utilização de sistemas de vídeo vigilância em nome de uma eficiente segurança pública constitui uma legitimação para a restrição de direitos fundamentais dos cidadãos por parte das Forças de Segurança;
- 4ª Hipótese: O emprego de meios de videovigilância substitui os elementos policiais.

6.3 UNIVERSO DE ANÁLISE

A escolha de uma amostra deve ser adequada às características do universo de análise, sem perder de vista a finalidade e os objectivos do trabalho.

³¹ Vide Diário da República, 2ª série – N.º 207 – 24 de Outubro de 2008.

6.3.1 POPULAÇÃO DOS MILITARES DA GNR

Conforme referido anteriormente, e tendo em conta a pergunta que constitui o ponto de partida, considera-se que o **universo ou população**³² em estudo foram os militares pertencentes ao Destacamento Territorial de Tomar que **efectuam serviço operacional** na freguesia de Fátima, e os militares pertencentes ao Posto Territorial de Fátima, num universo total de 80 militares.

6.3.2 POPULAÇÃO DOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA

A Freguesia de Fátima, pertence ao Conselho de Ourém, estando localizada na ZA do Destacamento Territorial de Tomar, mais especificamente na zona do Posto de Fátima.

O universo ou população civil em estudo é composto pelos habitantes da Freguesia de Fátima, num total de 10302 indivíduos, com base nos censos de 2001 da Freguesia de Fátima³³.

6.4 PROCESSO DE AMOSTRAGEM E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Da população a estudar escolheu-se um **processo de amostragem**³⁴ para determinar uma **amostra**³⁵.

No que à escolha da amostra referente aos militares da GNR diz respeito, e pelo facto de esta ser pouco numerosa, procurou-se que coincidisse em extensão com a população estudada (Santos & Luís, 2006), não sendo de todo possível pelo facto de aquando da elaboração do presente trabalho, alguns dos militares se encontrarem a frequentar cursos e outros de licença. De qualquer das formas o número de militares inquiridos, 62 entre 80 (77,5% da população estudada), permite considerar os dados obtidos representativos do universo de análise.

A escolha da amostra referente aos populares da freguesia de Fátima seguiu o método de **amostragem por conveniência**, que se caracteriza por se recorrer a um grupo de indivíduos disponíveis, com características semelhantes às do universo. Este tipo de

³² “População ou universo é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 123).

³³ JUNTA DE FREGUESIA DE FÁTIMA. Disponível na Internet em: <http://www.jf.fatima.pt/portal/index.php?id=1439>, [consultado em: 10 de Fevereiro de 2009].

³⁴ “Processo de amostragem: processo de selecção da amostra” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 191).

³⁵ “Parte da população total, sobre a qual incidirá o inquérito” (Santos & Luís, 2006: p. 48).

amostra é particularmente utilizado nos **estudos de carácter exploratório**³⁶, cujos resultados não podem ser generalizados à totalidade do universo, mas dos quais pode advir informação pertinente, se devidamente utilizada (Carmo & Ferreira, 1998). A opção por uma amostra não representativa do universo prende-se com a impossibilidade de a tornar representativa, pelas dimensões do universo de análise e dada as limitações de recursos existentes.

No entanto, o carácter científico do estudo mantém-se, até porque “... não deve confundir-se cientificidade com representatividade”³⁷ (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 161), sendo que os resultados obtidos serão à partida uma aproximação bastante precisa da realidade global na freguesia de Fátima. Contudo, os mesmos não poderão ser extrapolados para outras realidades em que a videovigilância venha a ser usada, uma vez que o êxito alcançado pela videovigilância na redução da criminalidade, num determinado local, não é extensível à generalidade das áreas vigiadas, e pelo facto de o estudo em causa e a amostra recolhida ser apenas representativa da freguesia de Fátima. (Ditton & Short, *apud* Painter & Tilley, 1999).

6.5 MÉTODOS E TÉCNICAS

Ponderados os objectivos definidos, entendeu-se que a **investigação descritiva** era a que melhor se adaptava à prossecução dos mesmos, através de uma **análise quantitativa** de dados obtidos a partir de **inquérito por questionário** (Carmo & Ferreira, 1998). A aplicação do questionário por **administração directa** teve como objectivo a recolha de dados através de **observação indirecta** (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Os questionários³⁸ são constituídos por um conjunto de questões fechadas sendo possível em algumas delas respostas abertas, na medida em que permite que se acrescente uma outra opinião para além das já constituintes do questionário. A resposta às questões fechadas é feita através da escolha de uma das possibilidades de resposta, que varia consoante o conteúdo da pergunta. A possibilidade de resposta aberta permitida em determinadas questões, tem como objectivo detectar outras possibilidades que não foram consideradas relevantes e que através da opinião dos inquiridos o poderão vir a ser.

A versão de teste do questionário foi aplicada dia 17 de Fevereiro de 2009, a 2 militares do Posto de Fátima e 10 populares pertencentes à freguesia de Fátima. Assim, foi

³⁶ O objectivo de um **estudo exploratório** é “proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade” (Carmo e Ferreira, 1998, p. 47).

³⁷ No mesmo sentido, Ghiglione e Matalon (2001) entendem que “... uma amostra representativa da população em estudo pode ser pouco prática, porque (...) certos grupos estariam insuficientemente representados ou porque certas relações seriam difíceis de evidenciar. (...) querer a qualquer preço uma amostra representativa, é impor uma condição difícil de satisfazer e, muitas vezes, inútil”.

³⁸ Ver Apêndice F e I – Inquéritos por questionário.

possível readaptá-lo em termos de estrutura e conteúdo, de forma a minimizar erros de compreensão dos inquiridos e a permitir a recolha dos dados para dar resposta às perguntas de investigação. O questionário foi aplicado a **62 militares pertencentes ao Destacamento de Tomar e Posto de Fátima**, através da respectiva cadeia de comando, e a **157 populares da freguesia de Fátima**, entre 20 e 27 de Fevereiro de 2009.

O questionário foi estruturado de modo a possibilitar a análise estatística de dados quantitativos com recurso às aplicações informáticas SPSS (Bryman & Cramer, 2003) e Microsoft Excel.

CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 INTRODUÇÃO

Na análise dos questionários, o autor, por motivo de limitação de páginas, apenas apresentará as questões mais fulcrais para equacionar as perguntas iniciais de investigação, no intuito de verificar as hipóteses formuladas e cumprir os objectivos delineados, respondendo assim ao problema inicial deste trabalho.

As restantes questões que foram objecto de estudo, constam em apêndice, no caso de se pretender esclarecer alguma curiosidade sobre a temática.

Para melhor compreensão dos gráficos aconselha-se a consulta dos Apêndices F e I, que apresentam os questionários

Nos Apêndices G, H, J e L apresentam-se os resultados completos dos questionários elaborados aos cidadãos da freguesia de Fátima e aos militares da GNR, respectivamente.

Nesta fase, é intenção do autor expor os resultados dos questionários realizados aos cidadãos e aos militares, e fazer uma confrontação entre as respostas dos mesmos, uma vez que muitas das questões presentes em ambos os questionários são iguais³⁹.

As questões em que é permitida resposta aberta estão também expostas nos apêndices acima referidas.

7.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

7.2.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº12 E Nº13⁴⁰

Questionados sobre qual o factor que poderia melhorar a actuação policial, dos 157 cidadãos inquiridos, 6.4% (10) não responderam, 31.8% (50) responderam “alteração da legislação”, 10.8% (17) responderam “formação profissional mais adequada”, 45.9% (72) responderam “introduzir a videovigilância nos locais públicos”, havendo 5.1% (8) que responderam “outro, qual?”⁴¹, não se mostrando contudo nenhuma das respostas dada significativa para o estudo. Dados no Gráfico 7.1.

³⁹ Para melhor compreensão aconselha-se que veja o apêndice E, “Quadro de equivalência das perguntas comuns do questionário aos cidadãos da freguesia de Fátima e aos militares da GNR”.

⁴⁰ A questão que aparece em primeiro lugar será a referente ao questionário aplicado aos cidadãos e a segundo ao questionário aplicado aos militares da GNR.

⁴¹ As respostas abertas que foram dadas encontram-se especificadas ao longo dos Apêndices L, M, O e P onde são apresentados os resultados completos dos questionários. Na análise que é feita a cada questão, só serão tratadas se alguma delas se mostrar significante para o mesmo.

Face a mesma pergunta dos 62 militares inquiridos, 3.2% (2) não responderam, 37.1% (23) responderam “alteração da legislação”, 21% (13) responderam “formação profissional mais adequada”, 37.1% (23) responderam “introduzir a videovigilância nos locais públicos”, havendo 3.2% (2) que responderam “outro, qual?”. Dados no Gráfico 7.1

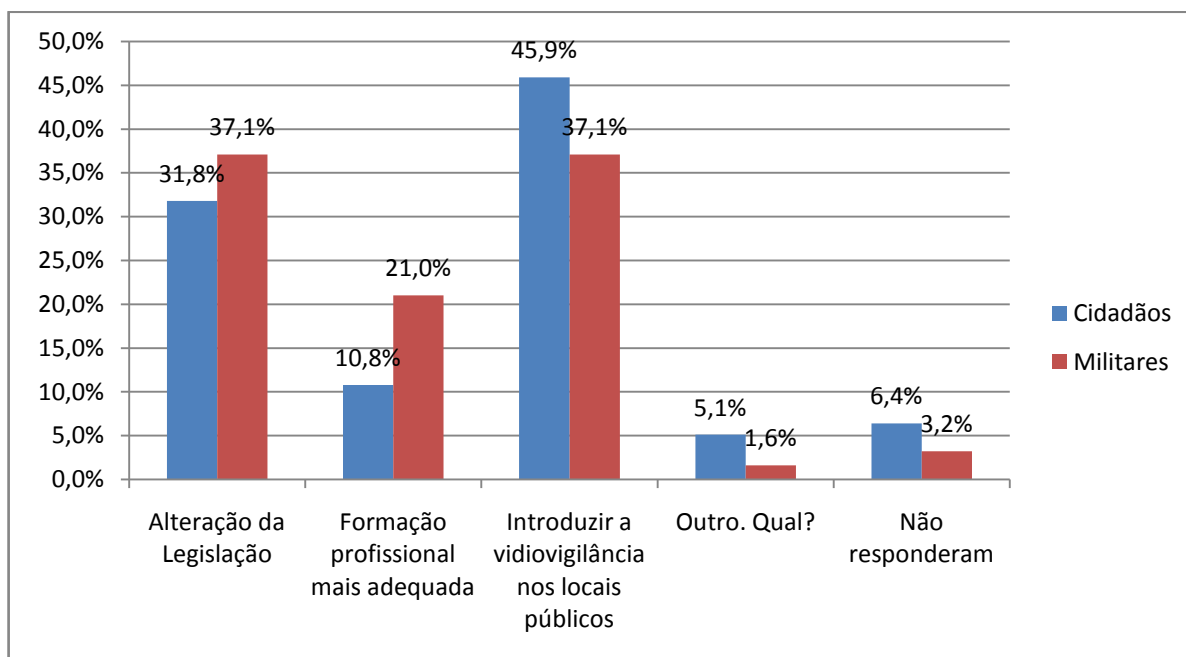


Gráfico 7.1: Análise dos resultados à questão nº 12 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº13 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, observa-se que ambas as categorias inquiridas consideram a introdução da videovigilância em locais públicos como uma ferramenta que poderia melhorar a actuação policial. Contudo ao nível dos militares da GNR, esta é encarada na mesma ordem de importância da alteração da legislação, enquanto ao nível dos populares, esta, aparece isolada na primeira opção, como o factor que poderia melhorar a actuação policial.

Estes resultados apontam na mesma direcção do estudo levado a cabo pela consultora PremiValor para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”, já mencionado na primeira parte do presente trabalho, no qual foram obtidas 94% de respostas em que é considerado que os sistemas de videovigilância contribuem para auxiliar a actividade das Forças de Segurança.

7.2.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 13 E 14

Questionados sobre o que pensavam da videovigilância em locais públicos de utilização comum, dos 157 cidadãos inquiridos 1.9% (3) não responderam, 89.8% (141) responderam “concordo” e 8.3% (13) responderam “não concordo”, Dados no Gráfico 7.2.

Face a mesma pergunta dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 79% (49) responderam “concordo” e 21% (13) responderam “não concordo”. Dados no Gráfico 7.2.

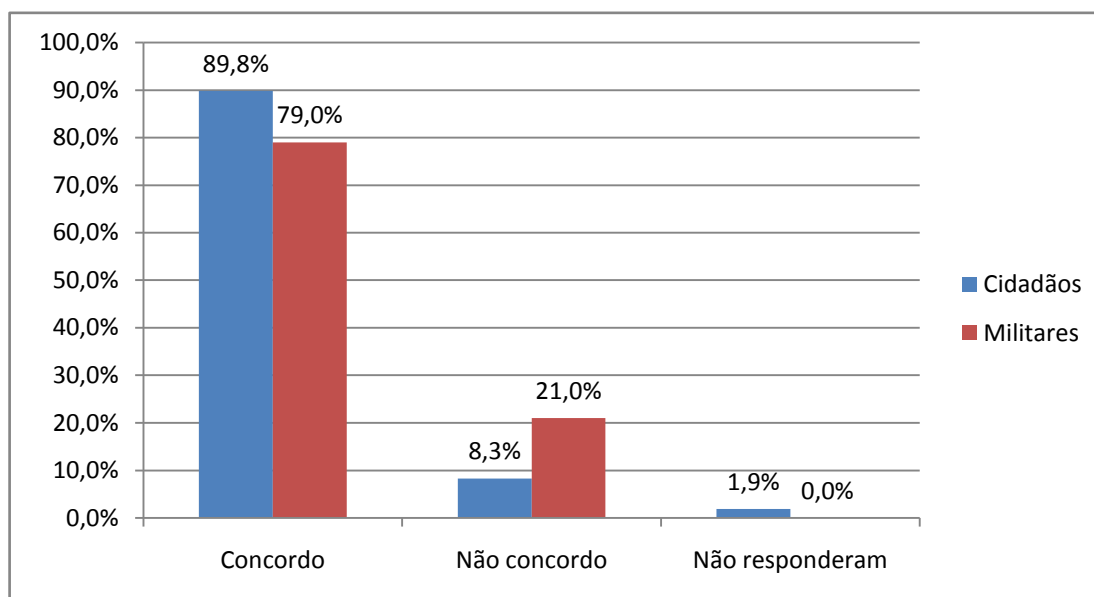


Gráfico 7.2: Análise dos resultados à questão nº 13 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº14 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas concordam, em larga medida, com a videovigilância em locais públicos de utilização comum, sendo de realçar que ao nível dos populares a percentagem de concordância é inclusive maior que nos militares da GNR.

7.2.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 15 E 16

Questionados sobre se, se sentiam mais seguros num local que se encontre vídeo vigiado, dos 157 cidadãos inquiridos, 3.8% (6) não responderam, 87.3% (137) responderam “sim” e 8.9% (14) responderam “não”, Dados no Gráfico 7.3.

Face à pergunta se, se sentiam mais seguros quando efectuem patrulhamento num local que se encontre vídeo vigiado, dos 62 militares inquiridos, 3.2% (2) não responderam, 61.3% (38) responderam “sim” e 35.5% (22) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.3.

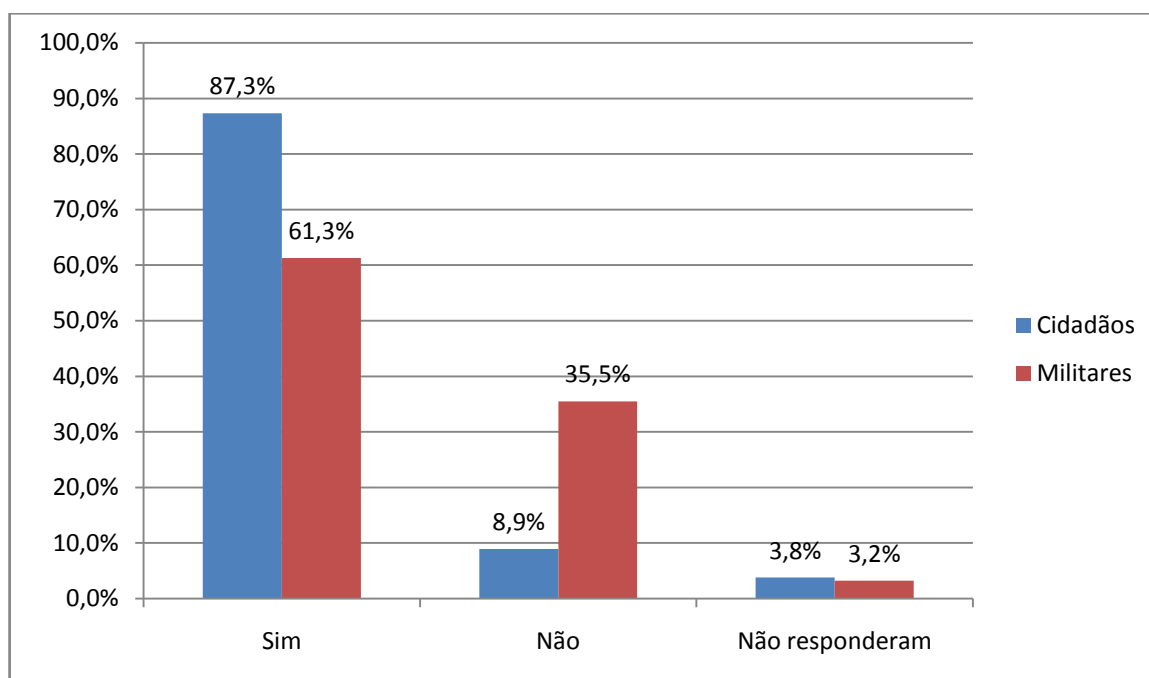


Gráfico 7.3: Análise dos resultados à questão nº 15 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº16 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas afirmam sentir-se mais seguras quando se encontram num local que se encontre vídeo vigiado, sendo contudo essa percentagem bastante mais elevada nos populares que nos militares da GNR. Todavia, os militares da GNR que afirmam sentirem-se mais seguros quando efectuam patrulhamento num local que se encontre vídeo vigiado, superam em muito a taxa dos 50%.

Estes resultados vão de encontro aos obtidos pelo estudo da consultora PremiValor da para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”, no qual 64% dos indivíduos inquiridos afirmaram sentir-se mais seguros com a presença de um sistema de videovigilância.

7.2.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 16 E 17

Questionados sobre o que pensavam do facto de estar a ser filmados quando se encontram num local público, dos 157 cidadãos inquiridos, 3.8% (6) não responderam, 82.8% (130) responderam “concordo” e 13.4% (21) responderam “não concordo”. Dados no Gráfico 7.4.

Face à pergunta sobre o que pensavam do facto de estar a filmar um cidadão quando este se encontra num local público, dos 62 militares inquiridos, 3.2% (2) não responderam, 72.6% (45) responderam “concordo” e 24.2% (15) responderam “não concordo”. Dados no Gráfico 7.4.

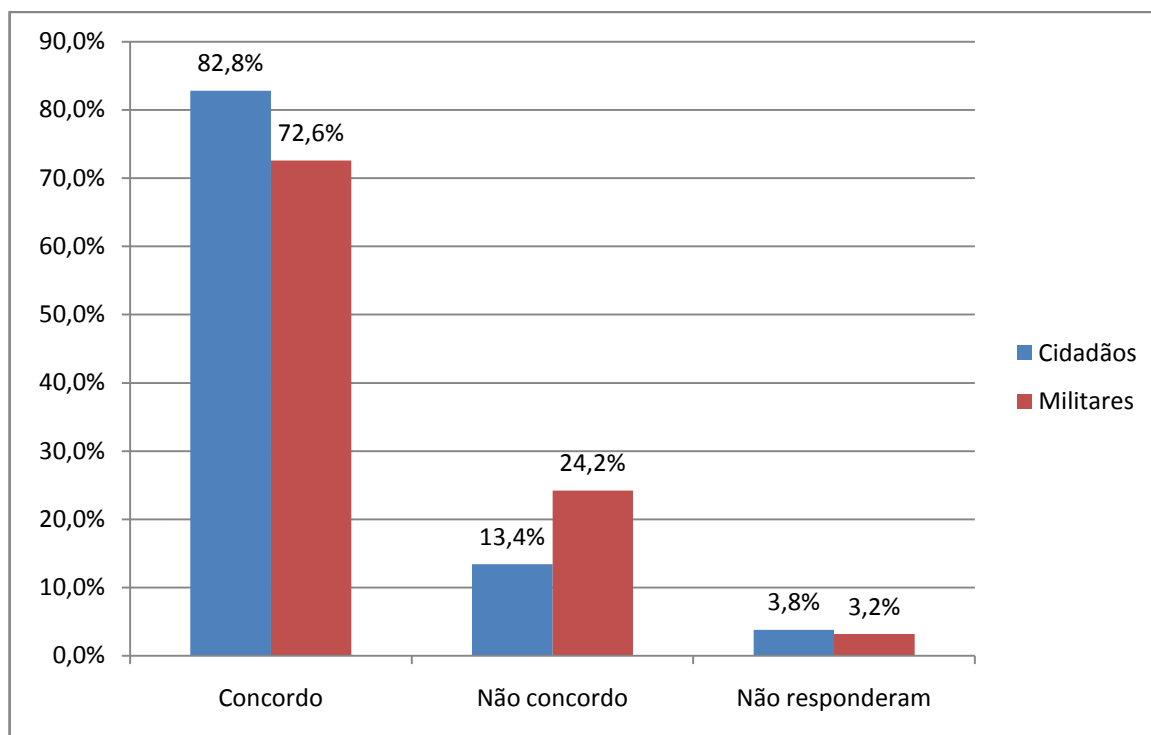


Gráfico 7.4: Análise dos resultados à questão nº 16 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº17 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas concordam, em percentagens bastante elevadas, com o facto de estarem a ser filmados quando se encontram num local público. Sendo de realçar, que a percentagem de concordância inclusive é superior nos populares que nos militares da GNR.

7.2.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 17 E 18

Questionados sobre se consideravam que os seus Direitos Fundamentais são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos, dos 157 cidadãos inquiridos, 3.8% (6) não responderam, 20.4% (32) responderam “sim” e 75.8% (119) responderam “não”, Dados no Gráfico 7.5.

Face à pergunta se consideravam que os Direitos Fundamentais dos cidadãos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança, dos 62 militares inquiridos, 1.6% (1) não responderam, 14.5% (9) responderam “sim” e 83.9% (52) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.5.

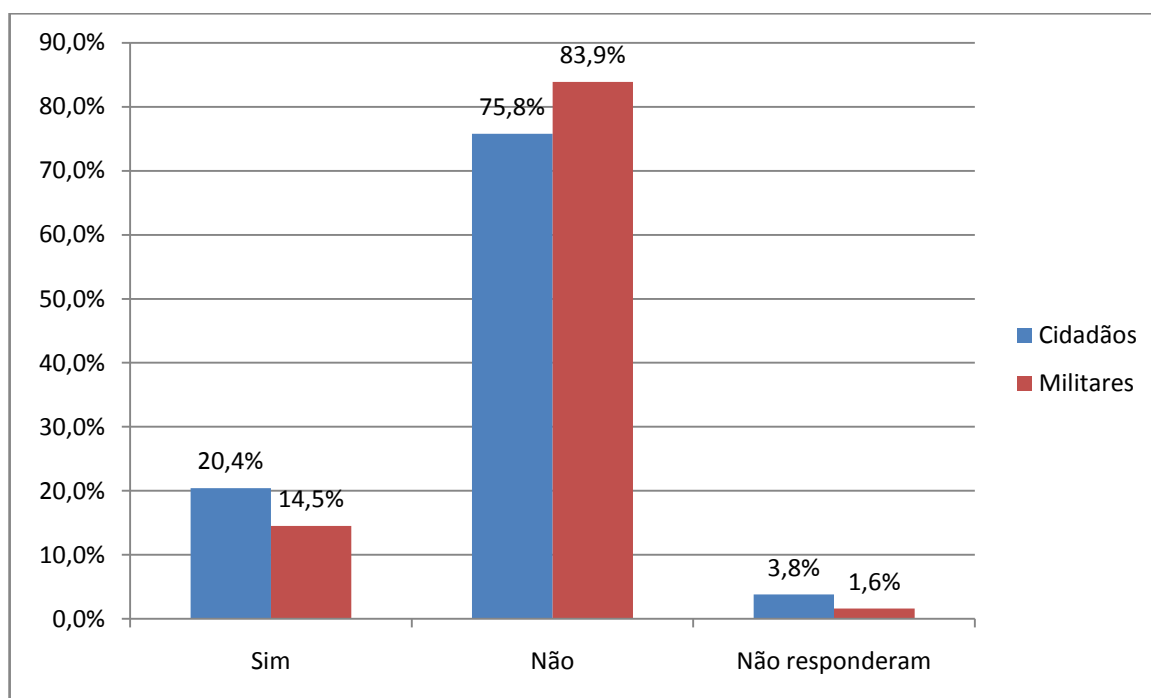


Gráfico 7.5: Análise dos resultados à questão nº 17 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº18 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram que os seus Direitos Fundamentais não são afectados pelo facto de serem usadas câmaras de vigilância em locais públicos. Neste caso os militares da GNR, apresentam uma percentagem superior aos populares, contudo em ambas as categorias, as percentagens daqueles que dizem não sentirem os seus Direitos Fundamentais afectados, são bastante elevadas.

7.2.6 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 18 E 19

Questionados aqueles que na pergunta anterior responderam **SIM**, sobre qual o direito fundamental que consideravam mais afectado, dos 157 cidadãos inquiridos, e dos 20.4% (32) que responderam afirmativamente à resposta anterior, 59.4% (19) responderam “direito à reserva da intimidade da vida privada”, 6.3% (2) responderam “direito à imagem”, 34.3% (11) responderam “direito à liberdade”, sendo que ninguém respondeu “outro, qual?” Dados no Gráfico 7.6.

Questionados aqueles que na pergunta anterior responderam **SIM**, sobre qual o direito fundamental que consideravam mais afectado, dos 62 militares inquiridos, e dos 14.5% (9) que responderam afirmativamente à resposta anterior, 55.6% (5) responderam “direito à reserva da intimidade da vida privada”, 0% (0) responderam “direito à imagem”, 44.4% (4) responderam “direito à liberdade” e ninguém respondeu “outro, qual?”. Dados no Gráfico 7.6.

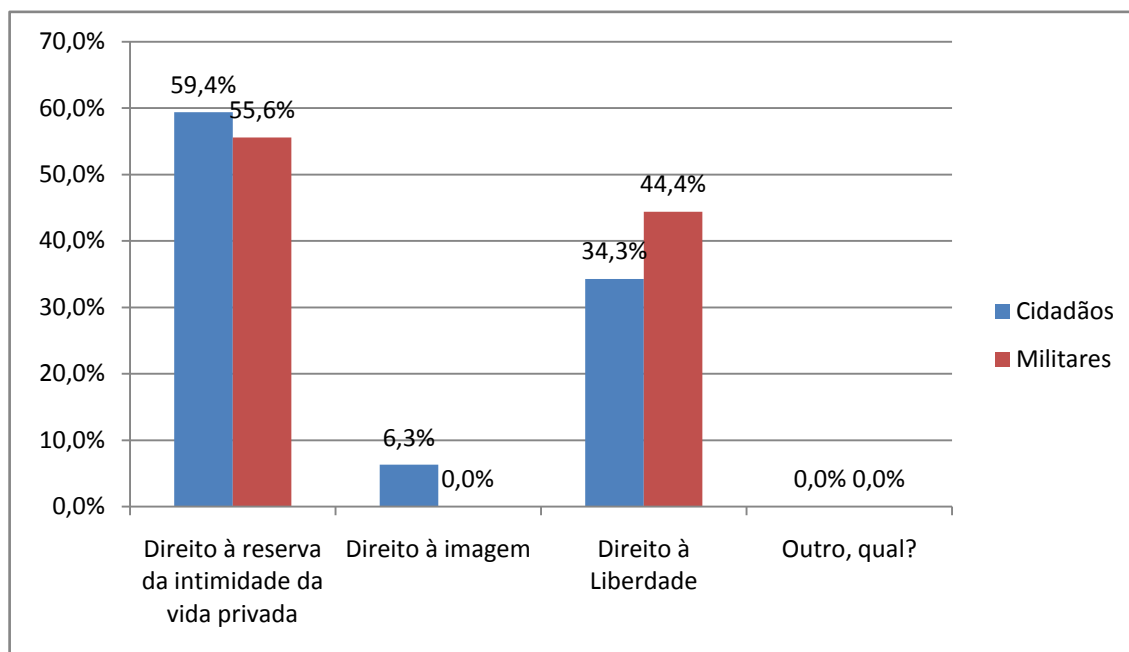


Gráfico 7.6: Análise dos resultados à questão nº 18 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº19 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que dos inquiridos que consideram que o uso de câmaras de vigilância em locais públicos afecta os seus Direitos Fundamentais, a maioria em ambas as categorias inquiridas considera que o direito fundamental que sai mais afectado é o direito à reserva da vida privada, sendo o direito à liberdade aquele que aparece em segundo plano. De sublinhar ainda, o facto de o direito à imagem ser aquele que apresenta menor percentagem, sendo que dos militares inquiridos nenhum deles o considera como direito fundamental mais afectado.

7.2.7 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 19 E 20

Questionados sobre quais as vantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima, dos 157 cidadãos inquiridos, 8.3% (13) não responderam, 42.7% (67) responderam “aumento do sentimento de segurança”, 14.0% (22) responderam “diminuição da criminalidade”, 34,4% (54) responderam “melhoria da actuação policial” e 0,6% (1) respondeu “outras, quais”. Dados no Gráfico 7.7.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 24.2% (15) responderam “aumento de sentimento de segurança”, 2.6% (14) responderam “diminuição da criminalidade”, 50.0% (31) responderam “melhoria da actuação policial” e 3.2% (2) responderam “outras, quais?”. Dados no Gráfico 7.7

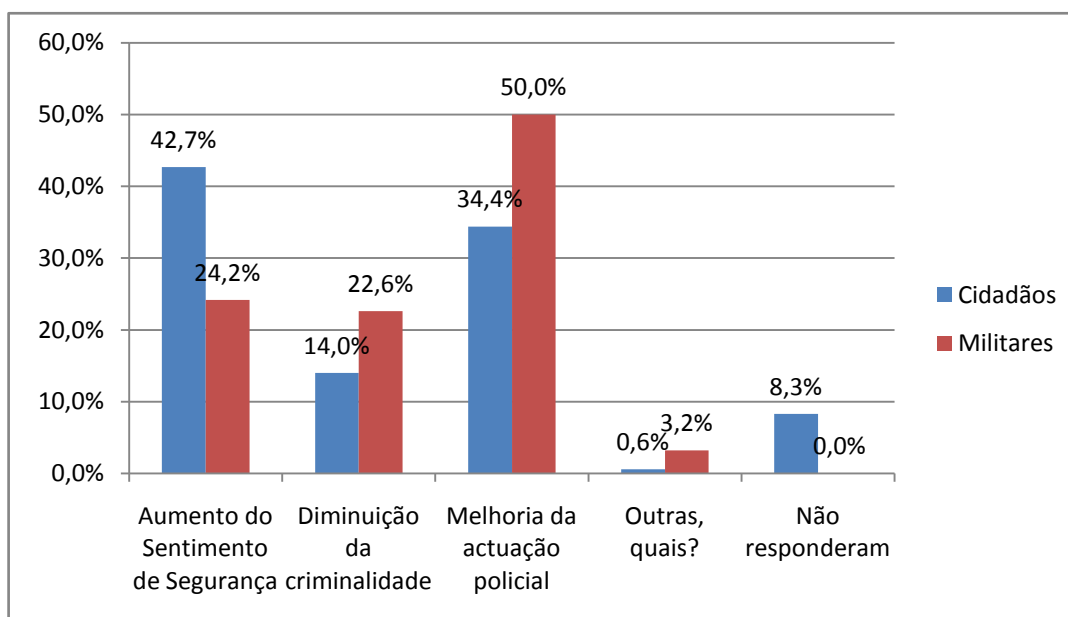


Gráfico 7.7: Análise dos resultados à questão nº 19 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº20 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram como grandes vantagens do uso de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade, o facto de estas contribuírem para um aumento do sentimento de segurança e para a melhoria da actuação policial. Contudo para os cidadãos a maior vantagem é de facto um aumento do sentimento de segurança, deixando a melhoria da actuação policial para segundo, ao invés dos militares da GNR inquiridos, que consideram que a grande vantagem da introdução das câmaras de vigilância é o contributo destas para uma melhoria da actuação policial, enquanto o aumento do sentimento de segurança vem para segundo. Para ambas as categorias, a diminuição da criminalidade surge apenas em terceiro plano no que às vantagens da videovigilância diz respeito. Alguns dos inquiridos consideraram ainda outras vantagens do uso da videovigilância, porém nenhuma delas surge como significativa para o estudo.

7.2.8 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 20 E 21

Questionados sobre quais as desvantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima, dos 157 cidadãos inquiridos, 6.4% (10) não responderam, 15.9% (25) responderam “violação dos direitos fundamentais”, 9,6% (15) responderam “não eficaz na prevenção da criminalidade”, 62.4% (98) responderam “custos elevados” e 5.7% (9) respondeu “outras, quais?”. Dados no Gráfico 7.8.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, 8.1% (5) não responderam, 9.7% (6) responderam “violação dos direitos fundamentais” 16.1% (10) responderam “não eficaz

na prevenção da criminalidade”, 59.7% (37) responderam “custos elevados” e 6.4% (4) responderam “outras, quais?”. Dados no Gráfico 7.8.

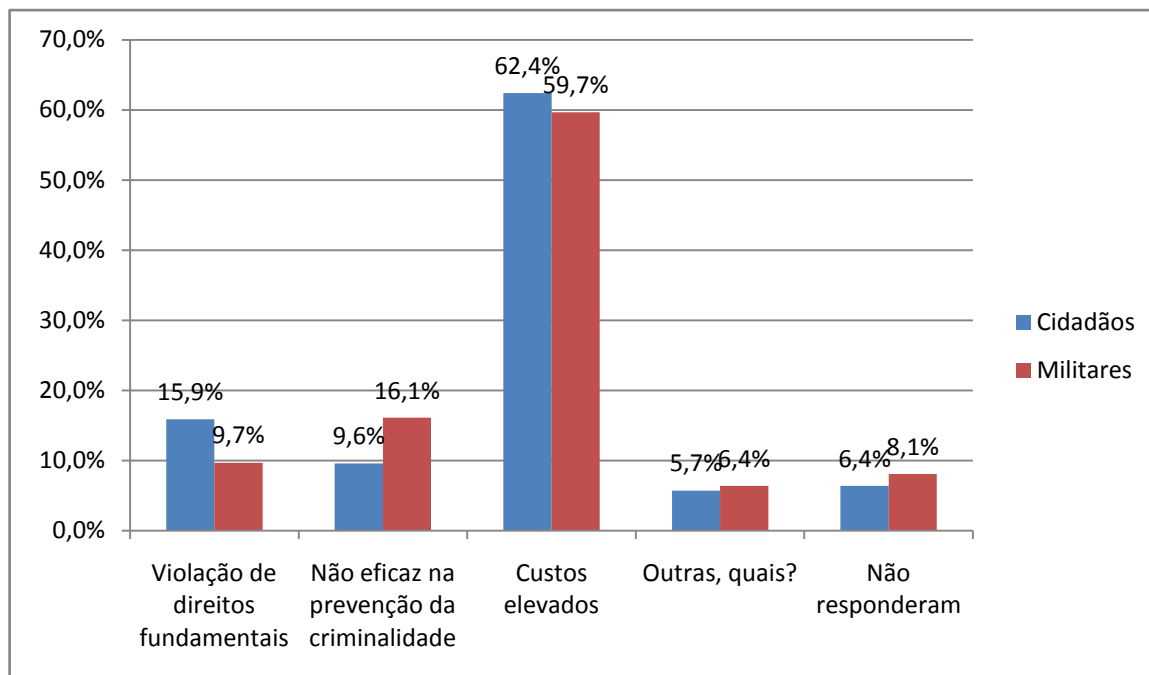


Gráfico 7.8: Análise dos resultados à questão nº 20 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº21 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram como grande desvantagem do uso de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade, o facto de estas apresentarem custos elevados. Para os cidadãos inquiridos, a violação de direitos fundamentais aparece como segunda desvantagem, aparecendo a não eficácia na prevenção da criminalidade em terceiro plano, sendo de realçar que entre os nove inquiridos que responderam “Outras. Quais?”, quatro deles referiram “menos patrulhamento desses locais pelas Forças de Segurança”⁴². Quanto aos militares da GNR inquiridos, a segunda desvantagem do uso da videovigilância é a não eficácia da prevenção da criminalidade, aparecendo a violação de direitos fundamentais em terceiro plano. Alguns dos inquiridos consideraram ainda outras desvantagens do uso da videovigilância, porém nenhum delas surge como significativa para o estudo.

7.2.9 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº21 E 22

Questionados sobre se consideravam que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos, dos 157 cidadãos inquiridos, 18.4% (19) não responderam, 52.9% (83) responderam “sim” e 28.7% (45) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.9.

⁴² Vide apêndice H, p. 82.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 62.9% (39) responderam “sim” e 37.1% (23) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.9.

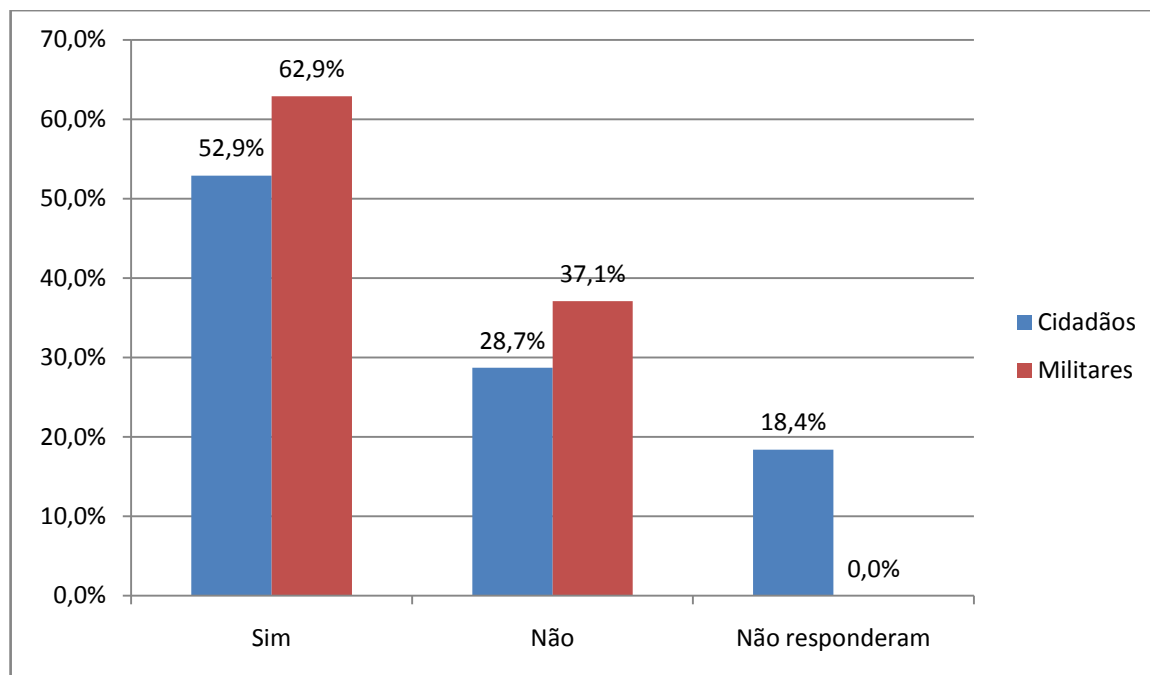


Gráfico 7.9: Análise dos resultados à questão nº 21 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº22 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram que a presença de sistemas de videovigilância poderia impedir a maioria dos delitos, sendo que a maior percentagem de respostas afirmativas surge nos militares da GNR inquiridos, até porque dos 62 inquiridos todos responderam, ao contrário do que acontece nos cidadãos inquiridos, em que a percentagem dos que não responderam é significativa.

Os resultados obtidos, uma vez mais apontam na mesma direcção do estudo da consultora PremiValor para a ADT “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”, já mencionado anteriormente, no qual 73% dos indivíduos inquiridos consideraram os sistemas de videovigilância dissuasores de comportamentos ilícitos.

7.2.10 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 21.1 E 22.1

Ainda no seguimento da pergunta anterior, questionados sobre se/e a presença de um elemento das Forças de Segurança impediria a maioria dos delitos, dos 157 cidadãos inquiridos, 19.1% (30) não responderam, 71.3% (112) responderam “sim” e 9.6% (15) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.10.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 83.9% (52) responderam “sim” e 16.1% (10) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.10.

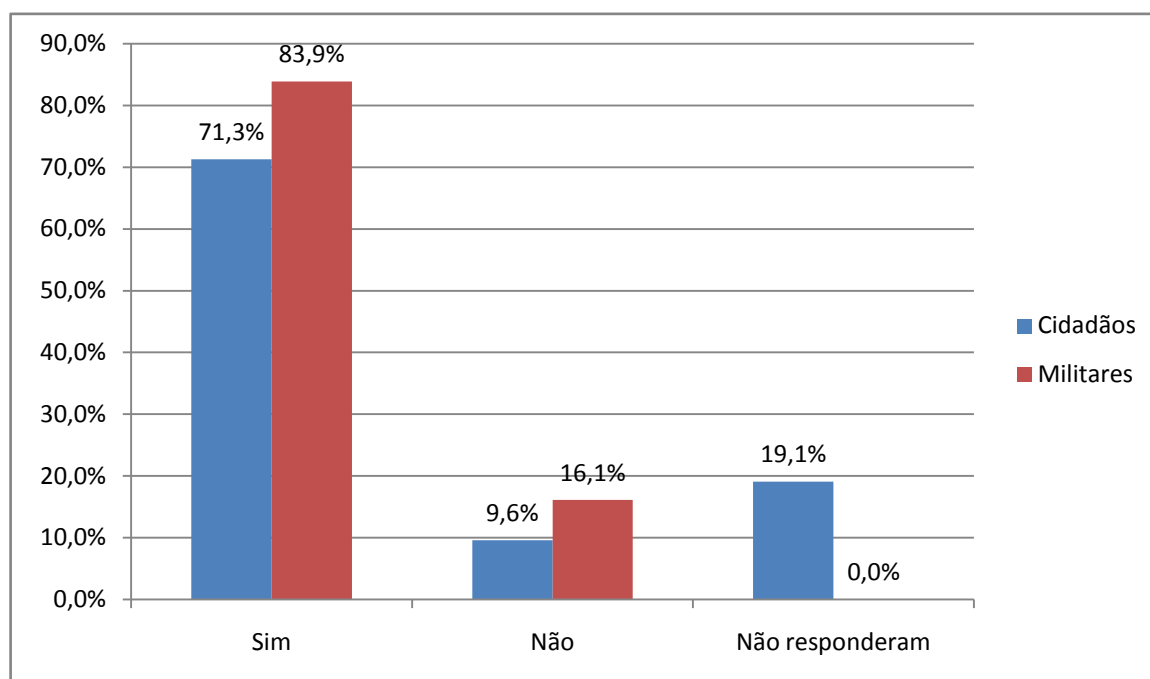


Gráfico 7.10: Análise dos resultados à questão nº 21.1 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº22.1 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram, com percentagens bastante elevadas, que a presença de um elemento das Forças de Segurança impediria a maioria dos delitos. A maior percentagem surge como seria de esperar na categoria dos militares inquiridos, contudo, é de realçar que nos cidadãos a percentagem dos que não responderam supera a dos que consideram que a presença de um elemento das Forças de Segurança não impediria a maioria dos crimes.

7.2.11 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 22 E 23

Questionados sobre se consideravam que o uso de sistemas de vigilância substitui os elementos das Forças de Segurança, dos 157 cidadãos inquiridos, 3.8% (6) não responderam, 9.6% (15) responderam “sim” e 86.6% (136) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.11.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 4.8% (3) responderam “sim” e 95.2% (59) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.11.

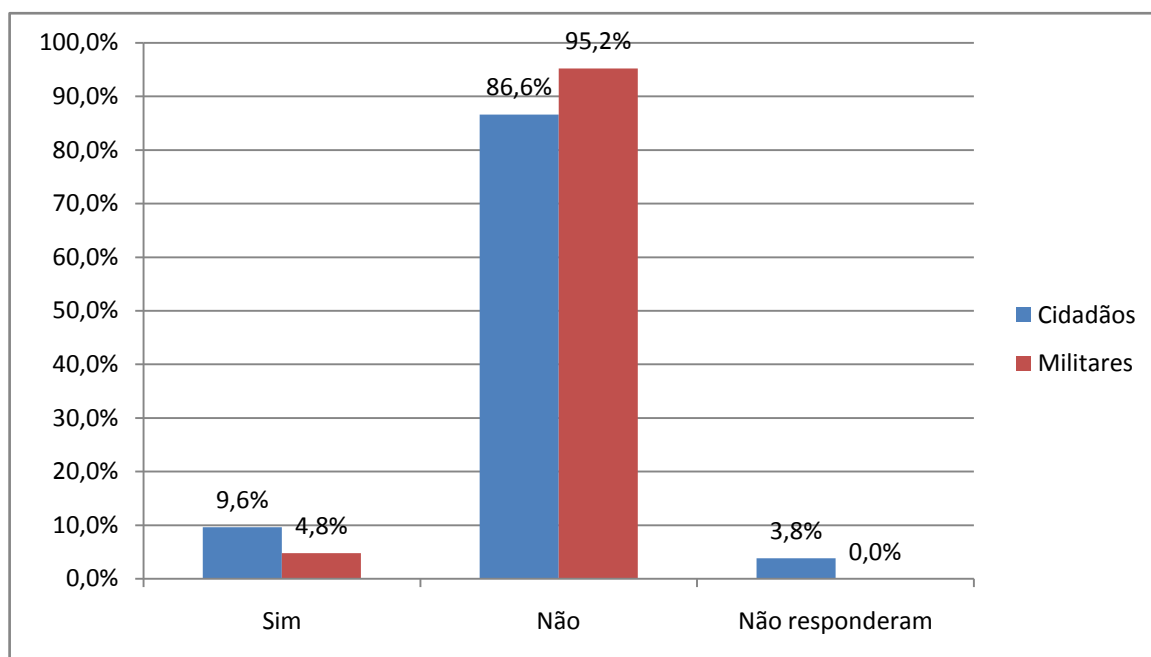


Gráfico 7.11: Análise dos resultados à questão nº 22 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº23 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que ambas as categorias inquiridas consideram que os sistemas de vigilância não substituem os elementos das Forças de Segurança. As percentagens em ambas as categorias são muito elevadas, sendo que na categoria dos militares inquiridos inclusive ultrapassa a barreira dos 90%.

7.2.12 ANÁLISE DO CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 23 E 24

Questionados sobre se em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da sua própria segurança abdicariam do seu direito à privacidade, dos 157 cidadãos inquiridos, 5.1% (8) não responderam, 67.5% (106) responderam “sim” e 27.4% (43) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.12.

Face à mesma pergunta, dos 62 militares inquiridos, todos responderam, sendo que 61.3% (38) responderam “sim” e 38.7% (24) responderam “não”. Dados no Gráfico 7.12.

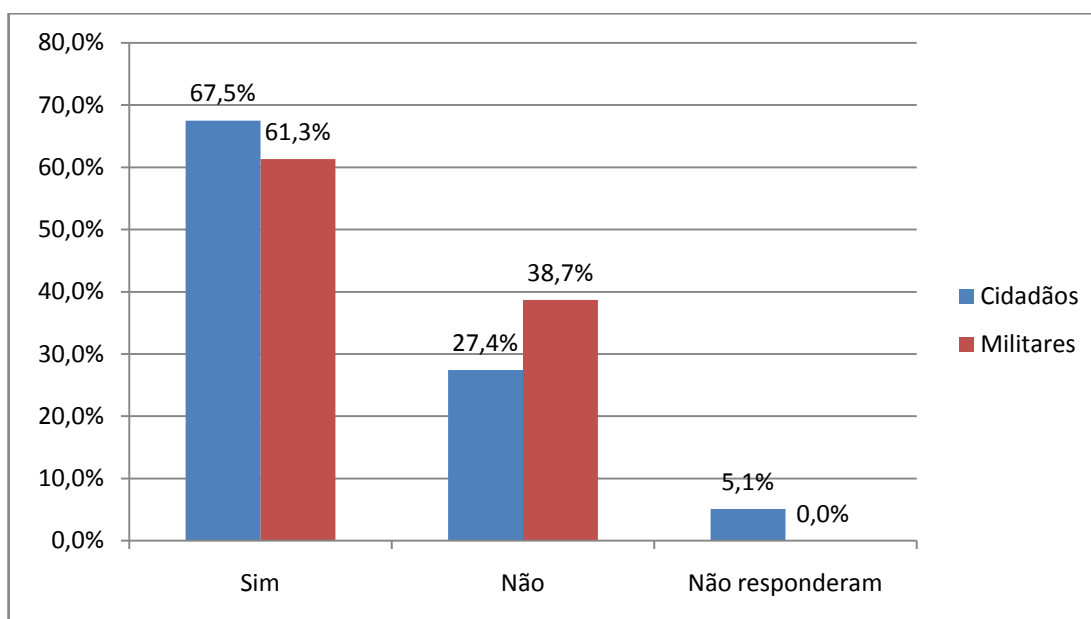


Gráfico 7.12: Análise dos resultados à questão nº 23 do Inquérito por Questionário aos cidadãos e à questão nº24 do Inquérito por Questionário aos militares.

Face às respostas dadas pelos inquiridos, podemos observar que em ambas as categorias inquiridas, a percentagem dos indivíduos que abdicariam do seu direito à privacidade em nome da segurança pública e da própria segurança supera largamente os que responderam o contrário. De sublinhar que a percentagem dos indivíduos que abdicaria do seu direito à privacidade é inclusive maior na categoria dos cidadãos inquiridos que na dos militares da GNR.

7.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise feita aos dados recolhidos, permite uma reflexão teórico-empírica sobre a percepção que os cidadãos da freguesia de Fátima e os militares da GNR que desenvolvem serviço operacional na ZA de Fátima têm acerca da videovigilância, e mais concretamente do seu uso em locais públicos de utilização comum.

7.3.1 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 15 E 19 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃO Nº16 E 20 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES

Da análise feita a estas questões no ponto anterior, pode-se observar que ambas as categorias inquiridas **consideram sentir-se mais seguras** quando se encontram em locais capacitados com sistemas de videovigilância, seja no dia-a-dia, como é o caso dos cidadãos inquiridos, ou em serviço de patrulhamento, como é o caso dos militares da GNR.

Os militares da GNR mostram-se, contudo, mais relutantes no que concerne ao contributo das câmaras de vigilância para o seu sentimento de segurança. Este sentimento, poderá advir do facto de estes serem elementos de autoridade, podendo-os levar a pensar que, se a “farda” não os proteger de alguma situação mais complicada, certamente também não o protegerá um sistema de videovigilância. Este sentimento dos militares, poderá ainda advir do facto de ao serem vídeo vigiados enquanto efectuam patrulhamento, poderem ser mais facilmente controlados pelos seus comandantes.

No seguimento do dito anteriormente, e da análise ao gráfico 7.7, podemos verificar como os cidadãos consideram o aumento do sentimento de segurança a grande mais-valia da instalação de sistemas de videovigilância em locais públicos com maiores índices de criminalidade da cidade de Fátima, sendo que, a melhoria da actuação das polícias será o segundo maior contributo da implementação destes sistemas. Por seu lado, os militares da GNR que se tinham mostrado “menos convencidos” da capacidade dos sistemas de videovigilância contribuírem para o seu sentimento de segurança, mostram o porque na resposta que dão à pergunta 20, considerando que a grande vantagem da colocação de câmaras de filmar em locais de maior criminalidade se espelha **na melhoria da sua actuação**, deixando para um segundo plano o aumento do sentimento de segurança, muito próximo da diminuição da criminalidade como uma mais-valia da videovigilância.

7.3.2 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 12 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃO Nº13 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES

Da análise ao gráfico 1.1, podemos observar como os cidadãos da freguesia de Fátima consideram que a introdução de sistemas de videovigilância nos locais públicos é um **factor que poderia contribuir para a melhoria da actuação policial**, considerando contudo com bastante relevância, a alteração da legislação como outro dos factores que poderia contribuir para a melhoria da mesma. Pode ainda verificar-se que os cidadãos não apontam a formação das Forças de Segurança como um factor de grande relevância no que à melhoria da sua actuação diz respeito.

Destes resultados, podemos realçar a sensibilização e importância que as pessoas dão à videovigilância como factor que poderia melhorar a actuação policial, e ainda a responsabilidade que estas atribuem à legislação como factor “inibidor” da sua actuação.

No que aos militares da GNR diz respeito, podemos verificar que a videovigilância é também ela encarada como um factor que poderia contribuir para a melhoria da sua actuação policial, contudo a importância dada à legislação vigente como “inibidora” da sua actuação apresenta para estes igual grau de importância. Os militares da GNR concordam

que a implementação de sistemas de videovigilância seria **mais uma ferramenta útil ao seu dispor** no cumprimento da sua missão diária, contudo os resultados obtidos apontam também no sentido de estes se encontrarem descontentes com o edifício legislativo actual que regula a actividade policial.

Os resultados obtidos nesta questão vão aliás de encontro aos obtidos à pergunta nº19 do inquérito por questionário aos cidadãos e à questão nº20 do inquérito por questionário aos militares, na qual, a melhoria da actuação policial é já apontada como uma das vantagens inerentes à instalação de câmaras de vigilância nos locais públicos.

7.3.3 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 13, 16, 17, 18, 20 E 23 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃO Nº14, 17, 18, 19, 21 E 24 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES

Da análise à resposta 13 e 16 do questionário aos cidadãos e à questão 14 e 17 do questionário aos militares da GNR, pode-se verificar que **ambas as categorias concordam** na sua grande maioria **com a implementação da videovigilância em locais públicos** de utilização comum, não mostrando grande relutância ao facto de serem filmados quando se encontram em locais públicos. É de salientar, que os cidadãos, categoria na qual à partida se poderia esperar menor percentagem de concordância com a implementação da videovigilância em locais públicos de utilização comum, é contudo a que apresenta taxas de concordância mais elevadas, superando a barreira dos 80% e ficando inclusive muito próxima dos 90%.

No que diz respeito à análise da questão nº 17, 18 do questionário aos cidadãos e à questão 18, 19 do questionário aos militares da GNR, verifica-se que, apesar da implementação dos sistemas de videovigilância em locais públicos ser muitas vezes considerada uma ameaça aos direitos fundamentais, as respostas obtidas demonstram que a visão dos inquiridos caminha no sentido oposto, sendo que 75, 8% dos cidadãos e 83,9% dos militares da GNR, indicam que a videovigilância não interfere com os seus direitos fundamentais. Quanto ao pequeno grupo que considera que os seus direitos fundamentais são diminuídos pelo uso da videovigilância, o direito à reserva da intimidade da vida privada é aquele que consideram ser mais afectado. É de realçar que não é dada qualquer importância ao direito à imagem por ambas as categorias, podendo talvez encontrar-se justificação para este facto, se olharmos à facilidade com que nos dias de hoje a nossa imagem pode ser captada por um qualquer aparelho detentor de câmara fotográfica (e.g. telemóvel).

Da análise à questão 20 do questionário aos cidadãos e à questão 21 do questionário aos militares da GNR, pode constatar-se que a grande desvantagem que é apontada à

colocação de câmaras de filmar em locais públicos não é de modo algum a violação de direitos fundamentais, ou tão pouco a presumível falta de eficácia na prevenção criminal das mesmas, mas sim os custos elevados que a sua colocação, manutenção e gestão acarretam. O número de inquiridos de ambas as categorias que deram esta resposta, ajuda a consolidar a ideia de que a videovigilância é encarada de forma bastante positiva por ambas as categorias inquiridas, não apontando estas como grande desvantagem do uso da videovigilância algum aspecto de ordem moral (violação dos direitos fundamentais) ou de operacionalidade (falta de eficácia na prevenção da criminalidade) da mesma, mas sim razões de ordem económica (custos elevados), as quais são sempre mais fáceis de contornar. É ainda de salientar os cidadãos inquiridos que apontaram a futura falta de patrulhamento, pelas Forças de Segurança, como uma das desvantagens da colocação dos sistemas de videovigilância em locais públicos. Este tipo de resposta é susceptível que surja no pensamento dos cidadãos, por falta de informação do fundamento pelo qual as Forças de Segurança recorrem aos sistemas de videovigilância, que de modo algum poderá passar pela redução dum policiamento humano efectivo, tecnicamente designado “policiamento de proximidade”.

Indo de encontro aos resultados já analisados e discutidos, a análise aos dados obtidos à questão 23 do questionário aos cidadãos e à questão 24 do questionário aos militares da GNR, permite retirar-nos qualquer dúvida que ainda pode-se existir quanto à aceitação da colocação da videovigilância em locais públicos de utilização comum. Ambas as categorias inquiridas, apresentam uma percentagem superior a 60% quando questionadas se em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da própria segurança abdicariam do seu direito à privacidade. A percentagem obtida a esta pergunta é inclusive maior nos cidadãos inquiridos que nos militares da GNR.

Estes resultados permitem-nos constatar que tanto os cidadãos como os militares da GNR colocam a (sua) segurança em primeiro lugar, considerando que a colocação de sistemas de videovigilância em locais públicos de utilização comum contribuirá em muito para o assegurar da mesma, prevenindo a criminalidade, e não como um meio que de algum modo irá diminuir os seus direitos fundamentais.

7.3.4 DISCUSSÃO DA RESPOSTA À QUESTÃO Nº 21, 21.1 E 22 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS CIDADÃOS E À QUESTÃO Nº 22, 22.1 E 23 DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS MILITARES

Da análise à questão nº 21 e 21.1 do questionário aos cidadãos e à questão 22 e 22.1 do questionário aos militares da GNR, pode observar-se através da análise à percentagem de respostas obtidas que ambas as categorias inquiridas consideram a presença de

câmaras de vigilância e de elementos das Forças de Segurança elementos dissuasores de delitos nos locais onde estas e estes se encontrarem. Contudo a comparação da percentagem obtida em ambas as perguntas permite-nos também perceber uma outra realidade, que virá a confirmar-se na resposta obtida à pergunta seguinte, é a de que os elementos das Forças de Segurança são considerados como elo mais forte na dissuasão e prevenção da criminalidade.

A análise à questão 22 do questionário aos cidadãos e à questão 23 do questionário aos militares da GNR, permite conferir a ideia mencionada no parágrafo anterior. Ambas as categorias inquiridas negam-se a considerar os sistemas de vigilância substitutos dos elementos das Forças de Segurança.

Estes resultados permitem constatar que ambas as categorias inquiridas olham para a videovigilância como uma valiosa ferramenta e instrumento complementar da actividade policial e não como um sistema que substitui o elemento humano “polícia”.

Apesar da implementação destes sistemas ser muitas vezes considerada uma ameaça à privacidade dos cidadãos, as respostas obtidas demonstram que a visão dos inquiridos caminha no sentido oposto, aceitando a introdução de sistemas de videovigilância como factor dissuasor de comportamentos ilícitos, podendo por isso ser uma mais-valia como veículo de suporte às actividades das Forças de Segurança. Os inquiridos vêem ainda nos sistemas de videovigilância um garante da sua segurança, afirmando sentirem-se mais seguros na presença dos mesmos.

Estes resultados puderam justificar-se por uma realidade hodierna, onde o constante crescente de criminalidade, cada vez mais violenta e sem regras, faz surgir nas pessoas um sentimento de insegurança tal que as leva a “prescindir” de alguma da sua privacidade em detrimento da sua segurança.

CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apresentada a investigação de campo realizada, resta fazer algumas considerações finais sobre todo o trabalho, na forma de conclusões e propostas. Assim, neste capítulo é feita uma síntese conclusiva tendo por base o enquadramento teórico e a investigação de campo, concretizando sucintamente os objectivos do trabalho e analisando a confirmação das hipóteses formuladas. No final são apresentadas algumas recomendações no âmbito da aplicação dos sistemas de videovigilância, bem como, apresentadas algumas propostas na eventualidade de futuras investigações.

8.1 CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS⁴³

- O autor confirmou a primeira hipótese do trabalho, isto é, o emprego de sistemas de videovigilância pelas Forças de Segurança em locais públicos contribui para um sentimento de segurança por parte dos cidadãos.
- Confirma-se totalmente a segunda hipótese de trabalho, ou seja, a videovigilância apresenta-se como uma ferramenta útil e eficaz ao serviço das Forças de Segurança, sendo que o seu emprego em locais públicos pelas Forças de Segurança melhora a sua actuação.
- A terceira hipótese de trabalho é confirmada, isto é, a utilização de sistemas de videovigilância em nome de uma eficiente segurança pública constitui uma legitimação para a restrição de direitos fundamentais dos cidadãos por parte das Forças de Segurança, contudo, a sua utilização deve ser limitada ao âmbito e locais legalmente previstos.
- A quarta hipótese de trabalho levantada pelo autor não se confirma, ou seja, o emprego de meios de videovigilância não substitui os elementos policiais, podendo apenas ser encarado como uma ferramenta auxiliar no cumprimento da sua missão.

8.2 CONCLUSÕES

Conscientes da realidade contemporânea, onde o mundo da criminalidade se torna cada vez mais sofisticado e complexo, tornando-o difícil de combater, as Forças de Segurança não podem permitir-se ficar paradas no tempo. Estas, não podem negar a realidade actual e abdicar de recorrer ao progresso científico para melhorar a sua forma de actuação, sempre e quando esta não ponha em causa valores maiores.

Os benefícios decorrentes da utilização dos sistemas de videovigilância são muitos e comprovados, espelhando-se ao nível da segurança como uma **ferramenta eficaz na**

⁴³ Vide hipóteses formuladas no Capítulo 6.2.

prevenção da criminalidade, na redução do sentimento de insegurança, bem como na **gestão operacional dos meios à disposição das polícias**. A utilização de câmaras no espaço público, permitindo a vigilância constante do mesmo, permite também a produção de informações, “matéria-prima” essencial e indispensável na gestão e forma de actuação das Forças de Segurança.

Contudo, todos os benefícios inerentes à utilização da videovigilância nos locais públicos, não nos podem “cegar” a tal ponto, que percamos a noção que a massificação da videovigilância tem de ser a todo o custo evitada, uma vez que esta potencia a afectação dos Direitos Fundamentais.

A utilização da videovigilância deve limitar-se ao mínimo indispensável, sendo o recurso a tal meio apenas aceite, quando esta se mostrar concretamente a mais adequada para a manutenção da segurança e ordem públicas e para a prevenção da criminalidade, tendo em conta as circunstâncias concretas do local a vigiar. O seu uso deve deste modo ser regido pelos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

O respeito destes princípios é primordial de modo a encontrar-se uma medida justa que concilie as exigências do interesse público com as garantias dos particulares, estabelecendo-se deste modo um equilíbrio entre o direito à liberdade e o direito à segurança, permitindo que os direitos fundamentais dos cidadãos não saiam afectados.

Nesse mesmo sentido, foi criada a Lei 1/2005, consagrando um regime que se respeitado, permite a garantia e defesa dos direitos dos cidadãos, impedindo a utilização indiscriminada dos sistemas de videovigilância como medida principal de prevenção pelas polícias.

A **utilização dos sistemas de videovigilância** pelas Forças de Segurança em locais públicos de utilização comum **deve**, contudo, **ser encarada como uma hipótese viável**, não podendo a mesma considerar-se uma intromissão inaceitável na vida privada dos cidadãos.

Seria contraproducente pensar-se que as grandes evoluções ao nível da ciência e da tecnologia sejam uma mais-valia em tantas áreas e não a considerar como tal ao nível da segurança.

Os sistemas de videovigilância a implementar em espaços públicos de utilização comum apresentam-se como uma **ferramenta útil e eficaz ao serviço das Forças de Segurança, espelhando-se numa melhoria da sua actuação**. A videovigilância constitui um instrumento complementar da actividade policial, preventiva e reactiva, com um forte efeito dissuasor na prática de determinados ilícitos criminais e condutas anti-sociais. Esta tem a vantagem de permitir agilizar e maximizar a resposta policial a cada situação em concreto, aliada à capacidade de facilitar e, em alguns casos, tornar possível a identificação e subsequente apuramento de responsabilidades criminais. O contributo para a **melhoria do**

sentimento de segurança por parte das populações é ainda outra das vantagens associada ao uso das câmaras de videovigilância.

A videovigilância em locais públicos de utilização comum, como meio de segurança, apenas pode ser visto como meio tático auxiliar e excepcional das Forças de Segurança e não como meio principal, ao qual se interligam todos os outros meios.

A utilização de câmaras de vídeo, a par da obediência aos princípios da intervenção policial, deve ser visto como um meio de apoio à actividade preventiva e repressiva das forças policiais, e **nunca como substituto do elemento fardado**.

As Forças de Segurança devem olhar para a videovigilância, apenas e só, como um meio tecnológico que lhes permite uma visualização e percepção mais adequada dos factos, podendo conduzir à movimentação de meios humanos e materiais proporcionais às necessidades, e nunca como substituto do elemento humano. Deste modo, evitar-se-á, o descoro do patrulhamento de proximidade que permite às polícias a criação de um elo de confiança e conhecimento com os cidadãos, com o fim último de melhorar a qualidade do serviço prestado a estes.

Importa às polícias preservar a inteligência e o discernimento, de forma a saber aproveitar esta valiosa ferramenta em prol da segurança e do bem-estar social, procurando mais e melhor cidadania, mais e melhor liberdade e segurança.

Respondendo à pergunta de partida, e tendo em conta a conjugação do enquadramento teórico com os resultados obtidos da investigação prática, pode concluir-se que, **o contributo** que a videovigilância dá às Forças de Segurança **na prevenção da criminalidade** e demais funções policiais, **justifica que se restrinjam Direitos da esfera privada dos cidadãos**. Contudo, o seu emprego não deve ser indiscriminado, limitando-se às situações legalmente previstas.

Conclui-se ainda que:

- O emprego de sistemas de vídeo vigilância pelas Forças de Segurança em locais públicos apresenta-se como uma ferramenta útil na prevenção da criminalidade, contribuindo também para um aumento do sentimento de segurança por parte dos cidadãos.
- O emprego de sistemas de vídeo vigilância pelas Forças de Segurança, em locais públicos, permite-lhes recolher informações, meios de prova, orientar o patrulhamento e garantir uma maior eficácia no auxílio e socorro, proporcionando uma melhoria da sua actuação.
- A utilização de sistemas de vídeo vigilância pelas Forças de Segurança em determinados condições e conforme a lei deve ser encarada como uma possibilidade.
- Os meios de videovigilância não podem ser “banalizados”, isto é, não podem ser encarados como substitutos dos elementos das forças polícias, mas apenas como ferramenta auxiliar e excepcional das Forças de Segurança.

8.3 RECOMENDAÇÕES FINAIS

Como recomendações, o autor realça ao nível organizacional, a importância de equacionar a implementação de tecnologias directamente ligadas aos sistemas de videovigilância que já se encontram em uso em outros países com êxito comprovado, mais concretamente o autor refere-se, ao sistema automático de reconhecimento de matrículas e ao sistema de reconhecimento facial.

8.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Na realização deste TIA, o autor deparou-se com algumas limitações, constituindo-se como exemplos a falta de tempo e o facto de ao nível de todo o dispositivo da GNR a videovigilância em locais públicos de utilização comum apenas se encontrar implementada na cidade de Fátima, aquando das grandes peregrinações, para controlo de tráfego. Sendo que, mesmo ao nível da cidade de Fátima (Santuário), esta apenas se encontra numa fase primária, estando a implementação de mais câmaras de filmar ainda em curso. Este facto impossibilitou que pudessem ser feitos estudos comparativos que permitissem analisar a evolução da criminalidade “antes” e “depois” da introdução da videovigilância. Sem prejuízo do referido anteriormente, a maior limitação foi o limite de páginas.

O limite de páginas imposto é muito restritivo, motivo pelo qual são apresentados no corpo do trabalho apenas os resultados mais importantes, tendo os restantes sido remetidos para apêndices. Apesar disso, ainda assim são ultrapassadas as páginas limites.

8.5 PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Este trabalho versou sobre o contributo que a videovigilância pode dar às Forças de Segurança ao nível da prevenção da criminalidade quando encarada como uma ferramenta auxiliar da sua actividade, contrabalançada com as restrições que o seu uso implica ao nível dos direitos fundamentais.

Sendo a videovigilância um resultado do progresso e das novas tecnologias que deve ser encarada como uma possibilidade pelas modernas polícias, ficam como propostas para futuras investigações nesta área, as seguintes:

- Estudar se os militares da GNR, e das FFSS em geral, que operam com os sistemas de videovigilância, têm qualificações e formação específica que lhes permita tirar o rendimento máximo dos mesmos.
- Comparar as estatísticas criminais (o antes e o depois) de locais onde tenha sido implementada a videovigilância.

- Estudar qual a opinião dos comandantes e “decisores” das Forças de Segurança em relação ao contributo que as informações obtidas pelos sistemas de videovigilância dão ao nível do seu processo de tomada de decisão.
- Estudar quais os encargos e custos anuais da implementação de sistemas de videovigilância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Metodologia científica

- ACADEMIA MILITAR. (2008) *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa. Academia Militar.
- BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. (2003) *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS para Windows* (D. Lopes, Trad.). Oeiras Celta Editora. (Original publicado em 2001).
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela. (1998) *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. (2001) *O Inquérito: Teoria e Prática* (C. Pires, Trad.). Oeiras. Celta Editora. (Original publicado em 1977).
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho, Trad.). (5ª Ed.) Lisboa. Gradiva. (Original publicado em (s.d)).
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. (2005), *Manual de investigação em ciências sociais* (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho, Trad.). Lisboa. Gradiva. (Original publicado em (s.d.)).
- SANTOS, José; LUÍS, Arsénio. (2006) *Manual de Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa. Academia Militar.
- SARMENTO, Manuela. (2008) *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa. Universidade Lusíada Editora.

Livros

- AAVV. (2008) *Dicionário de Língua Portuguesa*. Porto. Porto Editora.
- ALVES, José. (1999) *Estratégia*. Lisboa. Dom Quixote.

- AMARO, Mário. (1999) *Direitos Humanos e Eficácia Policial, Sistemas de Controlo da Actividade Policial, Seminário Internacional Direitos*. Lisboa. MAI-IGAI.
- CANOTILHO, Gomes; MOREIRA, Vital. (2007) *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (4ª ed.) Coimbra. Coimbra Editora.
- CARVALHO, Maria. (2001) *Semana "Polícia e Direitos do Homem"*. Lisboa. IGAI.
- CASTRO, Sarmiento. (2005) *Direito da Informática, Privacidade e Dados Pessoais*. Coimbra Almedina.
- CLEMENTE, Pedro. (2000) *A Polícia em Portugal – Da Dimensão Contemporânea da Segurança Pública*. Lisboa. ISCSP.
- DIAS, Manuel. (2001) *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra. Almedina.
- GOOLD, Benjamin. (2004) *CCTV and Policing: Public Area Surveillance and Police Practices in Britain*. Londres. Oxford University Press.
- FERNANDES, L. (2006) A Prevenção da Criminalidade. In: VALENTE, M. *II Colóquio da Segurança Interna*. Coimbra. Almedina. p. 69-117.
- GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, eds. (1996) *Manual de Operações* (Vol. I). Lisboa. CEGRAF GNR.
- MATOS, Varela. (1998) *Conflito de Direitos Fundamentais em Direito Constitucional e Conflito de Direitos em Direito Civil*. Porto. Elcla.
- OTERO, Paulo. (2001) *A Democracia Totalitária*. Lisboa. Principia.
- PAINTER, Kate; TILLEY, Nick, eds. (1999) *Surveillance of Public Space: CCTV, street lighting and crime prevention, crime prevention studies* (Vol. 10). New York. s. ed..
- RATCLIFE, Jerry. (2006) *Videosurveillance of Public Places*. U.S. Department of Justice.
- SOUSA, Marcelo; MATOS, André. (2006) *Direito Administrativo Gera Tomo*. (2º ed.) Lisboa. Dom Quixote.
- URIBE, Carlos. (2006) *Derecho a la Intimidad y Videovigilancia Policial*. Madrid. Laberinto.
- VALENTE, Manuel. (2006) Videovigilância: Instrumento de "Segurança Interna"? In: *II Colóquio da Segurança Interna*. Coimbra. Almedina. p. 119-154.
- VALENTE, Manuel. (2005) *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra. Almedina.
- VOURC'H, Catherine. (2000) *Segurança e Democracia: Policiamento de Proximidade* (D. Figueiredo, Trad.). Lisboa. MAI. (Original Publicado em 1998).

Legislação

Constituição da Republica Portuguesa, de 02 de Abril de 1976, alterada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 04 de Julho.

Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro.

Código de Processo penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008 de 26 de Fevereiro.

Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948.

Lei n.º 1/2005 de 10 de Janeiro, Diário da República n.º 6, Série I-A de 2005-01-10 - Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro, Diário da República n.º 247, Série I-A de 1998-10-26 - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Lei Orgânica nº 2/2004 de 12 de Maio de 2004, Diário da República n.º 111, Série I-A de 2004-05-12 - Estabelece o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça no contexto extraordinário da fase final do Campeonato Europeu de Futebol — Euro 2004.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 255 de 12 de Junho de 2002, Diário da República n.º 155, Série I-A de 2002-07-08 - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 7.º, nº 1, alíneas a), b), c), d), e), f), g) e h), e 2, alíneas a) e b), e das normas dos nºs 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 231/98, de 22 de Julho, que regula o exercício da actividade de segurança privada (processo nº 647/96 e processo nº 624/99, incorporado).

Trabalhos Finais de Curso, Mestrados entre outros Trabalhos Científicos

ALVES, Coronel Armando Carlos. (2003) *Teoria da Segurança*. Lisboa. Curso de Promoção a Oficial Superior/GNR - Instituto de Altos Estudos Militares.

CHAMBEL, Élia Marina Pereira. (2000) *Videovigilância em Locais de Domínio Público de Utilização Comum*. Lisboa. Trabalho Final de Curso (Licenciatura) – ISCPSI.

MADALENO, Paulo Sérgio Jorge. (2007) *Videovigilância em Locais Públicos – Um novo paradigma da prevenção criminal*. Lisboa. Dissertação (Licenciatura) - ISCPSI.

Revistas e Artigos

ALVES, A. C. (1999) Porquê? A Insegurança?!. *Pela Lei Pela Grei*, v. Jul-Set, p. 4-8.

ALVES, A. C. (1996) As Forças de Segurança e a Actividade Policial. *Pela Lei Pela Grei*, v. Jul-Set, p.5.

GUERRA, A. (2005) A Utilização de Sistemas de Vídeo Pelas Forças e Serviços de Segurança em Locais Públicos. *Revista do Ministério Público*, v. Jul-Set, n.º 103, p. 39-63.

LADEIRA, C. N. (2006) Iluminação de Rua e CCTV – Estudo comparativo. *Revista Policia e Justiça*, v. Jan-Jun, n.º 7, p. 358-361.

Endereços Internet

1. CLOSED-CIRCUIT TELEVISION

<http://en.wikipedia.org/wiki/CCTV>

Apresenta informações úteis para a compreensão do funcionamento de um sistema de videovigilância (CCTV).

(Acedido em 03 de Fevereiro de 2009)

2. ADT ALWAYS THERE

<http://www.adt.pt/Default.aspx.LocID-0jfnew01n.RefLocID-0jg00c001.htm?sksearchtext=2ª%20edição>

Apresenta um estudo desenvolvido na área da segurança e da videovigilância

(Acedido em 05 de Fevereiro de 2009)

3. JUNTA DE FREGUESIA DE FÁTIMA

<http://www.jf.fatima.pt/portal/index.php?id=1439>

Apresenta a caracterização da população da freguesia de Fátima.

(Acedido em 10 de Fevereiro de 2009)

APÊNDICES

**APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO PROF.
DR. ALEXANDRINO**



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE INFANTARIA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Trabalho realizado pelo Aspirante de Infantaria João Sousa

Orientador: Capitão de Infantaria Duarte da Graça

Fevereiro de 2009

Escola da Guarda

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS

Guião da Entrevista Exploratória

Tema: Videovigilância: Prevenção Criminal versus Direitos Fundamentais

1 – Concorda que a videovigilância no geral, e em locais públicos muito em especial, é um meio/ferramenta eficaz na prevenção e investigação criminal? Porquê?

2 – Considera o uso da Videovigilância em locais públicos de utilização comum uma violação aos Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

2.1 – Se sim, não acha que a Legislação vigente e em especial a Lei nº 1/2005 (Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização), põe cobro a essa situação, salvaguardando os direitos dos cidadãos?

3 – Quais os Direitos dos cidadãos que considera violados?

4 – Sendo a Segurança um Direito Fundamental, bem como o Direito á Reserva da Intimidade da Vida Privada, e havendo nesta situação um claro conflito entre eles, qual deles deve prevalecer em relação ao outro?

APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA AO PROF. DR. ALEXANDRINO

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº1

Tema: Videovigilância: Prevenção Criminal versus Direitos Fundamentais

Entrevistado: Prof. Dr. Alexandrino

1 – Concorda que a videovigilância no geral, e em locais públicos muito em especial, é um meio/ferramenta eficaz na prevenção e investigação criminal? Porquê?

Depende.

Por um lado, depende do tipo de criminalidade, uma vez que a maior parte dos crimes não são cometidos no espaço público ou não são susceptíveis de captação por videovigilância.

Por outro lado, mesmo na prevenção, está longe de demonstrada a eficácia da videovigilância, pois basta ver o número de assaltos a bancos, lojas e residências possuidoras desse tipo de sistemas de controlo.

2 – Considera o uso da Videovigilância em locais públicos de utilização comum uma violação aos Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porquê?

Não se pode dizer que a utilização da videovigilância em locais públicos de utilização comum constitua uma “*violação*” dos direitos liberdades e garantias, porque o conceito de violação é um conceito jurídico ainda pouco estudado entre nós (ver José de Melo Alexandrino, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, Estoril, 2007, p. 103 ss.).

Mas já se pode dizer claramente que, em princípio, a utilização da videovigilância encerra uma potencialidade forte de afectação (sobre este conceito, Melo Alexandrino, *Direitos Fundamentais*, p. 105 ss.) de certos direitos, liberdades e garantias (como aliás resulta do artigo 7.º, n.º 3, da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro).

O tipo e o grau de afectação pode naturalmente variar e, em certos casos, pode levar a uma lesão grave dos bens e interesses jusfundamentais das pessoas (assim, o artigo 7.º, n.ºs 6 e 7, da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, por exemplo), podendo então falar-se em “*violação*”.

Uma violação dá lugar a responsabilidade do Estado e das entidades públicas (veja-se o artigo 22.º da Constituição e a Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro).

2.1 – Se sim, não acha que a Legislação vigente e em especial a Lei nº 1/2005 (Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em

locais públicos de utilização), põe cobro a essa situação, salvaguardando os direitos dos cidadãos?

A Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, não impede, por si mesma, as afectações e as eventuais violações dos direitos pessoais dos cidadãos.

A lei tenta proceder a uma ponderação abstracta dos bens e interesses em presença, definindo e delimitando os casos em que pode haver recurso à utilização da videovigilância, definindo os respectivos pressupostos, competências e procedimentos, limitando a utilização desses dados e estabelecendo o quadro sancionatório aplicável ao não cumprimento pelas autoridades das diversas obrigações, limites e proibições.

Tudo o mais compete à Administração Pública e esta, pela natureza das coisas, nem sempre respeitará os limites definidos e nem sempre será possível obstar à concreta afectação dos direitos, liberdades e garantias.

3 – Quais os Direitos dos cidadãos que considera violados?

Os direitos, liberdades e garantias potencialmente afectados são em geral os direitos pessoais do artigo 26.º, n.º 1, da Constituição, bem como as garantias do artigo 32.º, n.º 8, e do artigo 34.º da Constituição (inviolabilidade do domicílio).

4 – Sendo a Segurança um Direito Fundamental, bem como o Direito à Reserva da Intimidade da Vida Privada, e havendo nesta situação um claro conflito entre eles, qual deles deve prevalecer em relação ao outro?

Antes de mais, na nossa Constituição, a segurança não é um direito fundamental. A Constituição refere-se (tal como a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia) ao “direito à liberdade e à segurança” (artigo 27.º, n.º 1). A segurança é antes um *interesse* constitucionalmente protegido e está articulada com a liberdade (física) da pessoa, com a qual forma um todo unitário (protegido pela mesma norma constitucional).

Parece-me, em segundo lugar, que não se pode falar de um conflito entre a segurança e o direito à reserva da intimidade da vida privada, uma vez que conflito é mais amplo, por envolver outros direitos e outros interesses (quer do lado da segurança, quer do lado contrário).

Dito isto, a resolução de um conflito entre direitos fundamentais (ou bens e interesses fundamentais) é um das questões mais complexas na teoria e na prática do Direito: (a) por um lado, os conflitos podem ser resolvidos em abstracto (como o são através das normas do Código Penal ou da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, por exemplo), tentando o legislador dessa forma equilibrar os dois pratos da balança (*leis harmonizadoras*); (b) por outro lado, os conflitos muitas vezes têm de ser resolvidos nos casos concretos, não havendo respostas simples (mais uma vez, remeto para as linhas de orientação deixadas em Melo Alexandrino, *Direitos Fundamentais*, p. 116-117).

No caso da utilização da videovigilância, olhando ao pressuposto definido no artigo 7.º, n.º 5, da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, parece que os interesses da liberdade e da privacidade devem prevalecer sobre os interesses da segurança, da ordem pública e prevenção criminal. Pessoalmente, também me parece ser esta a orientação que deve constituir o ponto de partida do aplicador do Direito.

Caracterização da Amostra Idade: 49 Anos Sexo: Masculino Habilitações Literárias: Licenciado em Direito, Doutorado em Direito Jurídico Políticas. Função: Prof. Auxiliar da Faculdade de Direito de Lisboa.	Contexto da Entrevista: Esta entrevista por impossibilidades do entrevistado, foi enviada via correio electrónico, ao qual o entrevistado deu resposta no dia 28 de Fevereiro de 2009.
--	--

APÊNDICE C – GUIÃO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO CAPITÃO CARVALHO



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE INFANTARIA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Trabalho realizado pelo Aspirante de Infantaria João Sousa

Orientador: Capitão de Infantaria Duarte da Graça

Fevereiro de 2009

Escola da Guarda

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS

Guião da Entrevista Exploratória

Tema: VIDEOVIGILÂNCIA: Prevenção Criminal versus Direitos Fundamentais

1 – Na sua opinião, qual é o tipo de criminalidade mais praticado em Portugal?

2 – Acha que a utilização dos sistemas de videovigilância contribui para a melhoria da prevenção criminal e combate ao crime (Investigação)? Porque?

3 – Considera que este meio, utilizado em locais públicos de utilização comum, restringe os Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porque?

4 – Desde que a videovigilância foi implementada na Assembleia da República considera que houve uma maior facilidade em prevenir o crime? Em termos práticos, houve de facto uma redução de número de crimes?

5 – Numa perspectiva preventiva, para que tipo de crimes considera o uso videovigilância mais eficaz? (crimes contra a propriedade, crimes contra as pessoas, crimes contra a ordem pública)

APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA AO CAPITÃO CARVALHO

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº1

Tema: Videovigilância: Prevenção Criminal versus Direitos Fundamentais

Entrevistado: Capitão de GNR-Infantaria Carvalho

1 – Na sua opinião, qual é o tipo de criminalidade mais praticado em Portugal?

A pequena criminalidade como o furto, as ofensas à integridade física e o crime de dano/vandalismo.

2 – Acha que a utilização dos sistemas de videovigilância contribui para a melhoria da prevenção criminal e combate ao crime (Investigação)? Porque?

A utilização do sistema de videovigilância constitui uma ferramenta complementar da actividade policial, ao nível da prevenção e da reacção, traduzindo-se numa maior eficácia da resposta das Forças de Segurança, em situações concretas. Nestas situações, o sistema permite, por vezes, a identificação dos supostos infractores, de modo a apurar-se as responsabilidades criminais. No entanto, não pode ser visto como a substituição do elemento humano no terreno, mas sim como uma ferramenta integrada na política do policiamento de proximidade. A videovigilância, por norma, funciona como elemento dissuasor na prática de ilícitos criminais, todavia, podem ter efeitos negativos como a deslocação da criminalidade para outras áreas não vigias. Contudo, penso que contribui para o aumento do sentimento de segurança nessas zonas.

3 – Considera que este meio, utilizado em locais públicos de utilização comum, restringe os Direitos Liberdades e Garantias dos cidadãos? Porque?

A implementação deste tipo de sistema deve ser proporcional e adequado a cada situação e área a vigiar. O manuseamento dos equipamentos e o tratamento dos dados deve ser cuidado e de acordo com os preceitos legais previstos, sendo fundamental a supervisão dos operadores como legalmente previsto, o tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial deve limitar-se ao estritamente necessário para a prevenção de um perigo concreto ou de repressão de uma determinada infracção. Esta utilização deve

realizar-se no estrito respeito pela reserva da vida privada, de forma transparente, bem como, pela salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

4 – Desde que a videovigilância foi implementada na Assembleia da República considera que houve uma maior facilidade em prevenir o crime? Em termos práticos, houve de facto uma redução de número de crimes?

Não existem dados concretos sobre esta matéria. No entanto, com base na experiência diária do uso do sistema de videovigilância, posso afirmar que o mesmo constitui um elemento dissuasor das práticas ilícitas na área envolvente da Assembleia da República e como um excelente complemento na tarefa de vigilância do serviço de segurança.

O manuseamento deste sistema na sala de segurança permitiu a identificação de suspeitos da prática de crimes como furto, dano e tráfico de estupefacientes.

5 – Numa perspectiva preventiva, para que tipo de crimes considera o uso videovigilância mais eficaz? (crimes contra a propriedade, crimes contra as pessoas, crimes contra a ordem pública)

A eficácia do sistema de videovigilância depende de cada caso em concreto e das características da cada área, no entanto, poderá no meu entender, prevenir essencialmente crimes contra a propriedade e contra as pessoas.

Caracterização da Amostra Idade: 34 Sexo: Masculino Posto: Capitão Tempo de Serviço: 16 anos Função: Oficial de Segurança Adjunto da Assembleia da República (Actualmente a frequentar o Curso de Promoção a Oficial Superior)	Contexto da Entrevista: Esta entrevista por impossibilidades do entrevistado, foi enviada via correio electrónico, ao qual o entrevistado deu resposta no dia 3 de Março de 2009.
--	---

APÊNDICE E - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DAS PERGUNTAS COMUNS DO QUESTIONÁRIO AOS MILITARES DA GNR E AOS POPULARES DA FREGUESIA DE FÁTIMA

Questionário aos Cidadãos da freguesia de Fátima	Questionário aos Militares da GNR
1	1
2	2
3	3
4	4
6	9
7	10
10	11
11	12
12	13
13	14
14	15
15	16
16	17
17	18
18	19
19	20
20	21
21	22
21.1	22.1
22	23
23	24

Quadro I.1: Quadro de equivalência dos questionários aos cidadãos da Freguesia de Fátima e aos militares da GNR

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA⁴⁴



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Videovigilância e Prevenção Criminal

QUESTIONÁRIO

INTRODUÇÃO

Este questionário insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de GNR – Ramo Armas, subordinado ao tema “Videovigilância e prevenção Criminal”. O **objectivo** do questionário é recolher dados relativos à forma como as pessoas olham para a videovigilância como ferramenta de prevenção criminal a ser usado pelas Forças de Segurança, tendo sempre em conta os Direitos Fundamentais dos cidadãos. Os dados serão alvo de tratamento estatístico, estando salvaguardada a **confidencialidade de quem os fornece**.

INSTRUÇÕES

Coloque **um círculo (O)** de volta do número da resposta que melhor define a sua opinião, consoante as instruções fornecidas em cada questão. **POR FAVOR responda a todas as questões**. A sua opinião é fundamental para os resultados deste estudo. Tendo em vista a confidencialidade das suas respostas, não se pretende qualquer tipo de identificação pessoal.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

⁴⁴ Questionário adaptado do questionário de Élia Chambel *in* (Chambel, 2000)

I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

1) Idade

1. 18/28
2. 29/39
3. 40/50
4. 51/61
5. 61 ou mais

2) Sexo:

1. Masculino
2. Feminino

3) Estado civil:

1. Solteiro/a
2. Casado/ união de facto
3. Viúvo/a
4. Divorciado/Separado

4) Habilitações Literárias:

1. Sem instrução
2. Saber ler e escrever
3. 4ª Classe
4. Ensino preparatório
5. Ensino unificado (9º ano)
6. 10º e 11º anos
7. 12º ano
8. Licenciado ou superior

5) Ocupação:

1. Procura de 1º emprego
2. Trabalhador por conta própria
3. Trabalhador por conta de outro
4. Patrão
5. Desempregado
6. Reformado
7. Estudante
8. Trabalhador estudante
9. Doméstica

II - Videovigilância, Prevenção Criminal e Direitos Fundamentais

6) Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5 anos?

1. Diminui
2. Manteve-se
3. Aumentou

7) Em relação há 5 anos, como se sente quando circula nas ruas da Cidade de Fátima?

1. Mais seguro
2. Menos seguro
3. Na mesma

8) Se já foi vítima de algum delito, indique quais?

1. Furto de/em veículo
2. Furto/roubo a residência
3. Furto a pessoas
4. Ameaça e coacção
5. Ofensas à integridade física
6. Outro

9) Se já foi vítima de algum delito, qual o local(ais) onde foi praticado esse delito?

1. Local público
2. Local privado

10) Na sua opinião as Forças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima?

1. Sim
2. Não
3. Em parte

11) Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca consegue dar resposta, indique quais os motivos?

1. Falta de meios materiais
2. Falta de meios humanos
3. Legislação
4. Formação inadequada
5. Outro. Qual? _____

12) Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial?

1. Alteração da legislação
2. Formação profissional mais adequada
3. Introduzir a videovigilância nos locais públicos
4. Outro. Qual? _____

13) O que pensa da videovigilância em locais públicos de utilização comum?

1. Concordo
2. Não concordo

14) Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade?

1. Sim
2. Não
3. Talvez

15) Sente-se mais seguro num local que se encontre vídeo vigiado?

1. Sim
2. Não

16) O que pensa do facto de estar a ser filmado quando se encontra num local público?

1. Concordo
2. Não Concordo

17) Considera os seus Direitos Fundamentais são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos?

1. Sim
2. Não

18) Se respondeu SIM à pergunta anterior, indique qual o Direito Fundamental que considera mais afectado:

1. Direito à Imagem
2. Direito à Liberdade
3. Direito à Reserva da Intimidade da Vida Privada
4. Outro, qual? _____

19) Na sua opinião, quais as vantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na Cidade de Fátima?

1. Aumento do sentimento de Segurança
2. Diminuição da criminalidade
3. Melhoria da actuação policial
4. Outras. Quais? _____

20) Na sua opinião, quais as desvantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima?

1. Violação dos Direitos Fundamentais
2. Falta de eficácia na prevenção criminal
3. Custos elevados
4. Outras. Quais? _____

21) Considera que a presença de câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos?

1. Sim
2. Não

21.1) E a presença de um elemento das Forças de Segurança?

1. Sim
2. Não

22) Considera que o uso de sistemas de Videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança?

1. Sim
2. Não

23) Em locais de maior criminalidade e em nome da Segurança Pública e da sua própria segurança, abdicaria do seu Direito à Privacidade?

1. Sim
2. Não

Fim

Muito Obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS (TABELAS OUTPT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18/28	32	20,4	20,4	20,4
	29/39	45	28,7	28,7	49,0
	40/50	40	25,5	25,5	74,5
	51/61	22	14,0	14,0	88,5
	Mais de 61	18	11,5	11,5	100,0
	Total	157	100,0	100,0	

Tabela G.1: Idade dos Inquiridos

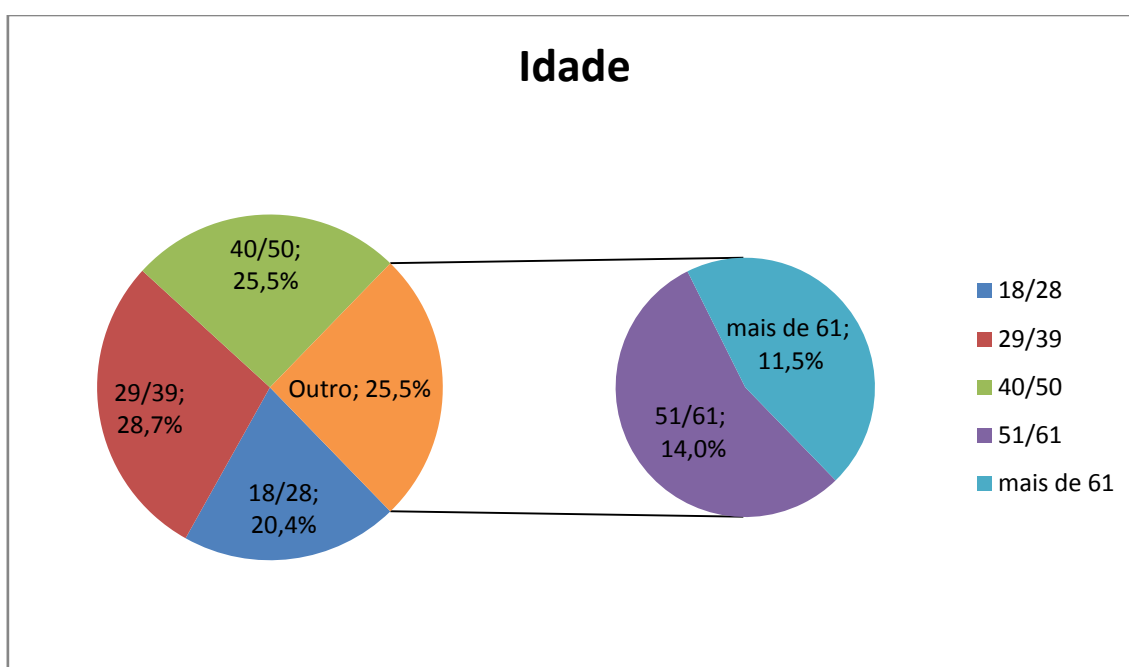


Gráfico G.1: Idade dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	71	45,2	45,2	45,2
	Feminino	86	54,8	54,8	100,0
	Total	157	100,0	100,0	

Tabela G.2: Género dos Inquiridos

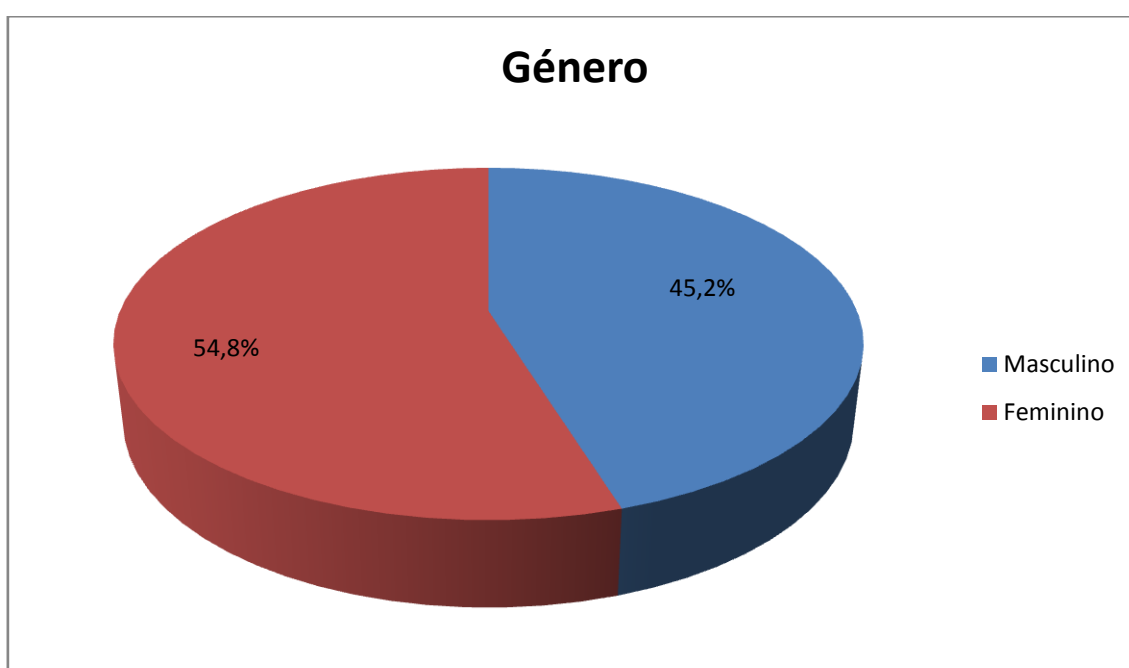


Gráfico G.2: Género dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro	48	30,6	30,6	30,6
	Casado/união de facto	93	59,2	59,2	89,8
	Viuvo(a)	5	3,2	3,2	93,0
	Divorciado/Separado	11	7,0	7,0	100,0
	Total	157	100,0	100,0	

Tabela G.3: Estado Civil dos Inquiridos

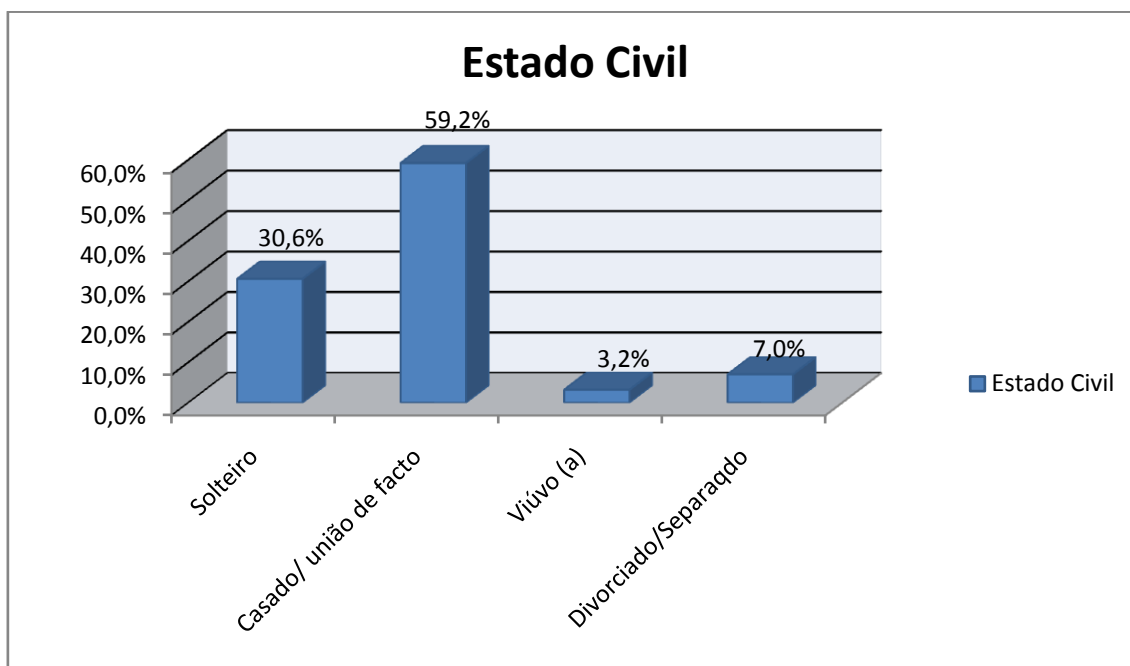


Gráfico G.3: Estado Civil dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Saber ler e escrever	1	,6	,6	,6
	4a Classe	8	5,1	5,2	5,8
	Ensino preparatório	12	7,6	7,7	13,5
	Ensino unificado (9º ano)	38	24,2	24,5	38,1
	10º e 11º anos	22	14,0	14,2	52,3
	12º ano	38	24,2	24,5	76,8
	Licenciado ou superior	36	22,9	23,2	100,0
	Total	155	98,7	100,0	
Missing	Não respondeu	2	1,3		
Total		157	100,0		

Tabela G.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos

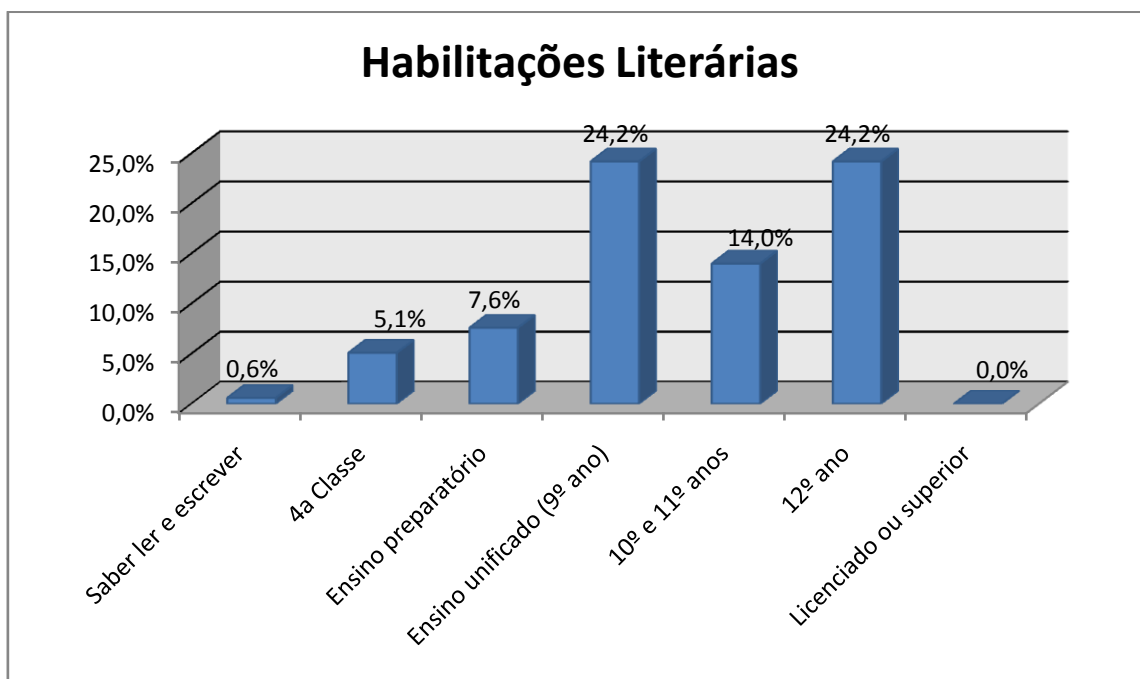


Gráfico G.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Procura de 1º emprego	5	3,2	3,2	3,2
	Trabalhador por conta própria	20	12,7	12,8	16,0
	Trabalhador por conta de outro	90	57,3	57,7	73,7
	Patrão	6	3,8	3,8	77,6
	Desempregado	8	5,1	5,1	82,7
	Reformado	17	10,8	10,9	93,6
	Estudante	4	2,5	2,6	96,2
	Trabalhador esudante	3	1,9	1,9	98,1
	Doméstica	3	1,9	1,9	100,0
	Total	156	99,4	100,0	
Missing	Não responderam	1	,6		
Total		157	100,0		

Tabela G.5: Ocupação dos Inquiridos

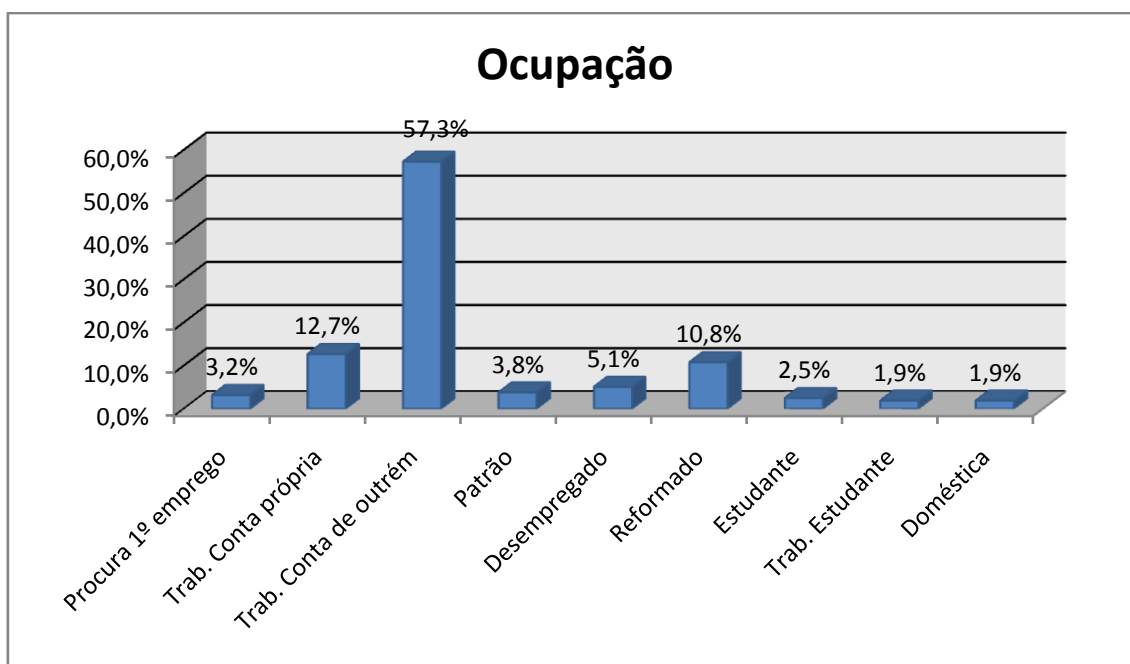


Gráfico G.5: Ocupação dos Inquiridos

**APÊNDICE H – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO
DE ESTUDO (TABELAS OUTPT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CIDADÃOS DA FREGUESIA DE FÁTIMA)**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Diminui	19	12,1	12,3	12,3
	Manteve-se	52	33,1	33,8	46,1
	Aumentou	83	52,9	53,9	100,0
	Total	154	98,1	100,0	
Missing	Não responderam	3	1,9		
Total		157	100,0		

Tabela H.1: Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais seguro	47	29,9	30,1	30,1
	Menos seguro	51	32,5	32,7	62,8
	Na mesma	58	36,9	37,2	100,0
	Total	156	99,4	100,0	
Missing	Não responderam	1	,6		
Total		157	100,0		

Tabela H.2: Em relação há 5anos como se sente quando circula nas ruas de Fátima

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Furto de/em veiculo	16	10,2	27,1	27,1
	Furto/roubo a residência	8	5,1	13,6	40,7
	Furto a pessoas	13	8,3	22,0	62,7
	Ameaça e coacção	3	1,9	5,1	67,8
	Ofensas à integridade física	9	5,7	15,3	83,1
	Outro	10	6,4	16,9	100,0
	Total	59	37,6	100,0	
Missing	Não responderam	98	62,4		
Total		157	100,0		

Tabela H.3: Se já foi vítima de algum delito, indique quais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Local público	43	27,4	72,9	72,9
	Local privado	16	10,2	27,1	100,0
	Total	59	37,6	100,0	
Missing	Não responderam	98	62,4		
Total		157	100,0		

Tabela H.4: Se já foi vítima de algum delito, qual o local (ais) onde foi praticado esse delito

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	22,3	22,6	22,6
	Não	32	20,4	20,6	43,2
	Em parte	88	56,1	56,8	100,0
	Total	155	98,7	100,0	
Missing	Não responderam	2	1,3		
Total		157	100,0		

Tabela H.5: Na sua opinião as Forças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Falta de meios materiais	26	16,6	23,4	23,4
	Falta de meios humanos	21	13,4	18,9	42,3
	Legislação	47	29,9	42,3	84,7
	Formação inadequada	8	5,1	7,2	91,9
	Outro. Qual?	9	5,7	8,1	100,0
	Total	111	70,7	100,0	
Missing	Não responderam	46	29,3		
Total		157	100,0		

Tabela H.6: Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca conseguem dar resposta, indique quais os motivos

Outro. Qual?

- Falta de poder de actuação (três vezes)
- Aumento da violência (três vezes)
- Falta de coordenação
- Falta de vontade
- Dualidade de critérios em diversas situações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Alteração da Legislação	50	31,8	34,0	34,0
	Formação profissional mais adequada	17	10,8	11,6	45,6
	Introduzir a videovigilância nos locais públicos	72	45,9	49,0	94,6
	Outro. Qual?	8	5,1	5,4	100,0
	Total	147	93,6	100,0	
Missing	Não responderam	10	6,4		
Total		157	100,0		

Tabela H.7: Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial

Outro. Qual?

- Mais meios humanos (três vezes)
- Ter maior autoridade para poder agir (três vezes)
- Determinação na forma de actuar e conhecimento das leis
- Agir mais rápido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	141	89,8	91,6	91,6
	Não Concordo	13	8,3	8,4	100,0
	Total	154	98,1	100,0	
Missing	Não responderam	3	1,9		
Total		157	100,0		

Tabela H.8: O que pensa de videovigilância em locais públicos de utilização comum

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	85	54,1	54,8	54,8
	Não	4	2,5	2,6	57,4
	Talvez	66	42,0	42,6	100,0
	Total	155	98,7	100,0	
Missing	Não responderam	2	1,3		
Total		157	100,0		

Tabela H.9: Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	137	87,3	90,7	90,7
	Não	14	8,9	9,3	100,0
	Total	151	96,2	100,0	
Missing	Não responderam	6	3,8		
Total		157	100,0		

Tabela H.10: Sente-se mais seguro num local que se encontre vídeo vigiado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	130	82,8	86,1	86,1
	Não Concordo	21	13,4	13,9	100,0
	Total	151	96,2	100,0	
Missing	Não responderam	6	3,8		
Total		157	100,0		

Tabela H.11: O que pensa do facto de estar a ser filmado quando se encontra num local público

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	32	20,4	21,2	21,2
	Não	119	75,8	78,8	100,0
	Total	151	96,2	100,0	
Missing	Não responderam	6	3,8		
Total		157	100,0		

Tabela H.12: Considera que os seus Direitos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Direito à reserva da intimidade da vida privada	19	12,1	59,4	59,4
	Direito à imagem	2	1,3	6,3	65,6
	Direito à Liberdade	11	7,0	34,4	100,0
	Total	32	20,4	100,0	
Missing	Não responderam	125	79,6		
Total		157	100,0		

Tabela H.13: Se respondeu Sim à pergunta anterior, indique quais os direitos fundamentais que considera afectados

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aumento do sentimento de segurança	67	42,7	46,5	46,5
	Diminuição da criminalidade	22	14,0	15,3	61,8
	Melhoria da actuação policial	54	34,4	37,5	99,3
	Outras. Quais?	1	,6	,7	100,0
	Total	144	91,7	100,0	
Missing	Não responderam	13	8,3		
Total		157	100,0		

Tabela H.14: Na sua opinião, quais as vantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima

Outras quais?

- Identificar os intrusos, obter provas de delitos e servir de prova em tribunal.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Violação de direitos fundamentais	25	15,9	17,0	17,0
	Não eficaz na prevenção da criminalidade	15	9,6	10,2	27,2
	Custos elevados	98	62,4	66,7	93,9
	Outras. Quais?	9	5,7	6,1	100,0
	Total	147	93,6	100,0	
Missing	Não responderam	10	6,4		
Total		157	100,0		

Tabela H.15: Na sua opinião, quais as desvantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima

Outras. Quais?

- Menos patrulhamento desses locais pelas Forças de Segurança (quatro vezes)
- Invasão da Privacidade (duas vezes)
- A imagem por vezes não é perfeita
- Falta de preparação técnica o que pode conduzir a falhas e violação de direitos fundamentais.
- É ineficaz

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	83	52,9	64,8	64,8
	Não	45	28,7	35,2	100,0
	Total	128	81,5	100,0	
Missing	Não responderam	29	18,4		
Total		157	100,0		

Tabela H.16: Considera que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	112	71,3	88,2	88,2
	Não	15	9,6	11,8	100,0
	Total	127	80,9	100,0	
Missing	Não responderam	30	19,1		
Total		157	100,0		

Tabela H.17: E a presença de um elemento das Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	9,6	9,9	9,9
	Não	136	86,6	90,1	100,0
	Total	151	96,2	100,0	
Missing	Não responderam	6	3,8		
Total		157	100,0		

Tabela H.18: Considera que o uso de sistemas de videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	106	67,5	71,1	71,1
	Não	43	27,4	28,9	100,0
	Total	149	94,9	100,0	
Missing	Não responderam	8	5,1		
Total		157	100,0		

Tabela H.19: Em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da sua própria segurança abdicaria do seu direito à privacidade

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR⁴⁵



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Videovigilância e Prevenção Criminal

QUESTIONÁRIO

INTRODUÇÃO

Este questionário insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de GNR – Ramo Armas, subordinado ao tema “Videovigilância e prevenção Criminal”. O **objectivo** do questionário é recolher dados relativos à forma como as pessoas olham para a videovigilância como ferramenta de prevenção criminal a ser usado pelas Forças de Segurança, tendo sempre em conta os Direitos Fundamentais dos cidadãos. Os dados serão alvo de tratamento estatístico, estando salvaguardada a **confidencialidade de quem os fornece**.

INSTRUÇÕES

Coloque **um círculo (O)** de volta do número da resposta que melhor define a sua opinião, consoante as instruções fornecidas em cada questão. **POR FAVOR responda a todas as questões**. A sua opinião é fundamental para os resultados deste estudo. Tendo em vista a confidencialidade das suas respostas, não se pretende qualquer tipo de identificação pessoal.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

⁴⁵ Questionário adaptado do questionário de Élia Chambel *in* (Chambel, 2000)

I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

1) Idade

1. 18/28
2. 29/39
3. 40/50
4. 51/61
5. 61 ou mais

2) Sexo:

1. Masculino
2. Feminino

3) Estado civil:

1. Solteiro/a
2. Casado/ união de facto
3. Viúvo/a
4. Divorciado/Separado

4) Habilitações Literárias:

1. Sem instrução
2. Saber ler e escrever
3. 4ª Classe
4. Ensino preparatório
5. Ensino unificado (9º ano)
6. 10º e 11º anos
7. 12º ano
8. Licenciado ou superior

5) Tempo de Serviço:

1. Até 1 ano
2. 1 a 6 anos
3. 7 a 12 anos
4. 13 a 18 anos
5. 19 a 24 anos
6. mais de 25 anos

6) Tempo de serviço no Posto de Fátima/ ou zona de acção que abrange o posto de Fátima:

1. Até 1 ano
2. 1 a 3 anos
3. 4 a 6 anos
4. 7 a 9 anos
5. 10 a 12 anos
6. mais de 13 anos

7) Categoria a que pertence:

1. Oficial
2. Sargento
3. Guarda

8) Função que desempenha:

1. Comandante Destacamento/Posto
2. Graduado de serviço
3. Transmissões,
4. Equipa de investigação e inquérito
5. Secretaria
6. Patrulheiro
7. NIC
8. NPE
9. NPA
10. Esquadra de cavalaria
11. Equipa de intervenção
12. Secção cinotécnica
13. Outro, qual: _____

II – Videovigilância, Prevenção Criminal e Direitos Fundamentais

9) Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5 anos?

1. Diminui
2. Manteve-se
3. Aumentou

10) Em relação há 5 anos, como se sente quando circula nas ruas de Fátima?

1. Mais seguro
2. Menos seguro
3. Na mesma

11) Na sua opinião as Forças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima?

1. Sim
2. Não
3. Em parte

12) Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca consegue dar resposta, indique quais os motivos?

1. Falta de meios matérias
2. Falta de meios humanos
3. Legislação
4. Formação inadequada
5. Outro. Qual? _____

13) Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial?

1. Alteração da legislação
2. Formação profissional mais adequada
3. Introduzir a videovigilância nos locais públicos
4. Outro. Qual? _____

14) O que pensa da videovigilância em locais públicos de utilização comum?

1. Concordo
2. Não concordo

15) Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade?

1. Sim
2. Não
3. Talvez

16) Sente-se mais seguro num local que se encontre vídeo vigiado?

1. Sim
2. Não

17) O que pensa do facto de estar a filmar um cidadão quando este se encontra num local público?

1. Concordo
2. Não Concordo

18) Considera que os Direitos Fundamentais dos cidadãos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança?

1. Sim
2. Não

19) Se respondeu SIM à pergunta anterior, indique qual o Direito Fundamental que considera mais afectado:

1. Direito à Imagem
2. Direito à Liberdade
3. Direito à Reserva da Intimidade da Vida Privada
4. Outro, qual? _____

20) Na sua opinião, quais as vantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na Cidade de Fátima?

1. Aumento do sentimento de Segurança
2. Diminuição da criminalidade
3. Melhoria da actuação policial
4. Outras. Quais? _____

21) Na sua opinião, quais as desvantagens da colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima?

1. Violação dos Direitos Fundamentais
2. Não eficaz na prevenção criminal
3. Custos elevados
4. Outras. Quais? _____

22) Considera que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos?

1. Sim
2. Não

22.1) E a presença de um elemento das Forças de Segurança?

1. Sim
2. Não

23) Considera que o uso de sistemas de Videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança?

1. Sim
2. Não

24) Em locais de maior criminalidade e em nome da Segurança Pública e da sua própria segurança, abdicaria do seu Direito à Privacidade?

1. Sim
2. Não

FIM

Muito obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE J – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS (TABELAS OUTPT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18/28	18	29,0	29,0	29,0
	29/39	28	45,2	45,2	74,2
	40/50	14	22,6	22,6	96,8
	51/61	2	3,2	3,2	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.1: Idade dos Inquiridos

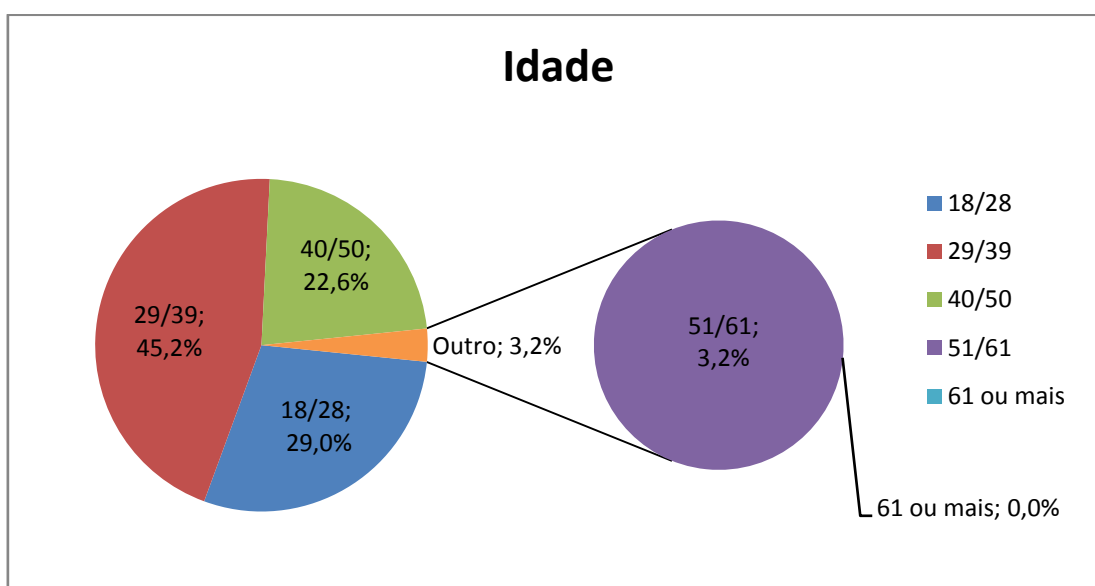


Gráfico J.1: Idade dos Inquiridos

~

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	60	96,8	96,8	96,8
	Feminino	2	3,2	3,2	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.2: Género dos Inquiridos

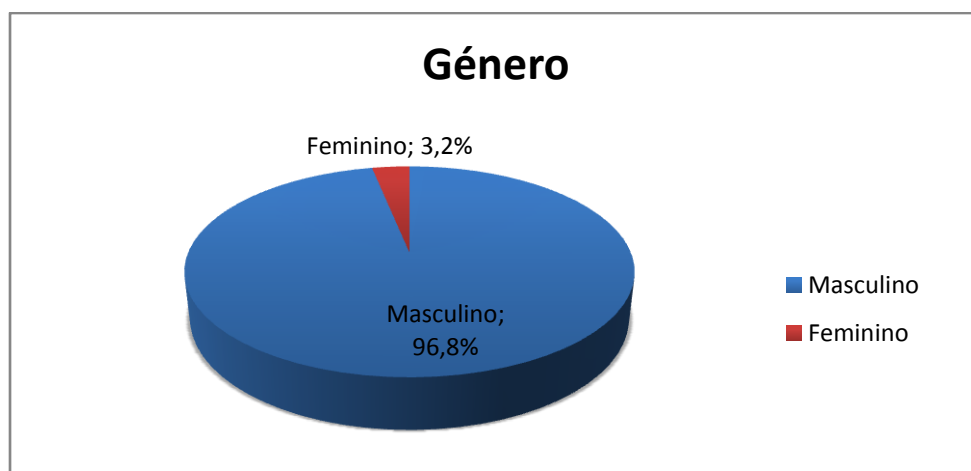


Gráfico J.2: Gênero dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro	28	45,2	45,2	45,2
	Casado/união de facto	30	48,4	48,4	93,5
	Divorciado/Separado	4	6,5	6,5	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.3: Estado Civil dos Inquiridos

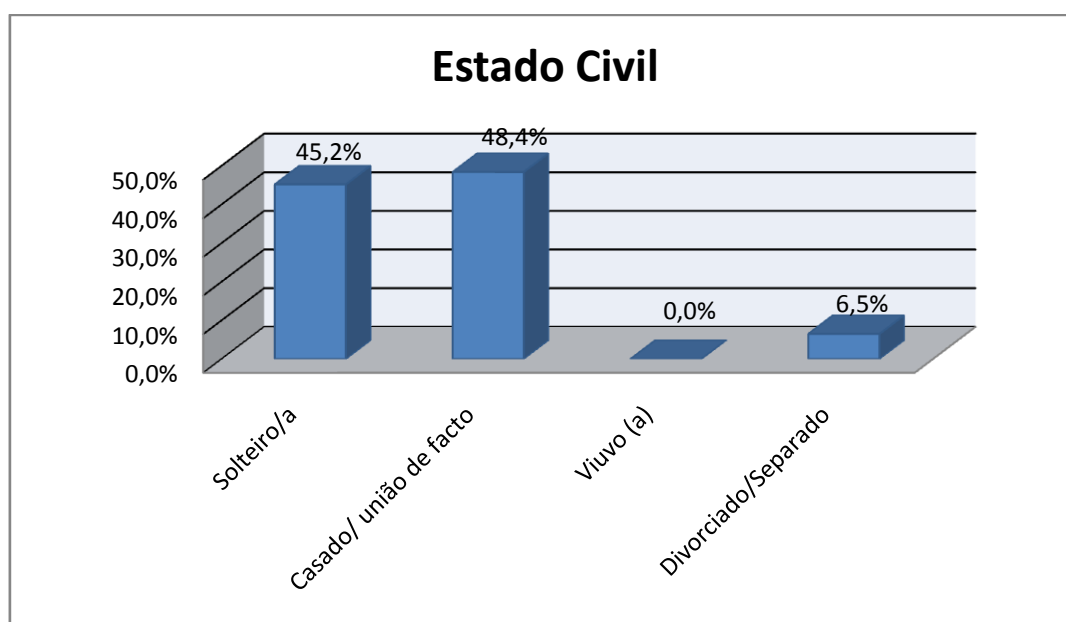


Gráfico J.3: Estado Civil dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4a Classe	1	1,6	1,6	1,6
	Ensino preparatório	5	8,1	8,1	9,7
	Ensino unificado (9º ano)	14	22,6	22,6	32,3
	10º e 11º anos	18	29,0	29,0	61,3
	12º ano	23	37,1	37,1	98,4
	Licenciado ou superior	1	1,6	1,6	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos

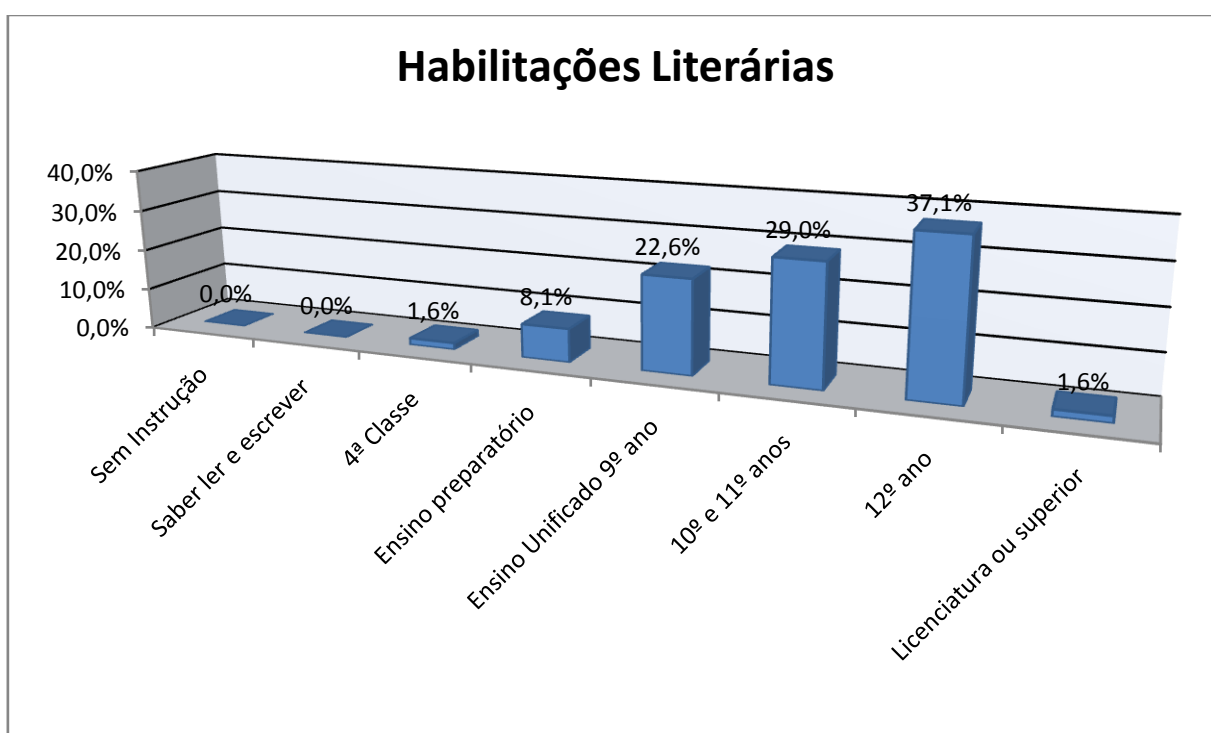


Gráfico J.4: Habilitações Literárias dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 6 anos	20	32,3	32,3	32,3
	7 a 12 anos	21	33,9	33,9	66,1
	13 a 18 anos	9	14,5	14,5	80,6
	19 a 24 anos	8	12,9	12,9	93,5
	Mais de 25 anos	4	6,5	6,5	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.5: Tempo de Serviço dos Inquiridos

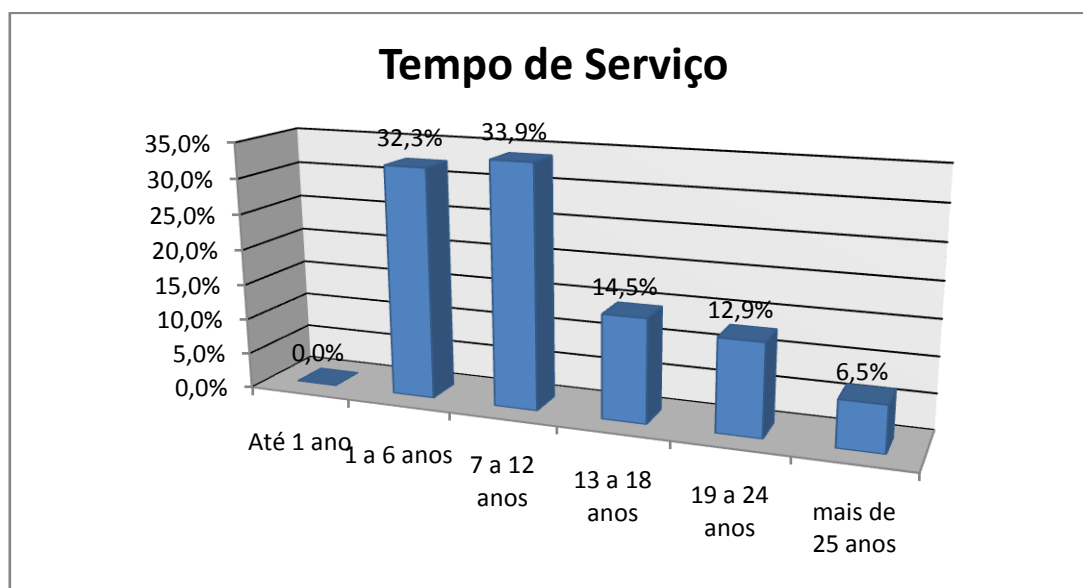


Gráfico J.5: Tempo de Serviço dos Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 3 anos	45	72,6	72,6	72,6
	4 a 6 anos	6	9,7	9,7	82,3
	7 a 9 anos	2	3,2	3,2	85,5
	10 a 12 anos	1	1,6	1,6	87,1
	Mais de 13 anos	8	12,9	12,9	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.6: Tempo de Serviço no posto de Fátima ou na Zona de acção que abrange o posto de Fátima

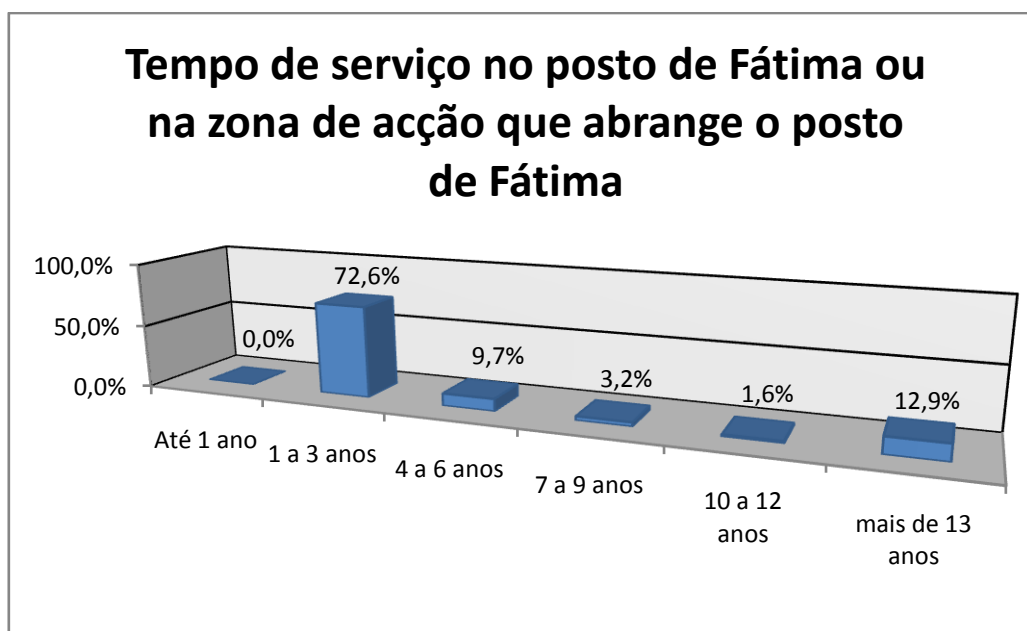


Gráfico J.6: Tempo de Serviço no posto de Fátima ou na Zona de acção que abrange o posto de Fátima

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	1	1,6	1,6	1,6
	Sargento	3	4,8	4,8	6,5
	Guarda	58	93,5	93,5	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.7: Categoria a que pertencem ao Inquiridos

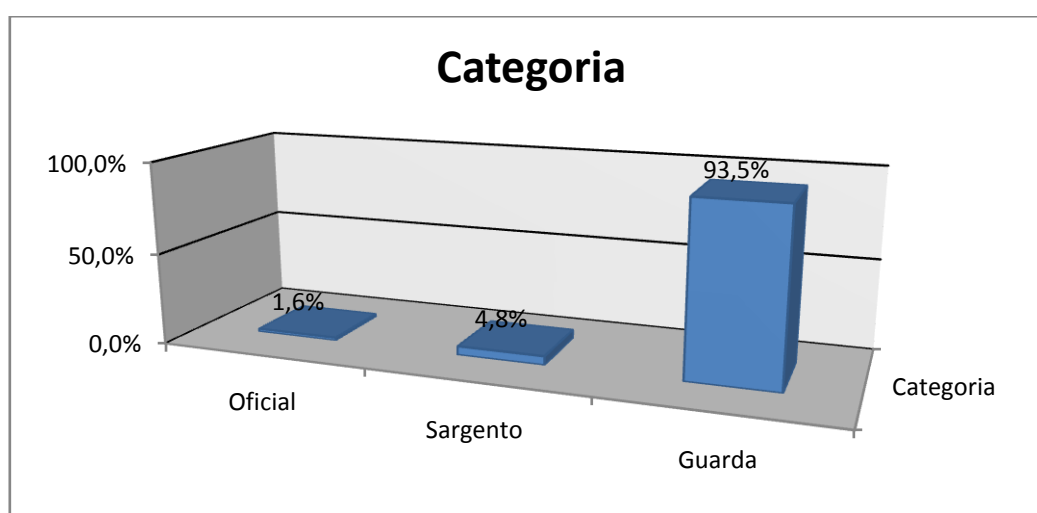


Gráfico J.7: Categoria a que pertencem ao Inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Comandante de destacamento/posto	2	3,2	3,2	3,2
	Equipa de investigação e inquérito	3	4,8	4,8	8,1
	Patrulheiro	36	58,1	58,1	66,1
	NIC	6	9,7	9,7	75,8
	NPE	2	3,2	3,2	79,0
	NPA	4	6,5	6,5	85,5
	Esquadra de Cavalaria	2	3,2	3,2	88,7
	Equipa de intervenção	2	3,2	3,2	91,9
	Secção cinotécnica	5	8,1	8,1	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela J.8: Função que desempenham os militares inquiridos

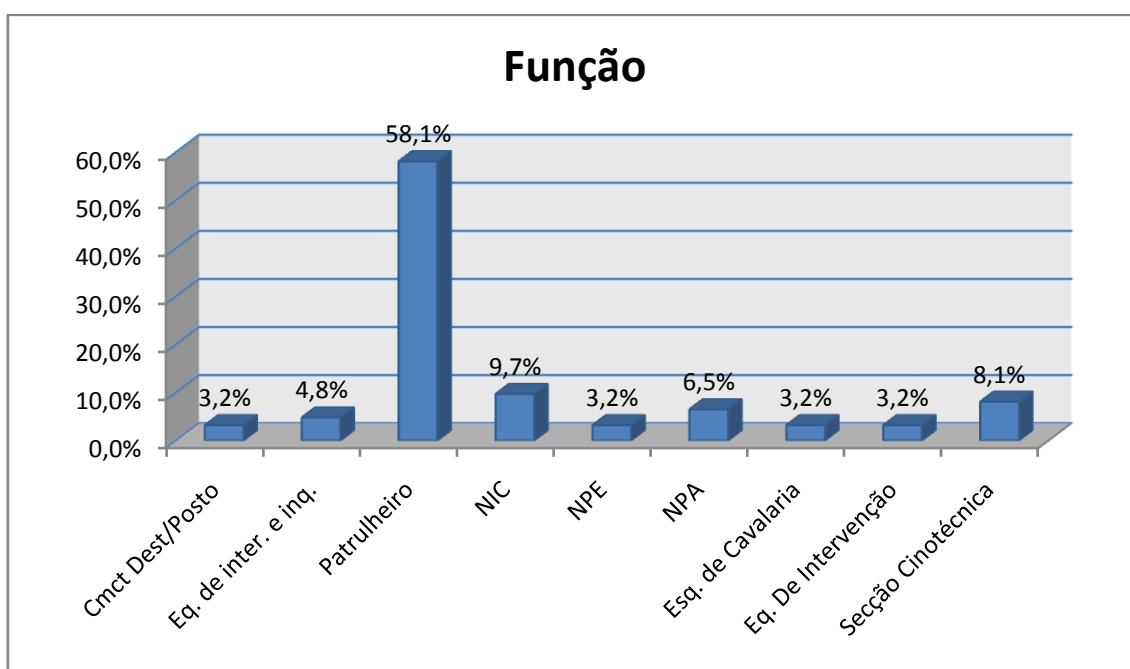


Gráfico J.8: Função que desempenham os militares inquiridos

**APÊNDICE L – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO
DE ESTUDO (TABELAS OUTPT DO SPSS REFERENTES ÀS RESPOSTAS AO
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MILITARES DA GNR)**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Diminui	31	50,0	52,5	52,5
	Manteve-se	17	27,4	28,8	81,4
	Aumentou	11	17,7	18,6	100,0
	Total	59	95,2	100,0	
Missing	Não responderam	3	4,8		
Total		62	100,0		

Tabela L.1: Na sua opinião, qual foi a evolução da criminalidade na cidade de Fátima, nos últimos 5anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mais seguro	38	61,3	63,3	63,3
	Menos seguro	4	6,5	6,7	70,0
	Na mesma	18	29,0	30,0	100,0
	Total	60	96,8	100,0	
Missing	Não responderam	2	3,2		
Total		62	100,0		

Tabela L.2: Em relação há 5anos como se sente quando circula nas ruas de Fátima

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	36	58,1	59,0	59,0
	Não	5	8,1	8,2	67,2
	Em parte	20	32,3	32,8	100,0
	Total	61	98,4	100,0	
Missing	Não responderam	1	1,6		
Total		62	100,0		

Tabela L.3: Na sua opinião as Foças de Segurança conseguem dar resposta à criminalidade existente na cidade de Fátima

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Falta de meios materiais	8	12,9	17,0	17,0
	Falta de meios humanos	8	12,9	17,0	34,0
	Legislação	18	29,0	38,3	72,3
	Formação inadequada	9	14,5	19,1	91,5
	Outro. Qual?	4	6,5	8,5	100,0
	Total	47	75,8	100,0	
Missing	0	15	24,2		
Total		62	100,0		

Tabela L.4: Se na sua opinião as Forças de Segurança nunca ou quase nunca conseguem dar resposta, indique quais os motivos

Outro. Qual?

- Falta de poder de actuação (duas vezes)
- Aumento da criminalidade (duas vezes)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Alteração da Legislação	23	37,1	38,3	38,3
	Formação profissional mais adequada	13	21,0	21,7	60,0
	Introduzir a videovigilância nos locais públicos	23	37,1	38,3	98,3
	Outro. Qual?	1	1,6	1,7	100,0
	Total	60	96,8	100,0	
Missing	Não responderam	2	3,2		
Total		62	100,0		

Tabela L.5: Indique o factor que na sua opinião poderia melhorar a actuação policial

Outro. Qual?

Mais meios humanos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	49	79,0	79,0	79,0
	Não Concordo	13	21,0	21,0	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.6: O que pensa de videovigilância em locais públicos de utilização comum

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	48,4	48,4	48,4
	Não	9	14,5	14,5	62,9
	Talvez	23	37,1	37,1	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.7: Considera que a implementação de videovigilância em locais públicos diminuiria a criminalidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	38	61,3	63,3	63,3
	Não	22	35,5	36,7	100,0
	Total	60	96,8	100,0	
Missing	Não responderam	2	3,2		
Total		62	100,0		

Tabela L.8: Sente-se mais seguro quando efectua patrulhamento num local público que se encontre vídeo vigiado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	45	72,6	75,0	75,0
	Não Concordo	15	24,2	25,0	100,0
	Total	60	96,8	100,0	
Missing	Não responderam	2	3,2		
Total		62	100,0		

Tabela L.9: O que pensa do facto de estar a filmar um cidadão quando este se encontra num local público

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	14,5	14,8	14,8
	Não	52	83,9	85,2	100,0
	Total	61	98,4	100,0	
Missing	Não responderam	1	1,6		
Total		62	100,0		

Tabela L.10: Considera que os Direitos dos cidadãos são afectados pelo uso de câmaras de vigilância em locais públicos pelas Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Direito à reserva da intimidade da vida privada	5	8,1	55,6	55,6
	Direito à Liberdade	4	6,5	44,4	100,0
	Total	9	14,5	100,0	
Missing	Não responderam	53	85,5		
Total		62	100,0		

Tabela L.11: Se respondeu Sim à pergunta anterior, indique quais os direitos fundamentais que considera afectados

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aumento do sentimento de segurança	15	24,2	24,2	24,2
	Diminuição da criminalidade	14	22,6	22,6	46,8
	Melhoria da actuação policial	31	50,0	50,0	96,8
	Outras. Quais?	2	3,2	3,2	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.12: Na sua opinião, quais as vantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima

Outras. Quais?

- As imagens servirem de prova em tribunal (duas vezes)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Violação de direitos fundamentais	6	9,7	10,5	10,5
	Não eficaz na prevenção da criminalidade	10	16,1	17,5	28,1
	Custos elevados	37	59,7	64,9	93,0
	Outras. Quais?	4	6,4	7,0	100,0
	Total	57	91,9	100,0	
Missing	Não responderam	5	8,1		
Total		62	100,0		

Tabela L.13: Na sua opinião, quais as desvantagens de colocação de câmaras de filmar nos locais de maior criminalidade na cidade de Fátima

Outras. Quais?

- Invasão do espaço público e da privacidade (duas)
- Tinha de existir restrições ao seu uso e confidencialidade das imagens.
- A inibição das pessoas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	62,9	62,9	62,9
	Não	23	37,1	37,1	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.14: Considera que a presença das câmaras de vigilância impediria a maioria dos delitos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	52	83,9	83,9	83,9
	Não	10	16,1	16,1	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.15: E a presença de um elemento das Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	4,8	4,8	4,8
	Não	59	95,2	95,2	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.16: Considera que o uso de sistemas de videovigilância substitui os elementos das Forças de Segurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	38	61,3	61,3	61,3
	Não	24	38,7	38,7	100,0
	Total	62	100,0	100,0	

Tabela L.17: Em locais de maior criminalidade e em nome da segurança pública e da sua própria segurança abdicaria do seu direito à privacidade

ANEXOS

**REGULA A UTILIZAÇÃO DE CÂMARAS DE VÍDEO PELAS FORÇAS
E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM LOCAIS PÚBLICOS DE
UTILIZAÇÃO COMUM**

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

- 1 - A presente lei regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento.
- 2 - Quaisquer referências feitas na presente lei a câmaras de vídeo fixas ou portáteis entendem-se extensíveis a qualquer outro meio técnico análogo, bem como a qualquer sistema que permita a realização das gravações nela previstas.
- 3 - São aplicáveis, para os fins da presente lei, as definições constantes do artigo 3.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, com as necessárias adaptações.

Artigo 2.º

Fins dos sistemas

- 1 - Só poderá ser autorizada a utilização de videovigilância, no âmbito da presente lei, que vise um dos seguintes fins:
 - a) Protecção de edifícios e instalações públicos e respectivos acessos;
 - b) Protecção de instalações com interesse para a defesa nacional;

c) Protecção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de crimes em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência.

d) Prevenção e repressão de infracções estradais.

2 - O responsável pelo tratamento de imagens e sons é a força de segurança com jurisdição na área de captação ou o serviço de segurança requerente, regendo-se esse tratamento pelo disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, em tudo o que não seja especificamente previsto na presente lei.

3 - Para efeitos de fiscalização de infracções estradais, ficam as Forças de Segurança autorizadas a aceder a imagens captadas pelas entidades que controlam o tráfego rodoviário, devendo a respectiva captação, para esse efeito, ser objecto da autorização devida.

CAPÍTULO II

Câmaras fixas

Artigo 3.º

Autorização de instalação

1 - A instalação de câmaras fixas, nos termos da presente lei, está sujeita a autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança requerente, precedendo parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd).

2 - No caso de parecer negativo da CNPD, a autorização não pode ser concedida.

3 - A competência prevista no n.º 1 é delegável, nos termos legais.

Artigo 4.º

Condições de instalação

Nos locais objecto de vigilância com recurso a câmaras fixas é obrigatória a afixação, em local bem visível, de informação sobre as seguintes matérias:

a) A existência e a localização das câmaras de vídeo;

b) A finalidade da captação de imagens e sons;

c) Informação sobre o responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, perante quem os direitos de acesso e rectificação podem ser exercidos.

Artigo 5.º

Pedido de autorização

1 - O pedido de autorização de instalação de câmaras fixas é requerido pelo dirigente máximo da força ou serviço de segurança respectivo e deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Os locais públicos objecto de observação pelas câmaras fixas;
- b) Características técnicas do equipamento utilizado;
- c) Identificação dos responsáveis pela conservação e tratamento dos dados, quando não sejam os responsáveis pelo sistema;
- d) Os fundamentos justificativos da necessidade e conveniência da instalação do sistema de vigilância por câmaras de vídeo;
- e) Os procedimentos de informação ao público sobre a existência do sistema;
- f) Os mecanismos tendentes a assegurar o correcto uso dos dados registados;
- g) Os critérios que regem a conservação dos dados registados;
- h) O período de conservação dos dados, com respeito pelos princípios da adequação e da proporcionalidade, face ao fim a que os mesmos se destinam.

2 - A autorização de instalação pode também ser requerida pelo presidente da câmara, cabendo nesse caso a instrução dos elementos referidos nas alíneas b) a h) do número anterior à força de segurança com jurisdição na respectiva área de observação, aplicando-se, quanto ao procedimento de decisão, o disposto no artigo 3.º.

3 - Da decisão de autorização constarão:

- a) Os locais públicos objecto de observação pelas câmaras de vídeo;
- b) As limitações e condições de uso do sistema;
- c) A proibição de captação de sons, excepto quando ocorra perigo concreto para a segurança de pessoas e bens;
- d) O espaço físico susceptível de ser gravado, o tipo de câmara e suas especificações técnicas;
- e) A duração da autorização.

4 - A duração da autorização será a mais adequada aos fundamentos invocados no pedido.

5 - A duração máxima da autorização será de um ano, sujeita a renovação, mediante comprovação da manutenção dos fundamentos invocados para a sua concessão.

6 - A autorização pode ser suspensa ou revogada, a todo o tempo, mediante decisão fundamentada.

CAPÍTULO III

Câmaras portáteis

Artigo 6.º

Utilização de câmaras portáteis

- 1 - A autorização para a instalação de câmaras fixas inclui a utilização de câmaras portáteis.
- 2 - Excepcionalmente, quando não seja possível obter em tempo útil a autorização prevista no artigo anterior, o dirigente máximo da força ou serviço de segurança pode autorizar a utilização de câmaras portáteis, informando no prazo de quarenta e oito horas a entidade prevista no artigo 3.º para os efeitos aí previstos.
- 3 - Se a autorização não for concedida ou o parecer da CNPD for negativo, o responsável pelo sistema procede à destruição imediata do material gravado.
- 4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, à utilização de câmaras portáteis é aplicável a legislação própria relativa às forças e serviços de segurança e a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.

CAPÍTULO IV

Utilização, conservação e registo

Artigo 7.º

Princípios de utilização das câmaras de vídeo

- 1 - A utilização de câmaras de vídeo rege-se pelo princípio da proporcionalidade.
- 2 - Só é autorizada a utilização de câmaras de vídeo quando tal meio se mostre concretamente o mais adequado para a manutenção da segurança e ordem públicas e para a prevenção da prática de crimes, tendo em conta as circunstâncias concretas do local a vigiar.
- 3 - Na ponderação, caso a caso, da finalidade concreta a que o sistema se destina são igualmente tidos em conta a possibilidade e o grau de afectação de direitos pessoais através da utilização de câmaras de vídeo.
- 4 - É expressamente proibida a instalação de câmaras fixas em áreas que, apesar de situadas em locais públicos, sejam, pela sua natureza, destinadas a ser utilizadas em resguardo.

5 - A autorização de utilização de câmaras de vídeo pressupõe sempre a existência de riscos objectivos para a segurança e a ordem públicas.

6 - É vedada a utilização de câmaras de vídeo quando a captação de imagens e de sons abranja interior de casa ou edifício habitado ou sua dependência, salvo consentimento dos proprietários e de quem o habite legitimamente ou autorização judicial.

7 - É igualmente vedada a captação de imagens e sons nos locais previstos no n.º 1 do artigo 2.º, quando essa captação afecte, de forma directa e imediata, a intimidade das pessoas, ou resulte na gravação de conversas de natureza privada.

8 - As imagens e sons acidentalmente obtidos, em violação do disposto nos n.ºs 6 e 7, devem ser destruídos de imediato pelo responsável pelo sistema.

9 - A verificação do disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 compete ao membro do Governo que tutela a força ou o serviço de segurança requerente.

Artigo 8.º

Aspectos procedimentais

1 - Quando uma gravação, realizada de acordo com a presente lei, registre a prática de factos com relevância criminal, a força ou serviço de segurança que utilize o sistema elaborará auto de notícia, que remeterá ao Ministério Público juntamente com a fita ou suporte original das imagens e sons, no mais curto prazo possível ou, no máximo, até setenta e duas horas após o conhecimento da prática dos factos.

2 - Caso não seja possível a remessa do auto de notícia no prazo previsto no número anterior, a participação dos factos será feita verbalmente.

Artigo 9.º

Conservação das gravações

1 - As gravações obtidas de acordo com a presente lei serão conservadas pelo prazo máximo de um mês contado desde a respectiva captação, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

2 - Todas as pessoas que tenham acesso às gravações realizadas nos termos da presente lei, em razão das suas funções, deverão sobre as mesmas guardar sigilo, sob pena de procedimento criminal.

3 - Com excepção dos casos previstos no n.º 1, é proibida a cessão ou cópia das gravações obtidas de acordo com a presente lei.

Artigo 10.º

Direitos dos interessados

1 - São assegurados, a todas as pessoas que figurem em gravações obtidas de acordo com a presente lei, os direitos de acesso e eliminação, salvo o disposto no número seguinte.

2 - O exercício dos direitos previstos no número anterior poderá ser fundamentadamente negado quando seja susceptível de constituir perigo para a defesa do Estado ou para a segurança pública, ou quando seja susceptível de constituir uma ameaça ao exercício dos direitos e liberdades de terceiros ou, ainda, quando esse exercício prejudique investigação criminal em curso.

3 - Os direitos previstos no n.º 1 serão exercidos perante o responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, directamente ou através da CNPD.

Artigo 11.º

Infracções

Salvo responsabilidade criminal, a violação das disposições da presente lei será sancionada de acordo com o estatuto disciplinar a que o agente se encontre sujeito, sem prejuízo do regime sancionatório constante da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Artigo 12.º

Registo dos sistemas

A autoridade competente para autorizar a instalação de câmaras de vídeo fixas manterá registo público de todas as instalações autorizadas, onde conste a data e o local exactos da instalação, o seu requerente e o fim a que se destina e o parecer da CNPD, bem como o período da autorização e suas eventuais renovações.

CAPÍTULO V

Regime especial

Artigo 13.º

Utilização de sistemas de vigilância rodoviária

1 - Com vista à salvaguarda da segurança das pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão das infracções estradais é autorizada a instalação e a utilização pelas Forças de Segurança de sistemas de vigilância electrónica, mediante câmaras digitais, de vídeo ou fotográficas, para captação de dados em tempo real e respectiva gravação e tratamento, bem como sistemas de localização, instalados ou a instalar pela entidade competente para a gestão das estradas nacionais e pelas concessionárias rodoviárias, nas respectivas vias concessionadas.

2 - Os sistemas de registo, gravação e tratamento de dados referidos no número anterior são autorizados tendo em vista o reforço da eficácia da intervenção legal das Forças de Segurança e das autoridades judiciais e a racionalização de meios, sendo apenas utilizáveis em conformidade com os princípios gerais de tratamento de dados pessoais previstos na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, em especial os princípios da adequação e da proporcionalidade e de acordo com as regras previstas no artigo 8.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º e no artigo 11.º, por forma a assegurar:

- a) A detecção, em tempo real ou através de registo, de infracções rodoviárias e a aplicação das correspondentes normas sancionatórias;
- b) A realização de acções de controlo de tráfego e o accionamento de mecanismos de prevenção e de socorro em matéria de acidentes de trânsito;
- c) A localização de viaturas para efeitos de cumprimento de normas legais, designadamente de carácter penal, tais como as referentes a veículos furtados ou à detecção de matrículas falsificadas em circulação;
- d) A utilização dos registos vídeo para efeitos de prova em processo penal ou contra-ordenacional, respectivamente nas fases de levantamento de auto, inquérito, instrução e julgamento ou nas fases administrativa e de recurso judicial.

Artigo 14.º

Utilização de sistemas municipais

Com vista à salvaguarda da segurança de pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão de infracções de trânsito é igualmente autorizada, nos termos decorrentes do artigo anterior e do Decreto-Lei n.º 207/2005, de 29 de Novembro, a utilização pelas Forças de Segurança dos sistemas de vigilância electrónica criados, nos termos legais, pelos municípios.

ANEXO N – EXTRACTO DA LEI 67/98, DE 26 DE OUTUBRO

LEI DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Artigo 3.º

(Definições)

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

a) «Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;

b) «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;

c) «Ficheiro de dados pessoais» («ficheiro»): qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico;

d) «Responsável pelo tratamento»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinados por disposições legislativas ou regulamentares, o responsável pelo tratamento deve ser indicado na lei de organização e funcionamento ou no estatuto da entidade legal ou estatutariamente competente para tratar os dados pessoais em causa;

e) «Subcontratante»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento;

f) «Terceiro»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados;

g) «Destinatário»: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo a quem sejam comunicados dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro, sem prejuízo de não serem consideradas destinatários as autoridades a quem sejam comunicados dados no âmbito de uma disposição legal;

h) «Consentimento do titular dos dados»: qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objecto de tratamento;

i) «Interconexão de dados»: forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

Artigo 8.º

(Suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações)

2. O tratamento de dados pessoais relativos a suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais, contra-ordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias pode ser autorizado pela CNPD, observadas as normas de protecção de dados e de segurança da informação, quando tal tratamento for necessário à execução de finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.

3. O tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial deve limitar-se ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infracção determinada, para o exercício de competências previstas no respectivo estatuto orgânico ou noutra disposição legal e ainda nos termos de acordo ou convenção internacional de que Portugal seja parte.

Artigo 11.º

(Direito de acesso)

1. O titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos:

a) A confirmação de serem ou não tratados dados que lhe digam respeito, bem como informação sobre as finalidades desse tratamento, as categorias de dados sobre que incide e os destinatários ou categorias de destinatários a quem são comunicados os dados;

b) A comunicação, sob forma inteligível, dos seus dados sujeitos a tratamento e de quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;

c) O conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado dos dados que lhe digam respeito;

d) A rectificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexacto desses dados;

e) A notificação aos terceiros a quem os dados tenham sido comunicados de qualquer rectificação, apagamento ou bloqueio efectuado nos termos da alínea d), salvo se isso for comprovadamente impossível.

2. No caso de tratamento de dados pessoais relativos à segurança do Estado e à prevenção ou investigação criminal, o direito de acesso é exercido através da CNPD ou de outra autoridade independente a quem a lei atribua a verificação do cumprimento da legislação de protecção de dados pessoais.

ANEXO O – EXTRATO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DE 2 DE ABRIL DE 1976

Artigo 18.º

(Força jurídica)

2. A Lei só pode restringir os direitos, liberdade e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos

.

Artigo 26.º

(Outros direitos pessoais)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.

Artigo 27.º

(Direito à liberdade e à segurança)

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.

2. Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:

a) Detenção em flagrante delito;

b) Detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;

c) Prisão, detenção ou outra medida coactiva sujeita a controlo judicial, de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão;

d) Prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente;

e) Sujeição de um menor a medidas de protecção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente;

f) Detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante autoridade judiciária competente;

g) Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários;

h) Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente.

4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.

5. A privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer.

Artigo 35º

(Utilização da informática)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.

2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente.

3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei.

5. É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

6. A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de protecção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.

7. Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.

ANEXO P – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PROCESSO PENAL

APROVADO PELO DECRETO-LEI 78/87, DE 17 DE FEVEREIRO

REPUBLICADO PELA LEI Nº 48/2007, DE 29 DE AOSTO

Capítulo VII – Da prova documental

Artigo 164.º

(Admissibilidade)

1. É admissível prova por documento, entendendo-se por tal a declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer meio técnico, nos termos da lei penal.
2. A junção da prova documental é feita oficiosamente ou a requerimento, não podendo juntar-se documento que contiver declaração anónima salvo se for, ele mesmo, objecto ou elemento de crime.

Artigo 165.º

(Quando podem juntar-se documentos)

1. O documento deve ser junto no decurso do inquérito ou da instrução e não sendo isso possível, deve sê-lo até ao encerramento da audiência.
2. Fica assegurada, em qualquer caso, a possibilidade de contraditório, para a realização do qual o tribunal pode conceder um prazo não superior a oito dias.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a pareceres de advogados, de juriconsulto ou de técnicos, os que podem sempre ser juntos até ao encerramento da audiência.

Artigo 166.º

(Tradução, decifração e transcrição de documentos)

1. Se o documento for escrito em língua estrangeira, é ordenado, sempre que necessário, a sua tradução, nos termos do n.º 6 do artigo 92.º
2. Se o documento for dificilmente legível, é feito acompanhar de transcrição que o esclareça e, se for cifrado, é submetido a perícia destinada a obter a sua decifração.
3. Se o documento consistir em registo fonográfico, é sempre que necessário, transcrito nos autos nos termos do n.º 2 do artigo 101.º, podendo o Ministério Público, o arguido, o assistente e as partes civis requerer a conferência, na sua presença da transcrição.

Artigo 167.º

(Valor probatório das reproduções mecânicas)

1. As reproduções fotográficas, cinematográficas, fonográficas ou por meio de processo electrónico e, de um modo geral, quaisquer reprodução mecânicas só valem como prova dos factos ou coisas reproduzidas se não forem ilícitas, nos termos da lei penal.
2. Não se consideram, nomeadamente, ilícitas para os efeitos previstos no número anterior as reproduções mecânicas que obedeceram ao disposto no título iii deste livro.

ANEXO Q – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO CIVIL

DECRETO-LEI Nº 47 344, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1966

Artigo 79º

(Direito à imagem)

1. O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no nº 2 do artigo 71º, segundo a ordem nele indicada.

2. Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.

3. O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada.

Artigo 80º

(Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada)

1. Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem.

2. A extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas.

ANEXO R – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques á sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à protecção da lei.

Artigo 29.º

I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade é possível

II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objectivos e princípios das Nações Unidas.

ANEXO S – EXTRACTO DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CÓDIGO PENAL

**APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 400/82, DE 23 DE
SETEMBRO**

REPUBLICADO PELA LEI 59/2007, DE 4 DE SETEMBRO

Artigo 192.º (Devassa da vida privada)

1. Quem, sem consentimento e com intenção de devassar a vida privada das pessoas, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual:

a) Interceptar, gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, mensagens de correio electrónico ou facturação detalhada;

b) Captar, fotografar, filmar, registar ou divulgar imagem das pessoas ou de objectos ou espaços íntimos;

c) Observar ou escutar às ocultas pessoas que se encontrem em lugar privado; ou

d) Divulgar factos relativos à vida privada ou a doença grave de outra pessoa; é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias.

2. O facto previsto na alínea d) do número anterior não é punível quando for praticado como meio adequado para realizar um interesse público legítimo e relevante.

Artigo 199.º (Gravações e fotografias ilícitas)

1. Quem, sem consentimento:

a) Gravar palavras proferidas por outra pessoa e não destinadas ao público, mesmo que lhe sejam dirigidas; ou

b) Utilizar ou permitir que se utilizem as gravações referidas na alínea anterior, mesmo que lícitamente produzidas; é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias.

2. Na mesma pena incorre quem, contra vontade:

a) Fotografar ou filmar outra pessoa, mesmo em eventos em que tenha legitimamente participado; ou

b) Utilizar ou permitir que se utilizem fotografias ou filmes referidos na alínea anterior, mesmo que lícitamente obtidos.

3. É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 197.º e 198.º

ANEXO T – VIDEOVIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA

A actividade de Segurança privada ocupa uma função complementar e subsidiária em relação às competências desempenhadas pelas forças e serviços de segurança. Pertencem ao seu âmbito a prestação de serviços a terceiros por entidades privadas, legalmente constituídas, com vista a protecção de pessoas e bens e à prevenção, por quaisquer entidades, tendo em vista os mesmos objectivos.

O diploma que regula o exercício da actividade de segurança privada (Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro) prevê, no seu artigo 13.º, a possibilidade das entidades de segurança privada ou dos serviços de autoprotecção utilizarem equipamentos electrónicos de vigilância com capacidades de gravação e imagem e som. É com base neste preceito que os agentes de segurança privada empregam equipamentos de videovigilância em diversos locais, em especial naqueles de elevada concentração e circulação de pessoas, como os centros comerciais e as estações de transportes públicos ferroviário e metropolitano.

Existem outros diplomas, no ordenamento jurídico português, que preceituam a possibilidade de utilização de equipamento electrónico de vigilância e controlo. Veja-se o exemplo da Lei n.º 28/2004, de 16 de Julho, que prevê a autorização da utilização de vigilância por sistemas de vídeo nas salas de jogo e casinos como mediadas de protecção de pessoas e bens.

Existem, ainda, outras disposições legais, que não só prevêm, como obrigam determinadas actividades à adopção de sistemas de videovigilância como medida de prevenção. Trata-se, nestes casos, de uma imposição legal de deveres de autoprotecção por parte do Estado aos particulares. O Decreto-Lei n.º 263/2001, de 28 de Setembro, define a obrigação da instalação de sistemas de controlo de permanência, entradas e saídas por vídeo aos estabelecimentos de restauração e bebidas que disponham de espaços destinados a dança ou onde habitualmente se dance (e.g. bares, discotecas, boîtes). A implementação de sistemas de videovigilância constitui, também, uma exigência para o funcionamento de instalações desportivas de uso público. A Lei 16/2004, de 11 de Maio, que aprova as medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestação de violência associada ao desporto, no qual se realizarem competições profissionais ou não profissionais consideradas de risco elevado, instalar um sistema de videovigilância que permita o controlo visual de todo o recinto.